



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUCIANA CHAGAS UCHÔA DE MENDONÇA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARRANJOS INSTITUCIONAIS E
AÇÕES PÚBLICAS EFETIVADAS NO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE
ALAGOANO**

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
2019**

LUCIANA CHAGAS UCHÔA DE MENDONÇA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARRANJOS INSTITUCIONAIS E
AÇÕES PÚBLICAS EFETIVADAS NO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE
ALAGOANO**

Dissertação de Mestrado submetido à
avaliação da Banca do Programa de Pós
Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Sergipe.

Área de Atuação: Geografia Rural

Linha de Pesquisa: Organização e Produção
do Espaço Agrário & Análise Regional

Orientador: Prof. Dr. José Eloízio da Costa

**Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
2019**

LUCIANA CHAGAS UCHÔA DE MENDONÇA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARRANJOS INSTITUCIONAIS E
AÇÕES PÚBLICAS EFETIVADAS NO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE
ALAGOANO**

Dissertação de Mestrado em Geografia

Banca Examinadora:

Dr. José Eloízio da Costa
Orientador
Presidente da Banca
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dr. Dean Lee Hansen
Membro Interno

Dr. Volnandy de Aragão Brito
Membro Externo à Instituição

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão - SE
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Mendonça, Luciana Chagas Uchôa de

M539d Desenvolvimento territorial ; arranjos institucionais e ações públicas efetivadas no território do litoral norte alagoano / Luciana Chagas Uchôa de Mendonça ; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, SE, 2019.

131 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Alagoas. 3. Agricultura e Estado. 4. Territorialidade humana. I. Costa, José Eloízio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.5)

Ao meu pai Lauro Uchôa de
Mendonça, que lutou pela vida e
hoje vive espiritualmente comigo a
realização dessa conquista!!!!

AGRADECIMENTOS

Estes dois anos vividos no processo de mestrado foram intensos! Foram vários momentos marcantes na minha vida, alguns indesejados e até tristes, mas que com a ajuda, compreensão e apoio de muitas pessoas, estou colhendo os frutos com muita felicidade e gratidão.

Preciso agradecer primeiramente a minha família, que sempre me apoiou, incentivou e torceu por esta vitória. Ao meu esposo e amigo Júlio César, que sempre esteve próximo e me colocou para frente compartilhando comigo as dificuldades desse processo. Às minhas filhas Anna Júlia, Fátima Juliana e Ângela Maria que sempre compreenderam (bem, nem tanto assim) minha ausência em vários momentos ao longo dessa jornada. À minha mãe Ângela e minha irmã Laura, que sempre manifestaram suas torcidas e o imenso carinho emanado, e principalmente a meu pai, que esteve presente a meu lado no início da jornada e hoje continua a meu lado espiritualmente, me dando forças nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Eloízio, por ter me acolhido em seu grupo de pesquisas o Gepru, por toda autonomia e liberdade que me deu e pelos debates que tivemos ao longo da pesquisa, ele sempre foi muito mais que um orientador para mim, me auxiliando e dando forças nos momentos mais difíceis ao longo dessa caminhada.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFS que contribuíram na minha formação acadêmica. Agradeço ainda aos Professores Dr. Luciano Ricardio e Dra Fernanda que acompanharam minha trajetória durante a fase de qualificação contribuindo efetivamente com o trabalho, mostrando caminhos importantes dentro do desenvolvimento rural.

Não posso deixar de agradecer ainda a todos os meus colegas do Gepru, onde me senti muito bem acolhida e estabeleci importantes parcerias, ricas discussões, enfim, foram todos fundamentais para que eu me reconhecesse no programa e avançasse nesse processo.

Agradeço também a todos os meus amigos e amigas, em especial a Adriana Lisboa, Tamires e Patrícia, que sempre foram uma “válvula de escape” para as tensões que esse percurso gerou, sempre estando por perto apoiando e criando momentos

agradáveis no período de elaboração do texto. E aos amigos irmãos que a vida me deu, Vivian e Jonathan.

À todos vocês e àqueles que direta ou indiretamente contribuíram com minha formação intelectual e pessoal mas que não os citei aqui, agradeço com ênfase por fazerem parte desse momento tão marcante na minha vida.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota”.

(Theodore Roosevelt)

RESUMO

O estudo se propôs analisar as relações existentes entre os arranjos institucionais que atuam direta ou indiretamente na gestão social sob o lastro do desenvolvimento territorial rural de suas ações públicas efetivadas no Território do Litoral Norte Alagoano, fazendo diagnóstico sobre a intervenção dessas ações no processo de desenvolvimento territorial e avaliando se de fato elas alavancaram o crescimento socioeconômico da população rural residente nesta área do estado de Alagoas. Por ser uma área com condições climáticas, econômicas e sociais distintas. O estudo foi iniciado com a realização de levantamento histórico do processo de constituição do Território seguido pela sistematização das principais fases na linha de gestão social do Território e da participação social, centrando-se na experiência da atuação do Colegiado Territorial do Litoral Norte Alagoano enquanto arranjo, com poder de decisão e de busca por políticas públicas direcionadas ao mundo rural do Território. Foi realizada análise dos arranjos institucionais existentes bem como seus níveis de atuação e das ações públicas implementadas por meio do Programa dos Territórios da Cidadania (PTC), além da avaliação da eficácia da ação estatal e da questão da participação social no planejamento, implementação e acompanhamento das estratégias de desenvolvimento territorial rural. Inicialmente foi realizada revisão bibliográfica sobre o tema, além da análise documental e das entrevistas abertas e semiestruturadas. Como resultado da pesquisa, pretendeu-se contribuir com reflexões na dinamização e qualificação dos processos já existentes no que se refere na aplicação dos recursos públicos realizadas pelos atores públicos e sociais envolvidos no Território. Insta salientar que a complexidade do Programa Territórios da Cidadania, inicialmente planejado e formatado pelo Governo Federal, mas cuja execução ficava a cargo das instâncias locais, terminava pondo em destaque as contradições sociais no campo e a queda de braços dos grupos existentes e compõe o Colegiado, valorando as relações de poder e o posicionamento político do Estado no Território. Por fim, nota-se que o Território teve grande aporte de recursos via PTC, sendo que nem todas as ações se deram através do Colegiado, mas que deve ser analisada da mesma forma, pois o número de ações que poderiam ter sido implementadas através da gestão social coesa é consideravelmente importante, sendo necessária, na medida em que o público alvo sempre são os agricultores familiares, assentados e comunidades tradicionais, para uma reflexão analítica.

Palavras – Chave: Descentralização; Desenvolvimento Territorial; Ação Pública

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the existing relationships between institutional arrangements that act directly or indirectly in the social management of territorial development and public actions carried out in the North Coast of Alagoano, making a diagnosis about the intervention of these actions in the process of territorial development and evaluating in fact they have leverage the social and economic growth of the resident population in this area of the State of Alagoas, because it is an area with different climatic, economic and social conditions. The study began with a historical survey of the process followed by the systematization of the main phases of the decentralization process in the region, focusing on the experience of the Territorial Collegiate work as an arrangement with strong decision-making power and a search for public policies. An analysis was made of existing institutional arrangements as well as their levels of action and public actions implemented through the Citizenship Territories Program, as well as evaluating the effectiveness of state action and the issue of social participation in planning, implementing and monitoring development of the region. Initially a bibliographic review was done on the subject besides the documentary analysis and open and semi-structured interviews. As a result of the research, it was intended to contribute with reflections to streamline and qualify the existing processes of application of public resources through the actions already implemented by the public actors involved with the Territory. It urges to emphasize that the complexity of the Citizenship Territories Program, initially planned and formatted by the Federal Government, but whose execution was carried out by the local authorities, ended up highlighting the social conflicts in the field and the collapse of the existing groups in the composition of the Collegiate as well as the relations of power and the political position of the State in the Territory. Finally, it is noted that the Territory had a large contribution of resources via PTC, and not all actions were done through the Collegiate, but that should be analyzed in the same way, because the number of actions that could have been implemented through cohesive social management is considerably important for analytical reflection.

Keywords: Decentralization; Territorial Development; Related searches

RESUMEN

El estudio se propuso analizar las relaciones existentes entre los arreglos institucionales que actúan directa o indirectamente en la gestión social del desarrollo territorial y de las acciones públicas efectivas en el Territorio del Litoral Norte Alagoano, haciendo un diagnóstico sobre la intervención de esas acciones en el proceso de desarrollo territorial y evaluando si, de hecho, apalancar el crecimiento social y económico de la población residente en esta área del Estado de Alagoas, por ser un área con condiciones climáticas, económicas y sociales distintas. El estudio fue iniciado con un relevamiento histórico del proceso seguido por la sistematización de las principales fases del proceso de descentralización de la región, centrándose en la experiencia de la actuación del Colegio Territorial en cuanto arreglo pero con fuerte poder de decisión y de búsqueda por políticas públicas. Se realizó un análisis de los arreglos institucionales existentes así como sus niveles de actuación y de las acciones públicas implementadas a través del Programa de los Territorios de la Ciudadanía, además de la evaluación de la eficacia de la acción estatal y de la cuestión de la participación social en la planificación, implementación y seguimiento de las estrategias de participación desarrollo de la región. Inicialmente se realizó una revisión bibliográfica sobre el tema además del análisis documental y entrevistas abiertas y semiestructuradas. Como resultado de la investigación, se pretendió contribuir con reflexiones para dinamización y calificación de los procesos ya existentes de aplicación de los recursos públicos a través de las acciones ya implementadas por los actores públicos involucrados en el Territorio. En el marco de la reforma agraria y de la reforma agraria, en el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre los derechos de las personas con discapacidad, como las relaciones de poder y el posicionamiento político del Estado en el Territorio. Por último, se observa que el Territorio tuvo gran aporte de recursos vía PTC, siendo que no todas las acciones se dieron a través del Colegio, pero que debe analizarse de la misma forma, pues el número de acciones que podrían haber sido implementadas a través de una gestión social cohesiva es considerablemente importante para una reflexión analítica.

Palabras clave: Descentralización; Desarrollo Territorial; Acción Pública

LISTA DE INFOGRÁFICOS

Lista de Tabelas

Tabela 01- Dados gerais do Território	54
Tabela 02 - Dados demográficos e socioeconômicos.....	55
Tabela 03 - Capacidade institucional do Colegiado do Território	59
Tabela 04 - Políticas e ações federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte Alagoano – Direitos e Desenvolvimento Territorial.....	68
Tabela 05 - Políticas e ações federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte Alagoano – Organização sustentável da produção.....	69
Tabela 06 - Políticas e ações federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte Alagoano – Educação e Cultura.....	70
Tabela 07 – Relação dos Proinfs destinados ao Território do Litoral Norte Alagoano .	84

Lista de Cartogramas

Mapa 01- Localização do Território do Litoral Norte Alagoano.....21

Mapa 02- Localização dos municípios que compõem o Território Litoral Norte Alagoano em relação ao estado de Alagoas.....53

Lista de Figuras

Figura 01- Sistematização do Núcleo Dirigente do Território do Litoral Norte Alagoano.....	71
Figura 02- Composição do Núcleo Técnico do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano.....	72
Figura 03- Produção diversificada no Território do Litoral Norte Alagoano.....	81
Figura 04- Escoamento da produção da agricultura familiar para o PAA estadual.....	81
Figura 05- Separação da produção da agricultura familiar para o PAA estadual.....	82
Figura 06- Cooperativa que faz parte do Colegiado.....	82
Figura 07- Municípios com maior representatividade e regularidade no Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano.....	88

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CIAT – Comissão de Implementação de Ações Territoriais

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Codeter – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

Fetraf – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Leader – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MI – Ministério da Integração

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDRI – Plano de Desenvolvimento Integrado

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PROINF – Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Programa Territórios da Cidadania

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SINCOV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário.

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

Sumário

1. Introdução.....	17
2. Fundamentação Teórico-analítica das Dinâmicas Sociais em Desenvolvimento Territorial Rural	26
2.1 Território – Do Conceito Geográfico ao Institucional	26
2.1.1 - Territorialidade	29
2.1.2 Território e Dinâmica Social	31
2.2. Da descentralização das políticas públicas ao desenvolvimento territorial	32
2.2.1 Modelos Internacionais de Políticas de Desenvolvimento Territorial.....	35
2.3. Estado e Políticas Públicas.....	37
2.4. Políticas Públicas Agrárias no Brasil.....	43
2.5. Dinâmicas e Redes Sociais.....	47
2.6. Capital Social e Governança.....	50
3. Desenvolvimento Territorial e a Gestão Social do Território do Litoral Norte Alagoano.....	53
3.1. Organização e Dinâmica do Programa Território da Cidadania.....	57
3.2. A constituição do Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano: Relações de Poder.....	58
3.3. A construção dos instrumentos legais e sua materialidade: a gestão social participativa do Colegiado Litoral Norte Alagoano.....	61
3.4. Os instrumentos legais construídos coletivamente e pelo Poder Público.....	64
3.5. Políticas Públicas do Programa Territórios da Cidadania e a gestão Colegiada do Território do Litoral Norte Alagoano.....	67
4. Negociações no Colegiado: Demarcação de Posições – um estudo de caso.....	72
5. Considerações Finais.....	91
6. Referências Bibliográficas.....	95
7. ANEXOS.....	100

1. INTRODUÇÃO

A articulação entre políticas setoriais, atores sociais e desenvolvimento territorial até os dias de hoje no país sempre se consistiu basicamente na distribuição de incentivos e concessão de isenções como formas de estimular a produção em regiões historicamente carentes de atenção do poder público e sempre levando em conta apenas a decisão do Estado, seja na aplicação, execução e controle das ações e recursos públicos.

Na década de 1990, os temas relacionados à natureza territorial ganharam força tanto no campo das ciências sociais quanto entre as organizações internacionais de desenvolvimento. As referências básicas para este interesse súbito desses grupos não estão diretamente relacionados com as teorias da localização baseadas na oferta e na mobilidade de fatores produtivos, mas estão mais intimamente ligadas à percepção dos mesmos na capacidade de que essas aglomerações eram capazes de produzir quando trabalhando em conjunto, e que tinha sido detectado, desde o final do Século XIX, por Alfred Marshall.

Segundo Marshall, o que caracterizava os distritos industriais não era simplesmente a aglomeração de setores economicamente correlatos, mas, sobretudo, o poder de correlação entre três “economias externas”, quais sejam, a difusão dos conhecimentos, das técnicas e da tecnologia; o desenvolvimento de máquinas de produção especializadas e a criação de um importante mercado local de empregos (OCDE, 2001a:17).

Nesse sentido, o entendimento do processo de construção da democracia enquanto regime político norteador de ações dessa natureza deve ser melhor compreendido. A democracia, para atuar de forma consistente, necessita de pilares que lhes dê sustentação, sendo eles a participação da sociedade civil nas decisões políticas e o controle social sobre as ações do Estado na construção e implantação de políticas públicas, suas principais bases. Tal modelo político é capaz de legitimar o poder nas disputas entre as diferentes visões políticas do mundo.

Segundo Habermas (1997), a integração entre o Estado e a sociedade civil é a base do Estado democrático de direito e se concretiza a partir da efetivação da participação da sociedade civil nos espaços públicos de debate e decisão política.

Assim sendo, a democracia deliberativa discursiva representa o modelo de democracia que melhor representa a participação social nas decisões políticas.

Contudo, existem fragilidades consideráveis nesse modelo de democracia hoje implementada no país, principalmente com a formação de grupos ‘fortes’ e ‘fracos’ e a concepção de espaço público limitado às críticas das ações do Poder Público, ou seja, tais grupos no momento de discutir de fato a implementação de políticas públicas. Apenas criticam erros sem apontar ou sugerir soluções para os problemas enfrentados, estando o problema centrado na qualidade da participação, o que termina por se colocar em questionamento se de fato existe integração entre o Estado e a sociedade civil.

Assim sendo, a democracia deliberativa participativa, cuja base se encontra na Teoria do Estado Ampliado de Gramsci (2012), destaca o crescimento da política participativa na construção das políticas públicas a partir da constituição de espaços públicos de participação social nas decisões políticas, onde as decisões políticas no Estado democrático de direito não estão restritas aos representantes políticos, mas se ampliam com a participação direta da sociedade civil nos novos espaços públicos de debate, diálogo e conflitos sociais sobre as temáticas relevantes ao processo de desenvolvimento e de defesa da cidadania e dos direitos sociais.

Percebe-se de fato que a construção dessa ordem democrática nada mais é do que a disputa política entre interesses contraditórios, representados por diferentes sujeitos sociais, que atuam no cenário político em defesa de projetos políticos de pequenos grupos ou até mesmo pessoais. Nesses processos de disputa, geralmente pautados pela adesão ideológica ao neoliberalismo, o Estado continua a atuar na continuidade do corporativismo constituído pela política estatal-desenvolvimentista.

Carvalho (2012) afirma que, nessa perspectiva, a gestão social representa uma estratégia política criada entre o Estado e a sociedade civil para elaboração de políticas públicas e para controlar as ações do Estado, normatizando os acordos estabelecidos nos espaços de diálogo. A gestão social se baseia na ideia de que o Estado democrático de direito está diretamente interligado com a cidadania na perspectiva da governança das políticas e programas sociais e na qualidade do bem-estar oferecido a todos os cidadãos.

Portanto, a gestão social no planejamento, implementação e execução de políticas públicas não ocorre apenas no campo da gerência técnico-administrativa,

significa também a intencionalidade da política social de acordo com o contexto político e econômico.

Quanto a gestão social das políticas públicas voltadas ao meio rural, percebe-se, nessa conjuntura política e econômica atual, uma reformulação no arranjo institucional tanto quanto à forma com que os sujeitos participam como a visão do que se representa na seara do desenvolvimento rural.

A mudança que vem sendo realizada na formatação das políticas públicas às populações que vivem no campo ocorre a partir de um longo processo de questionamento da concepção de rural como atividade agrícola. O desenvolvimento territorial rural implica em um planejamento que redireciona a maneira de pensar o processo de desenvolvimento rural pelas ações integradas, como tentativa de superar a perspectiva que o segmenta, e pensá-lo a partir de outras possibilidades.

De acordo com Geraldi (2012), o paradigma do desenvolvimento rural pensado a partir da abordagem territorial surgiu inicialmente na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a partir da mudança da visão do rural como setor para a condição de espaço. Tal mudança ocorreu em virtude do planejamento de políticas públicas que deixou a lógica de divisão setorial de recursos na direção da lógica territorial com a reconfiguração de novas áreas e de financiamento das ações sociais, a partir da escolha de projetos sociais.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o desenvolvimento territorial se iniciou com a institucionalização de dois programas principais, o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais – PRONAT, que inaugurou a descentralização política a partir da participação social e do fortalecimento da gestão social e o Programa Territórios da Cidadania, que ampliou essa perspectiva e criou o ciclo da gestão social.

As mudanças verificadas com a institucionalização das políticas públicas rurais coloca em evidência, pela primeira vez, a importância da participação social no planejamento dessas políticas. A forma como o Estado conduz essas mudanças se dá pela mobilização da sociedade civil em exigir do Poder Público o direito de atuar no planejamento das políticas públicas rurais, mas também pela reorganização de novas áreas com potencial de desenvolvimento socioeconômico que possibilite a intervenção do capital através de investimentos.

A formação dos Territórios da Cidadania é institucionalizada pelo Estado como conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, que possuem uma identificação comum e coesão social e cultural.

A participação social se dá pela instância deliberativa em cada território, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal, estadual e municipal, por um arranjo denominado colegiado territorial, como novo espaço público de participação social.

É no âmbito da instância deliberativa que é discutida a aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo federal, através de ações articuladas com as instâncias estaduais e municipais, principalmente no financiamento de projetos sociais aprovados nas reuniões da plenária, previstos em seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

Na concepção de Caniello (2014) a institucionalização desse Programa representa o cerne de uma nova estratégia proposta entre a sociedade civil e o Estado com a constituição do ciclo da gestão social: planejamento participativo; organização democrática através da articulação e arranjos institucionais; coordenação descentralizada com definição de papéis, atribuições e tarefas; e controle social transparente com o monitoramento, acompanhamento, avaliação, negociação, ajustes e divisão de tarefas.

Neste sentido, deve-se também pensar os Territórios, ou seja, não podemos vê-los apenas como um conjunto de fatores naturais e de conglomerações humanas apenas com capacidade de determinar opções de localização de empreendimentos e de mão de obra. Os Territórios são também estruturas complexas que se organizam por laços informais, por modalidades não mercantis de interação constituídas ao longo dos anos e que terminou por moldar uma personalidade, sendo portanto uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, 2003).

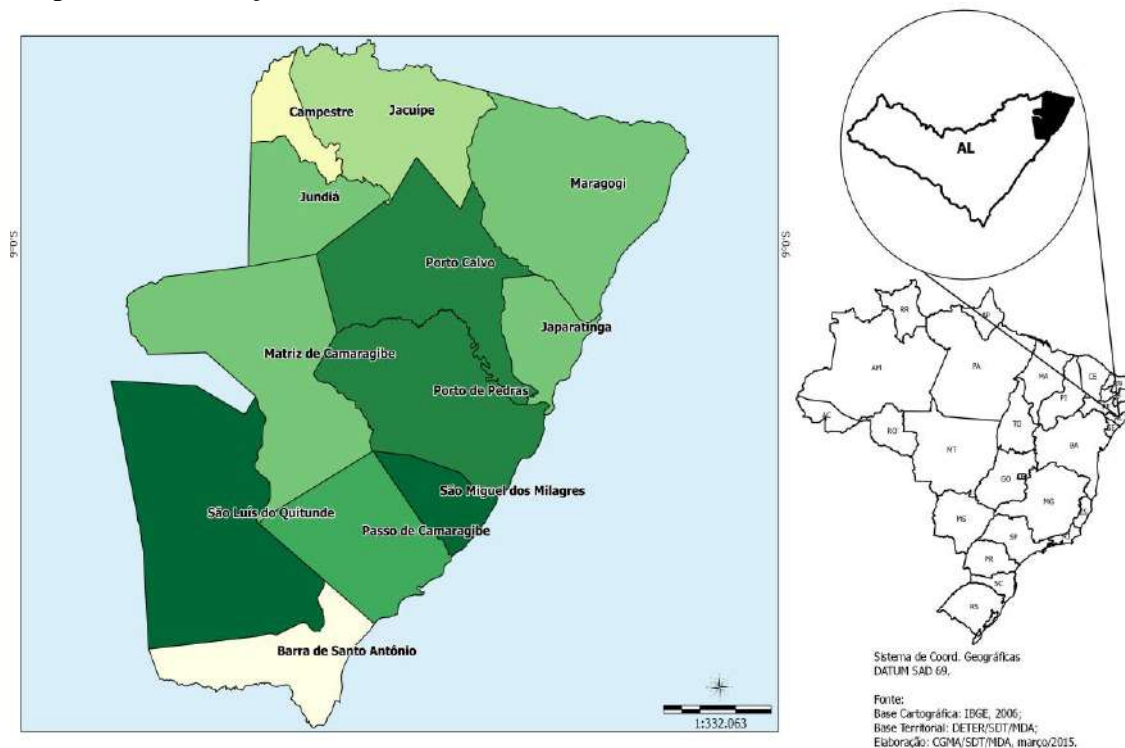
Em torno dos territórios, existem certos modelos sociais e de ideias partilhados, e comportamentos que formam uma referência social cognitiva materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam.

Abramovay (2000) afirma ainda que para se compreender o desenvolvimento rural não basta apenas diferenciar as potencialidades e limitações geográficas de um território, é preciso avaliar, principalmente, a construção das redes e instituições que possibilitem ações cooperativas capazes de enriquecer o tecido social e potencializar as organizações que nele interagem. Assim, a configuração das relações que compõem este tecido social seria fator determinante do desenvolvimento territorial. Essa dinâmica social subjacente aos processos de desenvolvimento dos territórios é ainda pouco explorada nos estudos acadêmicos, mas se revela uma chave explicativa sobre as diferenças entre territórios, o desempenho de políticas públicas e o futuro de regiões rurais.

Assim sendo, este trabalho buscará analisar as relações existentes entre as estruturas sociais que atuam direta ou indiretamente na gestão do desenvolvimento territorial e a efetividade das ações públicas no Território Litoral Norte Alagoano, perfazendo um diagnóstico do grau de intervenção destas ações no processo de desenvolvimento territorial.

O estado de Alagoas é composto por 02 Territórios Rurais, a Mata Sul e Regiões Lacunares e o território do Baixo São Francisco e 06 Territórios da Cidadania, que são Bacia Leiteira, Agreste, Médio Sertão, Alto Sertão, Mata Alagoana e o do Litoral Norte Alagoano, área de estudo desse trabalho e que é composto pelos municípios de Barra de Santo Antônio, Campestre, Jacuípe, Japaratinga, Jundiá, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Luis do Quitunde e São Miguel dos Milagres.

Mapa 1 – Localização do Território Litoral Norte – AL.



Fonte: Sistema de Informação Territorial, MDA 2017.

No Litoral Norte Alagoano, o Programa Territórios da Cidadania se destaca pela participação social no planejamento de políticas públicas, através da diversidade de projetos que surgem em decorrência da heterogeneidade da sociedade civil existente e do forte poder de atuação do Estado. Essa diversidade tem relação direta com a formação social da região, marcada pela dualidade rural no que se refere ao predomínio da lavoura canavieira direcionada ao grande mercado, e o cultivo de culturas locais voltadas para a subsistência e para produção de baixo rendimento. Todavia, a dualidade rural não deixa de expressar a concentração fundiária e as precárias condições de vida do trabalhador rural e do agricultor familiar, além dos assentados e comunidades tradicionais.

Nesse aspecto, a dualidade rural expressa à concentração fundiária e as precárias condições de vida do trabalhador rural e do agricultor familiar, e por isso, as políticas públicas são voltadas ao combate à pobreza rural e às desigualdades sociais. Com isso, a proposta de estudo que mobiliza a presente pesquisa tem como **questão central**: Analisar até que ponto a interação das relações existentes entre os arranjos institucionais que atuam direta ou indiretamente na gestão do desenvolvimento territorial e as ações implementadas a partir da efetividade das ações públicas

existentes no Território Litoral Norte Alagoano alavancam o crescimento social e econômico da população residente nesta área?

A fim de auxiliar a investigação, *questões secundárias* foram elaboradas: Existem limites postos ao controle social que comprometem os resultados esperados pelos sujeitos sociais envolvidos? Como os representantes, tanto da sociedade civil, quanto do estado, avaliam o Programa Território da Cidadania, no Litoral Norte Alagoano em relação ao ciclo de gestão social? Existem discrepâncias consideráveis entre os documentos que orientam o Programa Território da Cidadania e a sua concretização no Território em questão?

Para aprofundar ainda mais o conhecimento sobre a participação e o controle da sociedade civil na gestão social, *o objetivo central* desse estudo pretende analisar as relações existentes entre as estruturas sociais que atuam direta ou indiretamente na gestão territorial e as ações públicas implementadas no Território Litoral Norte Alagoano. Para isso, *os objetivos específicos* formulados visam: a) analisar o nível de atuação das entidades sociais que atuam no Território; b) investigar o nível de intervenção das ações públicas efetivadas no processo de desenvolvimento territorial; c) avaliar os instrumentos de gestão e controle social existentes no Território e d) avaliar os parâmetros organizacionais atualmente utilizados para a efetivação da gestão e análise do desenvolvimento territorial.

No que se refere *às motivações* à realização desse estudo, considera-se que o território constrói seu próprio sistema baseado em representações ou ações concretas de indivíduos, evidentemente dentro de uma dimensão de poder. Assim sendo, busca-se a partir do estudo da gestão do desenvolvimento territorial e das ações públicas existentes, avaliar os níveis de atuação dos atores sociais, a eficácia das políticas públicas implementadas através do Programa Territórios da Cidadania e o poder de gestão por parte dos membros que compõe o Colegiado deste Território.

A escolha do Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano para esse estudo está relacionado à formação social dessa localidade marcada pelos conflitos dos agricultores familiares nas lutas sociais em decorrência da concentração fundiária. Nesse sentido, é considerado um território de forte atuação dos agricultores familiares que, por meio de mobilizações sociais, buscam o direito à terra e o acesso às políticas públicas sociais na tentativa de se contrapor ao domínio do poder local.

A pertinência da realização desse estudo no curso de Pós-graduação em Geografia está relacionada ao desafio que o estudo de políticas públicas rurais apresenta com as intervenções do Estado, através das dinâmicas sociais sobre a execução das políticas públicas brasileiras de desenvolvimento territorial rural.

Além de explicar o desenvolvimento territorial a partir da implementação das políticas e do financiamento dos territórios rurais, esta pesquisa demanda considerar que o funcionamento dos territórios está atrelado a processos sociopolíticos que extrapolam a estrutura formal instituída e legitimada pelo Estado, sendo importante compreender melhor estas experiências e os processos sociais que as condicionam.

No tocante à *abordagem teórico-metodológica*, o método de investigação geográfico adotado na pesquisa será o Materialismo Histórico – Dialético, pautado nos fatos econômicos, que representam papel determinante nos fenômenos históricos, políticos e sociais na vida dos sujeitos históricos.

O planejamento da pesquisa de acordo com Ubirajara (2011) se atenta para os diversos processos a serem seguidos, assim sendo, existem vários modelos e tipos de pesquisa, com diferentes características quanto aos fins, meios e à abordagem.

Em relação aos fins, será utilizada a pesquisa exploratório-descritiva, por buscar favorecer “[...] uma pesquisa mais ampla e completa, a formulação clara do problema e a hipótese como tentativa de solução, (Gil, 2009, p. 27)”. Exploratória porque é o primeiro passo de todo trabalho científico, sendo suas principais finalidades, “[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses ou descobrir novo tipo de enfoque que se tem em mente (Andrade, 2007, p. 124)”.

Quanto aos meios, ou procedimentos técnicos, a pesquisa será a de campo, fase a ser realizada após o estudo bibliográfico para que o pesquisador tenha conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que se define os objetivos da pesquisa, as hipóteses, o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados.

Ainda no procedimento metodológico, os questionários serão utilizados como instrumento de pesquisa, com o auxílio de meios tecnológicos como registro fotográfico e gravador de áudio.

Dentro do universo de abordagens dos dados, optou-se pela pesquisa quantitativa e qualitativa, a fim de explicar os dados colhidos nas entrevistas e trabalho de campo,

com apoio nas leituras realizadas e outros dados pertinentes, chegando-se, assim, às considerações finais acerca do tema e atividades realizadas em cada nível da pesquisa, em suas diferentes etapas, para a concretização dos objetivos propostos.

Assim, será feita uma revisão bibliográfica da literatura existente sobre o tema, além de uma análise documental e entrevistas abertas e semiestruturadas com o público diretamente beneficiado.

Por fim, a metodologia acima descrita se dará através de uma sistemática de análise da participação e envolvimento dos envolvidos, das ações públicas implementadas por meio do Colegiado, os impactos esperados e o realmente efetivado.

Com a escolha do método materialismo histórico dialético, a construção da dissertação será estruturada em três capítulos da seguinte forma: *no primeiro capítulo* buscou-se realizar um estudo aprofundado sobre território, desenvolvimento territorial e desenvolvimento territorial rural, sendo feita ainda uma compilação de fundamentações teórico analítica acerca das dinâmicas sociais em desenvolvimento territorial rural.

Nessa perspectiva, *o segundo capítulo* irá analisar a área de estudo em si, quanto a organização e dinâmica do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano, origem, composição, estruturas organizacionais, política e social, engajamento dos atores nos espaços de diálogo, além dos elementos condicionantes desse engajamento social, completando-se com as políticas públicas de desenvolvimento territorial de fato efetivadas bem como os processos políticos de alocação de recursos.

As contradições dessa política de desenvolvimento rural refletem a valorização da sociedade civil na participação política, mas de forma divergente entre o projeto de democracia participativa, voltado à universalização dos direitos sociais e a defesa da cidadania; e o projeto de desenvolvimento efetivado a partir do interesse neoliberal de alguns grupos focais atuantes nos Colegiados.

E, por fim, *o terceiro capítulo* irá tratar do processo de participação da sociedade civil e de controle social nas decisões políticas a partir de debates, conflitos e diálogos nas reuniões do Colegiado Territorial, a partir da análise da efetividade das políticas efetivadas no Território do Litoral Norte Alagoano.

Os resultados das análises dos instrumentos legais, de documentos, tais como as atas das reuniões do colegiado e das entrevistas semiestruturadas com os representantes

da sociedade civil e do Estado que atuam no Colegiado Territorial poderão apontar as dificuldades na materialização da participação social efetiva e do controle social na implementação de políticas públicas rurais do Estado no Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-ANALÍTICA DAS DINÂMICAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Neste capítulo busca-se desenvolver fundamentos conceituais que perpassam o entendimento sobre território, desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial rural, discutindo noções a eles associadas, além de apresentar um posicionamento ontológico sobre o fenômeno em análise e, a partir de então, construir fundamentos teórico-analíticos para o entendimento das dinâmicas sociais em territórios rurais.

2.1. Território – Do Conceito Geográfico ao Institucional

O território, a princípio, dialoga com outras categorias geográficas, como no caso, com o conceito de espaço. O ser humano enquanto indivíduo que atua em seu espaço de interação é, de fato, ponto crucial na delimitação dessas duas categorias, até mesmo porque é ele, através de suas relações no dia a dia que irá criar sua identidade territorial em determinado espaço.

Nesse sentido, Schneider e Tartaruga (2004) demonstram a necessidade em se distinguir o significado do território enquanto conceito, tal como lhe confere a Geografia, dos sentidos meramente instrumentais geralmente dados por enfoques territoriais.

A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídas de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 106).

Assim, Schneider e Tartaruga (2004) afirmam que o território representa o substrato social do desenvolvimento territorial pressupondo a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, formado por redes de relações sociais. Portanto, ao se tratar de uma referência, seja ela socioespacial ou simbólica, o território

precisa ter sentido analítico para que a ideia de desenvolvimento supere sentido instrumental.

Pode-se ainda afirmar que o espaço representa o pilar existencial do território, mas que não é o responsável pela vida e dinamicidade dele, que se concretiza a partir do engajamento produtivo, das articulações e das relações de poder que surgem a partir dessas interações.

Uma discussão de grande importância acerca das visões conceituais sobre territórios é a desenvolvida pela Geografia, podendo-se citar autores como Milton Santos (1998), Rogério Haesbaert (2004) e Claude Raffestin (1993), que apresentam uma abordagem relacional sobre o território de forma mais clara, tendo como ponto de partida os conflitos e relações de poder.

Santos (1998), afirma que é o uso do território, e não o território em si que faz dele objeto da análise social. Nesta acepção da palavra o uso não significa, *stricto sensu*, apropriação material, e sim a forma como ações nele situadas se manifestam, ou seja, representa as variadas formas nas quais o material e o simbólico se interconectam, como sinônimo de espaço humano habitado. Ele ainda trata dessa questão a partir de dois níveis, demonstrando as diferenças entre o território usado e o território em si, agregando nesse patamar o trabalho:

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

Nesta mesma perspectiva, Haesbaert e Limonad (2007, p. 42) complementam a argumentação afirmando que “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado”. Assim, o território representa de fato a conexão entre o material e o simbólico, tendo como referência as relações e posições sociais que o configuram. Sobre a relação entre espaço e território, Haesbaert, (2009) afirma que:

Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda

não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões, fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um foco centralizado na espacialidade das relações de poder (HAESBAERT, 2009, p. 625)

Ao se analisar o território a partir de uma dimensão jurídica e político-econômica, Haesbaert (2004) afirma ser ele “um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes relacionado ao poder do Estado”, ou seja, o território representa fonte de captação de recursos, especialmente na evidenciação da relação capital-trabalho, e ainda reforça:

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004 apud 2009, p. 79)

Raffestin (1993) afirma que o território não se restringe a espaço. Para ele, espaço é algo já dado, concebido *a priori*, no qual os atores intervêm e produzem um determinado território. Para ele, o território é criado a partir da ação que está intrinsicamente inserida no campo do poder, uma vez que se produz pela interação social. Para ele, este é um problema relacional, já que o território não tem como ser entendido de forma desconexa das relações que o criam e nas quais os homens estão sempre em disputa por sua legitimidade e dominância.

Raffestin (1993) também afirma que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço, ou seja, a sua identidade com o local e o vínculo imposto pelo homem ao espaço termina por transformá-lo em território.

De acordo com alguns autores, principalmente Raffestin (1993), não há como se falar em território sem falar em relações de poder. Para esses autores, o território representa um campo de poder no qual formas de apropriação e estratégias de uso do espaço se materializam. Esse entendimento é o mesmo definido por Foucault (2000), que diz que o poder não existe *per si*, ou seja, ele não pode surgir de um lugar social, pois o que existe são relações de poder, criadas e replicadas pelas relações sociais. Portanto, o território, é ao mesmo tempo funcional e simbólico, já que o espaço encontra-se indissociável das relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Assim, a

territorialidade assume uma dimensão política, de natureza social já que decorre das interações entre os atores.

Ampliando, agora para o campo institucional, o conceito de território, definido pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (2005) apresenta conteúdos distintos daquele desenvolvido na Geografia, por ser mais pragmático. Como segue:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2005a, p. 07)

Percebe-se que institucionalmente o território representa, antes de mais nada, relações e organizações sociais que se processam num dado espaço geográfico e cuja finalidade, para os atores sociais, é a busca de objetivos e ações em comum, constituindo-se em ação política.

Portanto, nos processos institucionalizados voltados ao desenvolvimento territorial rural, o território geralmente é visto por uma ótica relacional como sendo um lugar onde as redes sociais se inserem e interagem não se restringindo a seus limites. Nesta concepção, os territórios, enquanto construções sociais, estão em constante transformação, uma vez que são produtos da ação do homem, de seus conflitos e de suas relações de poder que terminam por permear os grupos de interesse existentes.

Nesse sentido, o Colegiado Territorial enquanto ente institucional não juridicamente formalizado, se apresenta como uma aglutinação de forças sociais e políticas que passa a substituir o Estado enquanto ente mobilizador e regulador de relações entre vários setores da sociedade com alta capacidade em elaborar, buscar e executar projetos sociais. “O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão, transformado em sujeito coletivo” (BRANDÃO, 2007, p. 50).

2.1.1 – Territorialidade

A territorialidade, de acordo com Raffestin (1993), é um conjunto de relações que se situam num sistema tridimensional que articula sociedade-espço-tempo, sendo altamente dinâmica uma vez que ela está em constante transformação. Compreender o desenvolvimento do território requer, portanto, entender a dinâmica das relações sociais em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal, já que aí se contextualiza a territorialidade.

Para Haesbaert (2007, p. 25), territorialidade não representa somente uma abstração epistemológica do território enquanto espaço, “[...] é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (Haesbaert, 2007, p. 25).

Seguindo essa linha de pensamento, o território além de representar os atores que nele interagem e constroem suas identidades e suas regras de convivência, também modificam o próprio território, já que articulam as formas de uso do espaço e relacionamento mútuo. Para Haesbaert e Limonad (2007), o território pode moldar identidades e ser enquadrado por elas, tornando-se um referencial para a coesão de grupos sociais.

Vale salientar aqui o que Pecqueur (2005) denominou de “território construído”, que, para ele tem muito mais valor do que o “território dado”, agora, se mantendo a ideia de que há uma relação entre eles. Segundo o autor, o território dado representa a porção de espaço físico, objeto de observação, sendo ele preexistente.

Ao se observar os territórios criados pelo MDA apenas sob a ótica geográfica, sendo ela aqui apenas um agrupamento de municípios, está a se referir a categoria. Por outro lado, o território construído representa o resultado do processo de construção pelos atores, e que é verificado *a posteriori*. Portanto, eles se diferenciam e se caracterizam pela maneira como os atores se articulam e se apropriam do território dado, dotando-o de significado.

De acordo com Delgado e Leite (2011, p.90), a multiplicidade de realidades em que se encontram os territórios no país, no caso os criados pelo MDA, e apesar da existência de procedimentos normativos padronizados que de forma geral definem a

criação e a gestão da política, demonstram que as dinâmicas em cada um possuem estilos e ritmos diferenciados de desenvolvimento, variando de território para território.

2.1.2 – Território e Dinâmica Social

Long (2007) fundamenta tal situação defendendo a ideia de que a diversidade existente nas comunidades e territórios rurais, existem devido as diferenças nas relações que vinculam os atores ali residentes, as dotações de recursos, bem como devido aos demais elementos específicos da estrutura social que condicionam o desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, mesmo havendo estímulos homogêneos num mesmo conjunto de políticas públicas, os territórios não possuem a mesma trajetória, pois os atores não manifestam respostas homogêneas, pois cada grupo possui dinâmicas sociais muito específicas.

Assim sendo, não obstante a importância da base material-geográfica do território, é a dinâmica social que se prioriza focalizar nesse trabalho, analisando as redes de relações em que se estruturam os atores e como eles se posicionam nessa estrutura, suas estratégias, as relações de poder que reproduzem ou subvertem a ordem estabelecida e as políticas públicas efetivadas a partir dessas relações com o Colegiado Territorial. A estrutura e a natureza das relações sociais que norteiam as dinâmicas territoriais de desenvolvimento se tornam categorias-chave para uma abordagem do desenvolvimento territorial. Portanto, o território passa a ser a principal referência socioespacial das relações.

Para fins de análise, concebe-se o território enquanto um substrato referencial para a interação dos atores e seus arranjos organizacionais, como sendo o *locus* de relações sociais que configuram dinâmicas sociais específicas e, a partir dessa representação sobre o território, os atores equalizam suas intervenções sobre ele, criam relações com outros atores e consolidam redes no intuito de solidificar as interações sociais e a regular o uso do espaço.

O enfoque analítico nas relações sociais visa destacar, as dinâmicas sociais em territórios rurais, principalmente porque aí reside importante lacuna teórica dos estudos do desenvolvimento territorial rural. Considerar o território a partir das redes sociais que lhe constituem é enfatizar sua natureza social essencialmente dinâmica e sua historicidade.

Concorda-se com Goulart et al. (2010) de que buscar uma aproximação da noção de território para os estudos do desenvolvimento, contribui para erigir a dimensão relacional das articulações que ocorrem em espaços sociopolíticos que envolvem atores privados e governamentais. A necessidade dessa aproximação é tanto mais relevante quanto mais se observam as iniciativas de programas e políticas públicas em recuperarem a capacidade de planejamento e promoção do desenvolvimento, mediante principalmente a articulação de políticas públicas de vários níveis de governo. Este é exatamente o caso aqui em questão das políticas de desenvolvimento territorial brasileira. As articulações entre atores são a teoria e a prática da política, o que reforça a necessidade de uma abordagem relacional para se compreender a dinâmica dos territórios rurais.

Portanto, o objetivo em desenvolver essa pesquisa reside no fato de que as transformações existentes no espaço ocorrem de forma concomitante às relações de poder institucionalizadas no território. A maior provocação em se realizar um estudo sobre o Território Litoral Norte Alagoano centra-se no objetivo de se evidenciar o grau de identidade e politização dos atores sociais que fazem parte do Colegiado Territorial, que mesmo sem possuir personalidade jurídica para atuação, tem forte poder de efetivação de políticas e ações implementadas por este meio. Pois, Milton Santos (2009) mesmo afirma que o território é balizado pelo trabalho, e é a partir dele e da dinâmica de seus atores através da gestão participativa implementada que se surgem oportunidades para aqueles que integram o território.

2.2. Da descentralização das políticas públicas ao desenvolvimento territorial

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou o processo de descentralização e aumentou consideravelmente a autonomia política e fiscal dos municípios. A municipalização de várias políticas públicas elevou de certa forma a capacidade das organizações locais da sociedade civil em influenciar na escolha e execução dessas políticas nos municípios.

Em pouco tempo instâncias municipais de participação e tomadas de decisão, como os conselhos setoriais, e dentre eles os de desenvolvimento rural, se multiplicaram consideravelmente passando a assumir funções ligadas à gestão de políticas públicas.

De acordo com Souza (2004), o processo de descentralização implementado no país buscou consolidar a democracia por meio do empoderamento (“*empowerment*”) das comunidades locais, especialmente nos processos decisórios acerca dos investimentos públicos. Contudo, as formas de participação desses atores sociais ocorrem de maneira diferenciada nas diversas experiências, a depender quase sempre dos arranjos institucionais das políticas a serem executadas. Favareto (2007, p. 137), a este respeito afirma que:

A descentralização das políticas públicas e também da atividade industrial, associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e anos 90 se institísse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e do corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais.

Paralelamente à descentralização de políticas públicas na década de 90, o discurso acerca da importância da abordagem territorial foi incluído nas agendas governamentais, passando a ser referencial na construção de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Segundo Favareto (2007), a emergência do desenvolvimento territorial ganhou força na elaboração das políticas públicas no país, principalmente devido à inefetividade do PRONAF infraestrutura, de cunho municipalizado e devido ao crescimento de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento rural, isso terminou por refletir na criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do MDA.

Neste sentido, o MDA propôs a criação dessa Secretaria enquanto espaço institucional para se pensar acerca do desenvolvimento rural não apenas a partir do enfoque da produção agropecuária, mas levando-se em conta também a articulação de outros serviços públicos importantes para o setor. Coube a esta Secretaria, segundo documento base de sua criação “desenvolver estratégias de integração de instrumentos complementares à função produtiva, para que se estimule o dinamismo entre a base social, governos estaduais e municipais e a sociedade” (BRASIL, 2003, p. 18-22).

A SDT foi criada a partir do Decreto nº. 5.033 de 05 de abril de 2004, e de acordo com o artigo 13 deste Decreto, compete à SDT, dentre outros pontos:

- (I) formular, coordenar e implementar a estratégia nacional de desenvolvimento territorial rural;
- (II) incentivar e fomentar programas e projetos territoriais de desenvolvimento rural;
- (III) incentivar a estruturação, capacitação e sinergia da rede formada a partir dos órgãos Colegiados, especialmente os conselhos nos quais esteja representado o conjunto dos atores sociais que participam da formulação, análise e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável;
- (IV) coordenar a mediação e negociação dos programas sob a responsabilidade da Secretaria junto a entidades que desenvolvem ações relacionadas com o desenvolvimento territorial rural; e
- (V) manter permanente negociação com movimentos sociais, Governos Estaduais e Municipais e com outras instituições públicas e civis, com vistas à consolidação das políticas e ações voltadas para o desenvolvimento territorial rural.

Assim, a política de desenvolvimento territorial foi utilizada substituindo políticas anteriores que tinham o ente municipal como referência e estabelecendo objetivos onde a pobreza rural e a dimensão espacial do processo de desenvolvimento são pontos fundamentais para a elaboração de políticas públicas.

Esta mudança na formatação desse tipo de política foi essencial para o fim da linha Infraestrutura e Serviços do Pronaf, o qual direcionava recursos públicos não reembolsáveis para que municípios pudessem investir em projetos de desenvolvimento rural ficando a cargo dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRSs) a alocação desses recursos.

Com a criação da SDT e a autonomia dada a essa linha do Pronaf, que agora se encontrava sob a responsabilidade desta Secretaria, ocorreram duas mudanças essenciais na formatação para liberação de tais recursos (FAVARETO, 2010 “c”):

- (i) todos os investimentos de apoio à infraestrutura só poderiam ser liberados se fossem para atender a agregados de Municípios (territórios), e
- (ii) o marco de participação social na gestão do programa deixava de ter por base os Conselhos Municipais e se exigiu a criação de Colegiados

Territoriais para se legitimar as decisões desses conglomerados municipais.

A ideia de território nessa abordagem também buscou superar o que Brandão (2007) definiu como “localismo exagerado”, buscando-se uma estratégia de desenvolvimento onde seu resultado viesse a partir do enfrentamento de interesses diferenciados, considerando a multiescalaridade espacial do desenvolvimento. Essa abordagem seria um meio de valorizar as diferentes escalas espaciais na promoção do desenvolvimento, desmistificando a ideia de que o rural se restringe apenas ao agrícola e criando elos de ligação entre as dinâmicas socioeconômicas dos espaços rurais e urbanos.

Os territórios criados pelo MDA eram denominados de “Territórios de Identidade”, uma vez que partia do princípio de que a identidade cultural e produtiva são requisitos para a inclusão de um Território no Programa.

Assim sendo, Território na perspectiva de ação pública, pode ser identificado com referência ao zoneamento de determinado problema ou carência da sociedade e como tal, pode se constituir sob uma formalização jurídica, com o objetivo de precisar sua função dentro da estrutura governamental (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012).

Apesar de se buscar critérios de identidade entre os municípios, os territórios, nessa perspectiva, são “induzidos” pelo Estado a estabelecer uma referência socioespacial para o planejamento de políticas públicas.

Contudo, esse referencial são modelos de experiências exitosas existentes em outros países mesclados às experiências nacionais de políticas de desenvolvimento regional iniciadas na década de 70 com os Planos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRIs), os quais representavam um esforço do governo em eliminar as desigualdades regionais focando em mudanças nos investimentos de capital, como infraestruturas para empreendimentos regionais. Porém, naquelas iniciativas, não havia o incentivo à participação social (GUANZIROLI, 2006).

2.2.1 – Modelos internacionais de políticas de desenvolvimento territorial

Internacionalmente falando, a principal referência para estruturação da abordagem territorial do desenvolvimento rural no Brasil foi a iniciativa das “Ligações Entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais” (Leader) da União Europeia.

Schejtman e Berdegúé (2003) argumentam que o enfoque desse programa, além de ser territorial, seria integral, por enfatizar a organização em rede de diversos atores de diferentes localidades, além de ser multisetorial, uma vez que envolve diferentes grupos de interesse. Nesse modelo, as decisões partem de baixo para cima em todas as suas fases, e acontecem nos Grupos de Ação Local (GALs), que reúnem os atores do programa e assumem funções que geralmente são atribuições da administração pública, desde a gestão de fundos de financiamento até o controle e execução de projetos.

Para Favareto (2010c), duas características essenciais têm sido valorizadas pelo Leader: a concepção de que o desenvolvimento rural pode ser alcançado por planejamento e execução de projetos e a importância de que isto aconteça com enfoque participativo. Contudo, alerta o autor, o sucesso ou insucesso desse intento é atribuído apenas à maneira como são combinadas as expectativas dos atores sociais. Há, portanto, um forte viés interacionista na estratégia preconizada, como se bastasse colocar os agentes em contato, criando espaços e formas de apoio a tal articulação.

As experiências europeias de desenvolvimento territorial rural remontam a uma origem anterior ao próprio Leader que, segundo Pecquer (2005), reside na sistematização de formas territorializadas de produção pelos economistas italianos, as quais vieram a ser denominadas de “distritos industriais”. De acordo com o autor, esse fenômeno se caracterizava pela coordenação de relações entre diferentes atores econômicos, que não se restringia à esfera do mercado, mas também à reciprocidade, e que tinha uma referência espacial delimitada. A formação desses arranjos organizacionais espacialmente circunscritos contribuiu para que estudiosos passassem a admitir que iniciativas locais eram cruciais para o desenvolvimento, pois se tornavam fator de competitividade ao fazerem dos territórios ambientes inovadores.

Essa e outras experiências sistematizadas sobre sistemas produtivos localizados passaram a explorar a dimensão territorial sobre a qual as organizações se articulavam e se desenvolviam, criando uma identidade comum com o local e entre elas. Para Schneider e Tartaruga (2004), estas experiências difundiram a ideia de que os processos

de desenvolvimento que alcançavam melhores indicadores eram aqueles inseridos numa dinâmica territorial muito específica. O território se tornava um componente intrínseco dos processos de desenvolvimento, sendo o lugar onde se organizavam formas de cooperação entre diversos atores que interferem nas estratégias e modos de vida daqueles que lhe habitam. Sob este enfoque, os autores argumentam que a noção de território é tomada como uma unidade de referência que contempla as relações entre os atores locais e destes com outros atores oriundos de outras escalas, como regional e nacional.

Schejtman e Berdegú (2003), com base numa revisão das experiências internacionais de desenvolvimento territorial rural, chamam a atenção para um conjunto de elementos considerados de suma relevância na busca de uma adequada arquitetura institucional para o desenvolvimento rural com abordagem territorial:

- As atribuições e capacidades dos governos locais em suas dimensões técnicas, administrativas e políticas;
- A coordenação, mas também a existência de equilíbrios entre os distintos níveis de governo (nacional, estadual, municipal);
- As redes e outras formas de associação entre os atores locais para gerar organizações de alcance regional capazes de empreender as tarefas de transformação produtiva que, de forma geral, ultrapassam as fronteiras municipais e as capacidades dos governos municipais;
- Os espaços e mecanismos para a concertação público-privada nas escalas e âmbitos que são pertinentes para o desenvolvimento territorial rural.

Estes elementos estão presentes na política brasileira e nos instrumentos pelos quais são operacionalizados. No entanto, há uma série de tensões e limites tanto em sua relação com os marcos jurídicos que sustentam a ação pública, como no que tange à existência de mecanismos capazes de assegurar, de forma mais efetiva, a alocação de recursos públicos na construção de novas institucionalidades. Uma das características da política é que ela privilegia diretamente a participação da sociedade civil na priorização das demandas e na alocação dos recursos públicos destinados aos territórios. Esta perspectiva endógena da política confere aos atores locais o protagonismo na gestão dos recursos, considerando que isso seja uma condição para ampliação do sucesso dos investimentos pela real adequação dos projetos às demandas.

Quando se fala em participação da sociedade civil na política territorial, está se falando em participação das organizações de agricultores familiares, pois outra característica da política é a priorização da agricultura familiar, dos assentados de reforma agrária, quilombolas, dentre outros segmentos sociais rurais de baixa renda, como públicos beneficiários.

2.3. Estado e Políticas Públicas

Antes de abordar a questão das políticas públicas de base rural, é preciso entender o funcionamento do processo de execução e as formas de organização do Estado. Segundo Da Silva (2010) o Estado, conforme retratado pioneiramente por Maquiavel no século XVI, é referência para o poder político organizado. O Estado moderno, iniciado com o capitalismo e a consequente expansão da economia de mercado, observados a partir da Revolução Industrial na Inglaterra e na Escócia, no século XVIII, difundiu-se por toda a Europa Ocidental no século XIX, chegando à América ainda naquele período.

No Brasil, o Estado ganhou contornos mais evidentes a partir da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, com os princípios de igualdade, liberdade e políticas públicas direcionadas para a maior parte da sociedade nacional (DA SILVA, 2010, p.09).

Com o avanço do processo econômico e da inovação nos processos de produção, inicia-se um novo debate sobre a importância da organização e o papel que o Estado deveria desempenhar perante a sociedade, com maior ênfase no desenvolvimento econômico e social.

Dentre as visões estabelecidas sobre a organização do Estado, no campo Liberal prevalece o da intervenção mínima nas tomadas de decisões, pois faz referência a pouca ação do Estado, prevalecendo a liberdade de mercado.

O mercado por si só levaria os indivíduos a encontrar uma finalidade que não estava presente na intenção inicial de Adam Smith. Para ele, a procura do interesse próprio pelos indivíduos, seu desejo natural de melhorar as condições de existência tendem a maximizar o bem-estar coletivo, assim o bem-estar se constituiria em um efeito não-intencional da avareza (Hunt, 2005).

Behring e Boschetti (2008, p.87) afirma que “a loucura das leis humanas não pode interferir nas leis *naturais* da economia, e, por isso, o papel do Estado se reduz simplesmente a fornecer a base legal para que o mercado livre possa ser o maximizador dos benefícios aos homens”.

Dessa forma, a pressuposição do Estado é, para Adam Smith, o Estado mínimo, controlado fortemente pelos indivíduos que compõem a sociedade civil, onde se localiza a virtude. Para ele as funções estatais se limitam a defesa contra inimigos externos, a proteção de todo indivíduo de ofensas e o provimento de obras públicas que não possam ser executadas pela iniciativa privada (Smith, 1983).

Assim, pode-se destacar como características desse Estado mínimo (Smith, 1983):

- **Predomínio do individualismo**, ou seja, para os liberais o sujeito de direitos legalmente reconhecido é o indivíduo, é tanto que o direito civil foi o primeiro a ser reconhecido pelo Estado liberal no século XVIII, estando ele acima do direito público e assim coletivo.

- **O bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo**, o bem-estar social advém da venda da força de trabalho no mercado feita pelo indivíduo que a busca para proporcioná-lo a sua família. Dessa maneira, não é papel do Estado garantir bens e serviços públicos para todos, sendo dever de cada um, individualmente, garantir seu bem-estar, e assim conduzindo todos a uma situação de bem-estar.

- **Predomínio da liberdade e da competitividade**, sendo elas aqui consideradas formas de autonomia, onde os indivíduos decidirão o que é melhor para si e para os seus e assim lutarão para atingir seus objetivos. O pensamento liberal considera que a liberdade e a competitividade asseguram igualdade de condições e oportunidades para todos.

- **Naturalização da miséria**. Segundo os liberalistas a miséria é natural e insolúvel, sendo ainda uma anomalia da imperfeição humana que advém da moral e não mero resultado do acesso desigual à riqueza produzida.

- **Predomínio da lei da necessidade**. As necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas pois representa um importante instrumento de controle populacional e da miséria, assim corroborada pela ideia malthusiana.

➤ **Manutenção de um Estado mínimo.** O Estado tem papel neutro enquanto legislador e executor de suas próprias leis, desenvolvendo apenas ações complementares ao mercado. A intervenção do Estado deve ocorrer apenas na regulação das relações sociais como forma de garantir a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado.

➤ **As políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício.** No estado liberal tais políticas não devem ser garantidas pois são geradoras de desinteresse pelo trabalho e acomodação dos indivíduos, levando-os à reprodução da miséria e se tornando risco para a sociedade de mercado.

➤ **A política social deve ser um paliativo.** Deve-se assegurar apenas as crianças, idosos e deficientes uma assistência mínima, uma vez que a miséria é insolúvel e esses grupos não têm condições em competir no mercado de trabalho. Assim, a forma de redução da pobreza traduz-se nas ações promovidas pela caridade privada.

Essa defesa da liberdade dos indivíduos e do mercado pregada pelos liberais, com a adesão ao capitalismo de mercado deve ser compreendida no contexto socioeconômico e político da época, ou seja, “não devemos esquecer que a realidade da qual falavam era a de um Estado que preservava privilégios absolutistas, protecionismo mercantilistas e corrupção por toda parte” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.86).

Ou seja, o principal alvo de ataque dos liberais era justamente o governo do Estado Absolutista, uma vez que ele suprimia a liberdade de mercado dos burgueses naquele período, sendo uma ideologia revolucionária para a época. Essa característica pode ser considerada a principal diferença quanto ao neoliberalismo, que, mesmo tendo estruturas filosóficas e ideológicas semelhantes, não apresenta o caráter de revolucionária mas de reacionária.

Resumindo, o liberalismo teve cunho revolucionário ao contribuir para a queda do sistema feudal e o surgimento de um novo modo de produção, mas perdendo essa característica hoje, onde somente contribui para o acirramento da crise do sistema ao acentuar a concentração de renda e a exclusão social

Já Dias (2008) afirma que para Marx qualquer sistema de produção apresenta relações sociais específicas e uma forma particular de distribuição do produto econômico, servindo para explicar as mudanças na política e cultura. A teoria marxista tem

um caráter revolucionário, pois avança a ideia de que as forças produtivas são controladas por uma minoria que consegue aproveitar-se da classe trabalhadora, apropriando-se do valor excedente do trabalho, a mais-valia.

Na concepção marxista, ainda conforme a visão do autor supracitado, o Estado é um instrumento das classes dominantes que tem como objetivo manter essa situação de dominação sobre as demais classes. A revolução do proletariado deve destruir o Estado, pois este se constitui no instrumento de dominação da classe burguesa sobre a proletária.

Tal situação somente se concretiza na medida em que exista um instrumento de dominação que sirva para a manutenção dessa estrutura. E é essa, para os marxistas, a finalidade do Estado.

Assim sendo, na visão marxista, o Estado representa a organização de classe do poder político que defende e garante a dominação de uma classe sobre outra e, para cumprir seus objetivos, o Estado dispõe de órgãos de poder de dominação e controle, como, o exército, a polícia, os juízes, os presídios, etc., visando assegurar o domínio político da classe que domina economicamente esmagando resistências das demais classes (Dias, 2008).

Desta feita, Da Silva (2010, p. 14) afirma que:

O Estado não poderia ser concebido como algo distinto de um instrumento de dominação de classe. É o que se observa em uma sociedade onde prevalece a propriedade dos meios de produção e onde são geradas diferenciadas formas de desigualdade social, havendo, conseqüentemente, o favorecimento de uma minoria contra uma maioria.

Petersen et al. (1998) afirma que apesar de não se poder inferir da visão marxista uma teoria do Estado capitalista, é possível retirar de suas principais premissas os fundamentos marxistas de Estado que são:

- 1- O surgimento e o desenvolvimento do Estado decorreram das relações de produção, e não do desenvolvimento da mente humana. Ou seja, os marxistas têm uma visão materialista do Estado: relacionam sua emergência deste processo ao desenvolvimento da humanidade;
- 2- O Estado não representa, nem pode representar a vontade geral e não visa à realização do bem comum. Ele é, pelo contrário, a expressão política da estrutura de classes de uma determinada sociedade, representante dos interesses da classe que detém os meios de produção;

- 3- O Estado nem sempre existiu e que, conseqüentemente, ele se tornará desnecessário em uma sociedade sem classe.

Pode-se afirmar que a visão marxista de Estado se aprofunda de tal forma que alguns teóricos que adotam essa abordagem não consideram o Estado como mero aparelho repressivo da burguesia, mas como um campo de luta de classes cuja natureza pode ser alterada com o desenvolver da luta. Essa concepção diferenciada tem implicações importantes em termos de projetos de políticas públicas e de sua implementação.

Por fim, pela perspectiva Keynesiana, que passou a ser a principal base das políticas econômicas após a crise de 1929 e que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, ganhou força pelas proposições de políticas necessárias para devolver o rumo de crescimento do Estado, especialmente na área da economia. Vale salientar que o contexto da emergência dessas ideias é exatamente o período da maior crise já vivida pelo mundo capitalista, a chamada Grande Depressão, iniciada em 1929, com reflexos em todos os países ao longo da década de 1930 (VASCONCELOS; GARCIA, 1998).

O economista inglês John Maynard Keynes não tinha o intuito de acirrar uma revolução no que se entendia por Estado, mesmo afirmando que o Estado liberal estava com seus dias contados. Na realidade ele pretendia sugerir políticas que dessem sustentação ao capitalismo, tornando-o estabilizador e promotor do crescimento econômico.

Com a estagnação advinda do Estado Liberal, em meados do século 20, surgiu a oportunidade em inserir o Estado enquanto agente protagonista para a efetivação de soluções nas questões internas e externas da economia.

Leal (1990) afirma que Keynes na verdade estava construindo uma nova via de interpretação de Estado, distinta do arranjo liberal e do socialismo estatal, este último supostamente alicerçado nas ideias marxistas. Pela lógica keynesiana, a demanda agregada, ou efetiva, determinaria o volume de produção que, por sua vez, definiria o volume de emprego dos fatores de produção como trabalho, capital, terra, tecnologia e capacidade empresarial.

Hunt (2005) diz que tal visão de formação da riqueza, advinda da demanda, traz como efeito a necessidade em se distribuir melhor a renda da produção, dando prioridade ao consumidor em relação ao produtor e favorecendo os Estados Nacionais a

promoverem políticas de incentivo à demanda agregada, de forma a evitar crises que viessem a ampliar o desemprego e a redução dos lucros dos detentores do Capital.

Os Estados nacionais aos poucos foram aplicando as sugestões de políticas econômicas de Keynes, o que levou a resultados positivos no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Os primeiros países a inserirem a doutrina keynesiana em suas políticas foram os Estados Unidos, seguidos do Brasil da Era Vargas (Fonseca, 1989).

Leal (1990) conclui que o sucesso do Estado keynesiano nos EUA fez com que a Europa Ocidental passasse a adotar políticas que posteriormente se tornaram conhecidas como Bem-Estar Social, também chamado de *Welfare State*, trazendo como resultado um “alargamento do Estado sem precedentes e [...] uma nova relação entre capitalismo e instituições.”

Da Silva (2010, p.16) diz que:

Promoveu-se, a partir dessa ideologia, uma economia baseada no tripé formado pelo Estado/Capital/Trabalho. A consequência desta seria uma nova forma de negociação triangular articulada, em que as relações entre a classe dos empresários e a classe dos trabalhadores ocorreria em um ambiente de menor tensão.

A combinação entre capitalismo e democracia, que antes não havia no ideário do Estado, passou a se concretizar através de um compromisso entre capital e trabalho, ou seja, de um lado os proprietários dos meios de produção dão “liberdade” aos não-proprietários para que estes se organizem e criem instrumentos políticos para reivindicar direitos, de outro, os não-proprietários dos meios de produção convivem de forma harmoniosa com a manutenção da propriedade privada do capital e suas regras de lucratividade.

Conclui-se que os pressupostos keynesianos de crescimento e distribuição de renda tornaram-se compatíveis com o ideal social-democrata à medida em que permitiu uma igualdade político-partidária entre as classes trabalhadora e capitalista, sendo viável num contexto de crescimento econômico pois a sociedade se sustenta no tripé Estado/Capital/Trabalho, sem conflitos que comprometam a estabilidade do sistema em vigor.

2.4. Políticas Públicas Agrárias no Brasil

As políticas públicas são, de acordo com Feijó (2005), características do desenvolvimento frente as necessidades da sociedade, a qual se encontra num processo contínuo de crescimento, e onde esse desenvolvimento é privilégio para poucos. Para se compreender tais políticas é preciso se atentar aos fundamentos teóricos que orientam sua elaboração e execução.

Concepção política e ideologia, por exemplo, são fatores inerentes à estrutura de Estado e o modelo de desenvolvimento empregado exerce influência na formulação das políticas públicas, chegando inclusive a definir seu caráter e conteúdo. Assim, as políticas públicas, para atingir os objetivos constitucionais, devem buscar por resultados a longo prazo, gerenciando o presente e identificando mecanismos que possibilitem um futuro com maior equidade política, econômica e social.

Ao se analisar a evolução das políticas públicas agrárias nos diferentes contextos do desenvolvimento brasileiro, percebe-se que o arcabouço teórico é vasto e complexo. Primeiramente, pode-se dizer que velhas instituições não foram totalmente superadas e terminam por influenciar na concepção das políticas agrárias e agrícolas mais recentes de desenvolvimento regional.

O processo de fomento à agricultura no Brasil passou por transformações ao longo de décadas em relação ao meio rural. Em meados dos anos de 1960 e 1970 aconteceram as maiores intervenções do Estado no meio rural, ações estas que promoveram o setor agrário como protagonista de modernização do campo no processo de industrialização, fazendo com que o Estado não somente investisse na capitalização dos processos de fomento ao capital financeiro e industrial, mas também contemplasse o meio agrário.

De acordo com Gonçalves Neto (1997), as ações governamentais voltadas ao fomento do setor agrário centraram-se em cinco pontos:

- 1- Nos financiamentos da produção com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural(SNCR);
- 2- Transferência de tecnologias e assistência técnica inovação através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica - EMBRATER, sendo distribuídas para as empresas estaduais de assistência técnica,
- 3- Política de Garantia de Preços Mínimos(PGPM),

- 4- Promoção da inovação tecnológica desenvolvidas pela empresa brasileira de pesquisa agropecuária – EMBRAPA,
- 5- Garantia de seguro agrícola por meio do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO).

Silva (1999) afirma que através destes pontos foram impulsionadas a produção inovadora dentro da agricultura no Brasil, onde foram desenvolvidos vários incrementos para a indústria mecânica com a produção de tratores e implementos agrícolas, além da indústria de insumos físico-químicos como adubos, agrotóxicos e fertilizantes. Na indústria biológica teve a produção de mudas e sementes entre outras que compunham o processo de inovação agropecuária.

Em meados da década de 80, o país passou por uma crise econômica diante do seu alto endividamento externo com o FMI, a década perdida, além das elevadíssimas taxas de inflação, o qual promoveram desabastecimento nos mercados, inclusive impossibilitando o Estado em promover investimentos no meio rural.

Nos anos 90 o Brasil passou a promover alianças internacionais com grandes agentes financeiros visando promover o desenvolvimento rural no país, a exemplo do Banco Mundial (World Bank) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), nos quais pressionaram o Estado para a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), voltado ao financiamento da agricultura familiar no Brasil.

Nunes et al. (2014, p.68) acerca das políticas agrárias no país dizem que:

Na era de globalização da economia, onde forças de localização têm evidenciado dinâmicas de desenvolvimento diversificadas, o Estado insiste em reproduzir a antiga crença setorial, estimulando modelos exógenos e especializados a partir da formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), estes voltados para o mercado externo. Essa ação resulta na manutenção de setores nos quais o Estado ou as grandes empresas, especialmente multinacionais, estruturam e controlam arranjos institucionais que reproduzem a concentração econômica, a dependência externa e aprofundam a desigualdade regional.

Na concepção das políticas agrárias mais recentes, acredita-se que a definição de um eixo estratégico comum de desenvolvimento rural e regional para determinada região, possuiria uma lógica mais endógena e de fortalecimento de mercados, sejam eles locais ou regionais, visando o retorno social e econômico que toda política pública deveria proporcionar.

Vale ressaltar que agricultura familiar de fato não teve organização e força suficientes no Brasil, a ponto de poder influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola.

Além disso, com os ditames neoliberais impostos, a política agrícola se tornou subsidiária, estando até os dias atuais subalterna às determinações macroeconômicas, prevalecendo nesse campo apenas políticas fiscais, monetárias e cambiais. Um exemplo claro disso é que a política comercial da fase pós-real se sustentou graças a chamada "âncora verde". (ABRAMOVAY, 1992).

Diante dessas inserções do Estado na política agrária, assim como na América Latina, o Brasil tem vivenciado um problema estrutural na sua política de geração de emprego e renda ao longo das décadas citadas, principalmente na década de 90, período de ampliação dos níveis de desigualdade onde se chegou ao maior nível da taxa de informalização do mercado de trabalho.

Em 2002, um novo governo apresentou um projeto de Estado-Nação que tinha como objetivo central a erradicação da fome e a redução das desigualdades, impulsionando o mercado interno diante do estabelecimento de políticas públicas de promoção da geração de emprego e renda, de produção e comercialização dos produtos e de políticas de inclusão social, especialmente no campo.

Muitas políticas públicas foram instituídas nos mais diversos segmentos econômicos, dentre eles o rural, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, demanda solicitada pelos movimentos sociais para se ter um Ministério específico para tratar da pauta da agricultura familiar e com articulação com os demais Ministérios e políticas.

Entre estas políticas estão a de Inclusão Produtiva, que visava a estruturação produtiva de vários APLs, onde, através da inserção do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF foi possível estabelecer outros programas a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Tais políticas atingiram um número significativo de beneficiários proporcionando mudanças na vida destes trabalhadores e na realidade socioeconômico destes.

Outro dado importante que fortaleceu as políticas públicas agrárias foi que elas não se restringiram ao fomento de produção, mas também abarcaram políticas de

infraestrutura para o campo, como o Luz para Todos, que levou energia elétrica para os lugares mais longínquos do país, possibilitando a aquisição de produtos de bens duráveis, a exemplo dos eletrodomésticos, impulsionando a economia industrial.

O Água para Todos, que também foi de suma importância à manutenção produtiva e a preservação do meio ambiente, o Programa Nacional de Habitação Rural(PNHR), o qual foi possível atender ao maior anseio do trabalhador rural, que é o da moradia digna, além da conjugação de políticas voltadas a áreas como Saúde, Educação, Assistência Social e Inclusão Digital.

Hoje, as políticas agrárias com foco na oferta (PRONAF e reforma agrária) devem se integrar as de foco na demanda (PAA e PNAE), utilizando assim, eficientemente, o potencial dos agricultores familiares do país, para que possam dar resultados, pois para se chegar a políticas eficientes três pilares das políticas públicas agrárias devem trabalhar em conjunto, as de produção, de comercialização e a assistência técnica eficiente e eficaz (Nunes et al., 2014).

2.5. Dinâmicas e Redes Sociais

De acordo com o sociólogo americano Granovetter (1973; 1983), as redes sociais são sistemas compostos por “nós” (indivíduos, grupos ou organizações) e tramas (conexões/relações) criadas entre eles, para o autor, a análise dessas redes representam um enfoque sociológico e de dinâmica econômica cujo objetivo é compreender os efeitos das interações sociais sobre o comportamento tanto dos indivíduos como em grupo, partindo-se da premissa de que o tecido social se compõe por várias redes de relacionamento.

Nesse sentido, Burt (1992) afirma que dentro dos espaços de interação social, os que mantêm melhor desempenho são exatamente aqueles onde os atores sociais se relacionam a partir de redes mais densas e de maior proximidade, como o que ocorre nos espaços de diálogo dos Colegiados Territoriais.

Santos (1998) afirma que as redes não se relacionam apenas aos fluxos e conexões, pois para que os fluxos sejam estabelecidos, são necessários que nós se estabeleçam uma vez que eles possuem origem e destino. Insta ressaltar que tais termos

apesar de independentes, se complementam, assim sendo, os fluxos geram nós que por sua vez irão criar novos fluxos.

A rede por sua vez sofre mutações constantes no momento em que promove intercâmbios. Claude Raffestin (1993) destaca com categoria tal característica das redes. Segundo ele o estudo do controle das redes de circulação e de comunicação é o que concebe a natureza das redes geográficas pois para ele controlar as redes representa controlar os homens e lhes impor uma nova ordem que poderá vir a substituir a anterior.

Raffestin ainda as classifica em redes materiais, que são as compostas por pessoas, mercadorias e matérias-primas e as redes imateriais que se relacionam ao fluxo de informações. Santana (2004) afirma que as redes fazem parte do espaço e dos meios espaciais de produção, dando-lhes ao mesmo tempo fixação e suporte.

Santos (1999c) afirma que é preciso que as ações sejam analisadas a partir de sua temporalidade, contudo, como as redes são dinâmicas e portanto se encontram em constante mudança, seus nós se alteram de forma contínua, portanto, para uma melhor compreensão delas, deve-se estudar suas dinâmicas levando em consideração períodos com características predominantes. Ribeiro (2001) faz uma importante análise da obra de Miossec de 1976 (*La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique*) onde o mesmo destaca três tipos de redes geográficas de grande influências para os estudos na área:

1 – Redes de Distribuição – que se refere a distribuição de bens e serviços, cuja fonte se baseia na teoria de localidades centrais de Christaller (1933). Segundo esse modelo, as redes são determinadas a partir de centros com aptidão para a distribuição de bens e serviços.

2 – Redes de Produção – são aquelas compostas pelos fluxos de matérias-primas, bens intermediários ou produtos finais, são as redes que buscam os lugares com maior vantagem de produção, seja matéria-prima ou força de trabalho.

3 – Redes de Gestão ou Decisão – é o que hoje é bastante desempenhado pelo Estado e pelo setor privado na formação de estratégias para a circulação em rede das informações.

Assim, a rede pode ser considerada como um escopo analítico geográfico que deve ser utilizado de forma complementar para um melhor entendimento da organização

espacial de um ou mais agentes, que no caso, as interações decorrentes das relações dos atores sociais nos Colegiados Territoriais, mais especificamente do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano.

Pode-se afirmar que os Colegiados mais atuantes e com maior destaque dentro da política de desenvolvimento eram justamente as organizações em rede por apresentar características próprias dessa sistemática, quais sejam, a multifuncionalidade e a multilocalização, além é claro de um bom gerenciamento em suas redes horizontais (ligadas à produção) e verticais (devido a suas necessidades de intercâmbio com demais segmentos da cadeia cooperativa).

Silva (2002) diz que as redes são na realidade arranjos de localizações geográficas com áreas e pontos interconectados que se dinamizam a partir de um sistema de alinhamento de ações e informações entre os que estão dentro dessa rede.

Corrêa (2001), ao se basear em Kansky também definiu as redes geográficas como sendo um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si a partir de um determinado número de ligações (nós) que são criadas a partir de relações (tramas). Tal conjunto, conforme exemplo por ele citado, pode ser uma determinada cooperativa de produtores rurais com os produtores a ele cooperados ou ainda as ligações materiais ou imateriais dessa mesma cooperativa a outras com a mesma finalidade.

Ruy Moreira (2007) afirma que as redes representam hoje um espaço móvel, fluido e linear, cuja densidade varia em função da rapidez dos fluxos e trocas, sendo a mobilidade sua principal marca. Para ele o sistema de redes vem organizando o espaço desde os anos 70 ao afirmar que:

Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado (MOREIRA, 2007, p.57)

Haesbaert (2004) afirma que a rede permite conceber o caráter dinâmico e móvel do território:

Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um

‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Assim, as redes conectam espaços em escalas multiescalares, sejam elas mundial, nacional, regional ou mesmo local e os atores que controlam tais redes tentam sempre impor a fluidez no espaço através da racionalidade informacional que detém.

Favareto (2010b, p. 313) afirma que “a criação de instituições mais favoráveis à dinamização dos territórios e à diminuição das desigualdades parece ser fortemente influenciável por determinadas características da morfologia social local”. Nesse sentido, pode-se dizer que os arranjos sociais onde há uma descentralização de poder, com atores mais atuantes, podem ser locais com maior probabilidade de inovação e cooperação.

2.6. Capital Social e Governança

Percebe-se que nos últimos anos a produção acadêmica acerca do tema capital social e governança vêm ganhando cada vez mais espaço, especialmente quando o foco são abordagens locais e territoriais. Esse enfoque se fortaleceu ainda mais a partir dos resultados da pesquisa realizada por Putnam (1993) na Itália, o qual demonstrou haver forte relação positiva entre capital social, governança efetiva e desempenho governamental.

Putnam (1993) afirma que Capital Social representa uma característica da estrutura social, sendo ela inerente as organizações sociais, como também o são as redes e cadeias de relações sociais e confiança, contribuindo para alavancar a eficácia e a eficiência das ações coletivas, incluindo aí também as ações cooperadas e compartilhadas.

Segundo ele, um povo cuja cultura tenha em seu bojo elementos como confiança e compromisso de reciprocidade e cooperação, possui um capital social altamente desenvolvido e produtivo.

Contudo, não há uma ideia consensual acerca do conceito de capital social pois há muita disputa, especialmente sobre diferentes óticas ao se tentar compatibilizar as relações sociais e as políticas públicas de desenvolvimento. Molyneux (2002) afirma que capital social é ao mesmo tempo fonte de recursos, normas e organizações, sendo entendida dentro de uma lógica de causa e efeito.

Por outro lado, esse conflito conceitual gera oportunidades para se retornar ao debate de temas ligados às tensões entre capital e social, entre o individual e o coletivo na compreensão das diversas dimensões sociais presentes no desenvolvimento.

Apesar de conflitos conceituais, parece existir um consenso entre os autores em relação à importância do contexto na definição de variáveis e de fatores do capital social, pois percebe-se que o capital social não pode ser isolado de seu meio, sendo ele a chave para se analisar o nível de atuação dessas pessoas no conjunto social ao qual estão inseridas.

Portanto, o capital social influi diretamente no comportamento e atividades sociais de forma contextualizada de acordo com as relações sociais onde se inserem. Nesse sentido, Robinson (2002) afirma ser o capital social um conjunto de recursos a que um indivíduo ou um grupo tem acesso em função do fato de pertencer a uma rede de intercâmbio e relações mutuamente proveitosas, assim características como confiança, relações e normas podem auxiliar no desenvolvimento coordenado de ações e projetos de benefício comum.

Pode-se inferir que o fortalecimento do capital social está vinculado a criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições, uma vez que as ações deixam de ser menos individualizadas e tornam-se mais coletivizadas. Nesse sentido, é preciso a criação de uma coordenação de ações como forma de assegurar a formação de sinergias para que se alcance os objetivos.

E, justamente a intensificação das relações no estabelecimento da coordenação dessas relações é que se promove a boa governança, que depende necessariamente de um aprendizado que pode ser derivado da repetição e consistência das ações coletivas. Portanto, estes dois aspectos, o fortalecimento do capital social e a formação da boa

governança, é que são elementos essenciais para a consolidação de fortes redes cooperativas dentro dos Colegiados Territoriais.

A expressão “governance” surgiu a partir de reflexões inicialmente propostas pelo Banco Mundial, “tendo em vista aprofundar o conhecimento das condições que garantem um Estado eficiente” (Diniz, 1995, p. 400). Ainda de acordo com Diniz, “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (Ibid., p. 400). A capacidade governativa não seria avaliada apenas pelos resultados das políticas governamentais, e sim também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder e como o capital social interfere nesta relação.

Ao se reconhecer as potencialidades dos atores sociais na gestão pública, a literatura sobre tal assunto começou a enfatizar o tema ‘governança’, demonstrando ser essa uma nova tendência na administração pública e na gestão das políticas públicas. Novas formas de articulação político administrativa foram impulsionadas com o maior envolvimento de atores sociais na gestão pública, e isso pode ser notado em várias frentes e setores, ou seja, essa nova formatação de gestão pública e social se aproximou ainda mais dos modelos de estruturação em rede enquanto princípio básico de organização, fenômeno crescentemente debatido por diversos autores que tratam sobre governança (Bourdin, 2001; Hambleton et al., 2002; Kooiman, 2002; Pierre, 2001; Sisk et al., 2001).

Portanto, apesar dos conceitos teóricos acerca do tema governança serem multifacetados (Hirst, 2000; Rhodes, 2000), não há dúvidas que existe uma mudança significativa em relação aos conceitos tradicionais, especialmente os que se baseiam no princípio da autoridade estatal, quando o assunto é governança, frisando novas tendências por uma gestão compartilhada, envolvendo diversos setores como o público, o privado e o terceiro setor.

Percebe-se nessa nova tendência o reconhecimento inclusive dos próprios limites da ação estatal: “Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” (Stoker, 2000, p. 93).

3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE ALAGOANO

O território do Litoral Norte de Alagoas compreende uma área de cerca de 2.500 km², o que representando cerca de 9 % (nove por cento) da área total do estado, possuindo como limites ao Norte, o Estado de Pernambuco; ao sul, Maceió; a Leste, o Oceano Atlântico e a oeste, a Zona da Mata Alagoana.

O território possui hoje uma população absoluta de aproximadamente 180.000 pessoas, que se deve historicamente à produção canavieira. É composto por 12 municípios: Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Jundiá, Maragogi, Matriz do Camaragibe, Passo do Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Milagres, Campestre e Jacuípe, quase todos interligados por rodovias estaduais e vicinais municipais, algumas em precário estado de conservação.

Mapa 2 – Localização dos Municípios que compõem o Território Litoral Norte Alagoano em relação ao estado de Alagoas.



Fonte: Sistema de Informação Territorial, PTDRS 2006.

A formação histórica desse território é complexa, com conflitos desde o período da colonização entre nativos (*caetés* e *tupinambás*) e colonizadores, passando pela entrada contínua de pessoas escravizadas trazidas da África, além da ocupação holandesa e de insurreições como a dos *Cabanos*.

O Território tem como marco inaugural o município de Porto Calvo, sendo o mais antigo de todos, com 195 anos, e também uma das primeiras regiões de Alagoas a ser habitada por colonos portugueses. Maragogi também possui grande destaque histórico para o território, uma vez que foi palco de batalhas contra os holandeses e de luta para que D. Pedro I retornasse ao trono, após sua renúncia e saída do Brasil para Portugal.

De uma forma geral, os municípios do Território originaram-se de comunidades tradicionais como índios e pescadores, Japaratinga por exemplo, surgiu a partir de uma colônia de pescadores existente onde hoje fica a sede da prefeitura municipal, enquanto que São Luiz de Quitunde deve sua origem a uma aldeia indígena.

Tabela 1 – Dados Gerais do Território do Litoral Norte Alagoano

Variável do Território	Valor
Área (em Km²)	2.431,37
População Total	180.790
População Urbana	125.065
População Rural	55.725
Nº de Famílias Assentadas/Reforma Agrária	3.327
Nº de Estabelecimentos da Agricultura Familiar	4.051
Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar	9.203

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010/2018), INCRA (2014), Atlas do Desenvolvimento Humano (2014), Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014)

Pelos dados do Caderno Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos municípios que integram o território do Litoral Norte de Alagoas é de 0.562, um pouco menor que o do Estado de Alagoas, que é de 0.631, considerado ainda o pior do país.

Tabela 2 – Dados Demográficos e Socioeconômicos do Municípios do Litoral Norte Alagoano

Município	Pop. 2018	Pop. 2010	IDH
Barra de Santo Antonio	14.869	14.230	0,557
Campestre	6.918	6.598	0,559
Jacuípe	7.036	6.997	0,548
Japaratinga	8.317	7.754	0,570
Jundiá	4.175	4.202	0,562
Maragogi	32.369	28.749	0,574
Matriz de Camaragibe	24.649	23.785	0,584
Passo de Camaragibe	15.232	14.763	0,533
Porto Calvo	27.079	25.708	0,586
Porto de Pedras	7.873	8.429	0,541
São Luis Quitunde	34.415	32.412	0,536
São Miguel dos Milagres	7.889	7.163	0,591

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010/2018), INCRA (2014), Atlas do Desenvolvimento Humano (2014), Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014)

Em relação aos estabelecimentos rurais, as que possuem mais de 500 hectares correspondem a 5% do número total de estabelecimentos, mas ocupando 53 % das terras agricultáveis enquanto que aquelas com até 20 hectares representam numericamente 72% dos estabelecimentos existentes no território, mas com baixo percentual de terras agricultáveis.

O desenvolvimento rural e a gestão social no Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano devem ser analisadas tendo como ponto de partida as relações sociais criadas entre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, agricultores familiares, movimentos sociais legalmente constituídos e representantes do Poder Público das

esferas municipais, estadual e federal, a qual teve como força motriz as políticas públicas.

Atualmente o território, enquanto instrumento formal de implementação de políticas públicas, desempenhou papel fundamental para o crescimento socioeconômico da região, mas que agora encontra-se sem funcionamento, especialmente em função da desestruturação do MDA, algo constatado a partir do trabalho de campo como será analisado mais a frente.

Devido a forte presença da indústria canavieira e, conseqüentemente, da falta de terras para o cultivo, da elevação das desigualdades sociais e do aumento da pobreza rural, o Litoral Norte Alagoano foi inserido em 2003 no Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT). Tal programa foi implementado no intuito de:

“promover cada vez mais o protagonismo dos atores sociais para a construção e governança do desenvolvimento de seus territórios. E, para isso, embasada em experiências nacionais e internacionais de aprofundamento da democracia participativa, tem reforçado a necessidade de fortalecer a cultura da gestão social, a ampliação das redes sociais de cooperação, estimulando as iniciativas que reorientam as dinâmicas socioeconômicas a partir da articulação e coesão das diversas políticas públicas federais, estaduais e municipais” (SDT/MDA, 2010).

Então, para legitimar a inserção do território alagoano para que o mesmo pudesse acessar recursos financeiros do Governo Federal, por meio de projetos sociais, o PTC (Programa Territórios da Cidadania) foi implementado, o que acarretou no surgimento de condições de outras cadeias produtivas, bem como o implemento de atividades da indústria turística. (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral Norte de Alagoas/PTDRS, 2011).

A inserção do Litoral Norte Alagoano no Programa Territorial Rural trouxe grandes expectativas quanto a mudanças nas condições de vida da população rural, uma vez que nesse território sempre houve ínfimo dinamismo econômico com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Nesse sentido, vale salientar que em virtude da formatação colonial, o modelo coronelista e conservador sempre existiu, com o domínio dos grandes proprietários rurais e com base na monocultura da cana de açúcar.

A partir da nova concepção de desenvolvimento rural implementada com o PTC, não se pode negar que mudanças profundas foram efetivadas nessa reorganização de espaços, em especial nas políticas de transferência de renda, mas que terminaram por se

restringir as ações imediatistas, não sendo dada a devida atenção às políticas estruturantes de longo prazo.

3.1. Organização e Dinâmica do Programa Territórios da Cidadania

Wanderley (2014) ao analisar a conjuntura socioeconômica e política do momento inicial do Programa Territórios da Cidadania constatou que muitas das ações implementadas por meio da gestão social participativa conseguiam atingir exitosamente as esferas locais e territoriais por meio da implementação de recursos federais. Teoricamente falando, o Estado brasileiro, por meio de políticas de governo criadas e implementadas durante o ciclo Lulista, defendeu o desenvolvimento territorial rural sustentável como meio de se atingir o desenvolvimento econômico de forma entrelaçada com a justiça social.

Na esfera operacional, percebe-se que muitas das ações implementadas por meio dos Territórios não chegaram a atingir seus objetivos a contento, uma vez que muitas dessas ações foram construídas de forma equânime a todos os Territórios da Cidadania do país, por meio das Matrizes de Ações, sem levar em consideração as peculiaridades de cada uma delas.

Porém dentro de cada Território, cada um deles deveria criar o Conselho de Articulação Estadual (CAE) com intuito de adequar essa Matriz a realidade local, mas que muitos não o fizeram, o qual será levantado mais à frente.

No campo pedagógico, esses espaços de discussão coletiva foram ainda locais de formação de sujeitos sociais com atuação positiva e de forma protagonista na implementação de políticas, não só na área de desenvolvimento rural, mas em áreas como saúde, educação, social e várias outras.

Contudo, na visão de Wanderley (2014), o Programa Territórios da Cidadania deveria atender de forma imperativa as necessidades do grupo ao qual o Programa se direcionava, em especial numa perspectiva política de desenvolvimento uma vez que as ações que surgiam desde a formulação da demanda até a sua consecução possuíam em seu bojo forte conotação de concepção política do grupo proponente.

Nesse sentido, a atuação do estado, enquanto articulador das ações, conseguiu inicialmente articular vários ministérios em prol da implementação de políticas públicas

de cunho de gestão participativa, onde o protagonismo local seria o centro do todo e com forte complexidade tanto social quanto econômica.

Assim a constituição dos Territórios da Cidadania revelou naquele momento a valoração da democracia participativa deliberativa enquanto política de governo, em prol de um Estado efetivamente democrático, tendo a sociedade no centro do planejamento de políticas públicas e de controle social nas ações estatais.

3.2. A constituição do Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano: Relações de poder.

O Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano possui certas peculiaridades tanto em relação à organização política e social de seus representantes, uma vez que em virtude da forte presença da agroindústria canavieira e da presença de grandes latifúndios há uma forte concentração de pobreza rural e com desigualdades sociais cavaleares.

A criação do Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano se deu de forma peculiar, a partir dos esforços das equipes inseridas por meio do Programa para implementação do mesmo na região. Ocorre que grande parte da população que reside neste território não possui um sentimento de pertencimento ao território e, assim, desconhece sua conformação, entidades atuantes e a importância de seu papel enquanto protagonista.

A atuação dos atores sociais é considerada de certa forma incipiente, marcada por fortes relações de conflito de poder no campo, principalmente pela presença dos latifúndios canavieiros.

Insta ainda salientar, que, até a formatação do território do Litoral Norte de Alagoas não havia, seja local ou territorialmente, dispositivos ou meios politicamente expressivos no apoio à agricultura familiar em escala supra-municipal, como pólos sindicais, fóruns, colegiados consorciados ou outros meios de tratativa coletiva nos quais envolvessem atores com articulação de cunho territorial em qualquer contexto de discussão.

Admite-se ainda que as próprias organizações de base, mesmo não sendo supra municipais, não possuem histórico de combatividade e defesa devido a falta de estímulo

ao protagonismo social. O fato é que tal expressividade deste tipo de entidade somente começou a existir no momento em que governos de esquerda passaram a comandar as esferas de governo.

Ocorre que se levar em consideração a diversidade populacional existente no território, percebe-se que o grau de identidade antes e depois da constituição dos Territórios sofreu um salto positivo significativo ao qual pode se creditar às expectativas despertadas na população pela própria instituição Território da Cidadania, mesmo não sendo este um ente juridicamente constituído conforme os parâmetros legais.

O território, enquanto espaço político de articulação de demandas até então represadas, especialmente na área da agricultura familiar, passou a ser um locus de debate, proposição e construção de políticas públicas, isso num ambiente hegemonicamente canavieiro, como o caso do território do Litoral Norte de Alagoas.

Enfim, percebe-se diante da pesquisa de campo, que de forma geral a capacidade institucional dos atores que compõe o Colegiado do Território é relativamente baixa, apesar do volume de demandas apresentadas à época da existência regular das ações por meio do Programa.

Não se pode negar que de fato houve uma aproximação do Colegiado com vários atores locais, mas que infelizmente, na perspectiva da exequibilidade, este não conseguiu alterar significativamente o quadro compartilhado de pobreza, apesar das limitações jurídicas e políticas que impactariam na sua capacidade de ação.

Isso percebe-se a partir dos dados publicados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) quanto ao Sistema de Gestão Estratégica, senão vejamos:

Tabela 3 – Capacidade Institucional do Colegiado do Território do Litoral Norte de Alagoas - Dados do SGE

Variável do Território	Nível	Classificação
Gestão do Colegiado	0,600	Médio
Capacidades Organizacionais	0,392	Baixo
Serviços Institucionais Disponíveis	0,285	Baixo
Instrumentos de Gestão Municipal	0,379	Baixo
Mecanismos de Solução de Conflitos	0,264	Baixo
Infraestrutura Institucional	0,531	Médio
Iniciativa Comunitária	0,285	Baixo

Fonte: SGE, SDT/MDA (2015/2016) – Parâmetros: 0,00 – 0,20 (Muito Baixo); 0,21 – 0,40 (Baixo); 0,41 – 0,60 (Médio); 0,61 – 0,80 (Alto); 0,81 – 1,00 (Muito Alto).

Tais dados são corroborados inclusive pelos membros do Colegiado do Território entrevistados. Ao se analisar o ciclo de gestão social, quanto à participação da sociedade civil e do controle social nas decisões políticas, a concepção dos sujeitos acerca da materialidade dos instrumentos legais e da importância do protagonismo na implementação de ações via Território é fundamental no intuito de se verificar a atuação da sociedade civil e do Poder Público na construção da democracia participativa no Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano.

Nesse sentido, a entrevista semiestruturada foi realizada com membros participantes das 03 instâncias do Colegiado Territorial, da sociedade civil, do poder público, e o assessor territorial de gestão social (ATGS), isso no período de 2018.

Na entrevista realizada consta um total de 06 perguntas abertas. A escolha do modelo de entrevista semiestruturada justifica-se pela relevância de argumentos e pela liberdade de respostas dos membros do Colegiado selecionados, tanto quanto ao posicionamento político, quanto ao posicionamento ético acerca da sua atuação enquanto sujeito diretamente influenciador na escolha das políticas de desenvolvimento territorial rural, especificamente do PTC.

Diante da importância das entrevistas qualitativas e análise dos documentos elaborados pelo Colegiado ao longo da atuação dos seus membros, a escolha dos participantes levou em consideração, enquanto critério seletivo, a participação regular e

ativa nas reuniões do Colegiado Territorial e o poder de influência desses membros na dinâmica do Colegiado, a partir da análise das Atas disponibilizadas.

Vale nesse ponto salientar que a composição do Colegiado, institucionalmente falando, apresenta uma heterogeneidade quanto a concepções políticas e de construção de propostas, o que de certa forma influenciou diretamente no andamento das ações do Território.

Segundo o próprio Regimento Interno do Colegiado do Litoral Norte Alagoano, quanto a composição afirma em seu artigo 5º que:

Art. 5º - O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO está constituído pelas seguintes entidades e seguimentos:

- a) Secretarias Municipais (indicado pelo gestor municipal);
- b) Sindicatos de Trabalhadores Rurais;
- c) Cooperativas de Agricultura Familiar;
- d) Associações da Agricultura Familiar (artesãos, assentados, apicultores...);
- e) Comunidades Tradicionais (Índios, Quilombolas...);
- f) Movimentos Sociais (jovens, reforma agrária, mulheres...);
- g) ONGS;
- h) Colônia de Pescadores;
- i) Bancos Oficiais (Banco do Nordeste, do Brasil, Caixa Econômica);
- j) Entidades do Poder Público Federal, Estadual, Municipal.

§1º As entidades participantes deverão preencher uma ficha de cadastro, bem como, assinar através de seu/sua representante um termo de adesão;

§2º Cada entidade deverá indicar um membro titular e um suplente para representá-la no COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO;

§3º Os segmentos sociais que tenham organização formal de âmbito municipal ou territorial deverão escolher sua representação através de encontro territorial;

§4º As representações destes segmentos deverão ser apresentadas a coordenação do COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO através de um ofício acompanhado de Ata e lista de participantes na atividade.

Assim, o maior desafio na composição do Colegiado estava justamente na diferenciação entre participação pela simples presença física nas reuniões e a efetiva participação nas discussões e debates. Seguindo esta linha de pensamento, Maia (2005) afirma que o principal desafio para ações implementadas por meio de espaços de discussão coletiva está nos resultados conquistados por esses representantes dos movimentos sociais, transformando planejamentos e discussões em direitos sociais e ações políticas direcionadas à construção de uma sociedade coletiva.

Por fim, insta salientar que a complexidade do Programa Territórios da Cidadania, inicialmente planejado e formatado pelo Governo Federal, mas cuja execução ficava a cargo das instâncias locais, terminava pondo em destaque as assimetrias no campo e as disputas de propostas dos grupos existentes na composição do Colegiado, quanto as relações de poder e o posicionamento político do Estado no Território.

3.3 A construção dos instrumentos legais e sua materialidade: a gestão social participativa do Colegiado Litoral Norte Alagoano

Como já analisado no capítulo anterior, o PTC representou um programa de conjugação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional num trabalho conjunto entre 22 Ministérios, desde o de Desenvolvimento Agrário, passando pelo da Saúde, Educação e de Tecnologia. A gestão social do Programa aglutinou a participação da sociedade civil e esferas governamentais nas decisões políticas para aplicação de recursos federais.

Os Territórios da Cidadania¹ representaram ainda uma reorganização espacial a qual, de certa forma, terminou mexendo na dinâmica política, econômica e social da população desses territórios pois novos desenhos passaram a se concretizar enquanto novos potenciais produtivos.

No que concerne à gestão social do Território do Litoral Norte Alagoano, os instrumentos legais utilizados para materializar as ações planejada e as implementadas poderiam ser subdivididas em dois tipos:

I – Instrumentos elaborados coletivamente entre a sociedade civil e o Poder Público, seja ele de quaisquer esfera de atuação; aqui pode-se elencar o Regimento Interno do Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Litoral Norte Alagoano, as Atas de reuniões tanto das instâncias de Plenária Geral do Colegiado, como de suas Câmaras Temáticas e dos Núcleos Técnicos, conforme documentação constante nos Anexos.

¹ O Programa Territórios da Cidadania foi instituído pelo Decreto de 25 de Fevereiro de 2008 voltado à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidade de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País (BRASIL, 2015).

II – Instrumentos construídos pelo Poder Público mas com a participação da sociedade civil apenas nos debates políticos de execução como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Litoral Norte Alagoano/PTDRS, os Projetos de Infraestrutura/PROINF além dos Relatórios de Matriz de Ações.

Desta forma, o principal desafio da gestão social do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano residia justamente na percepção por parte desses membros na utilização dos instrumentos legais pelos representantes da sociedade civil e do Poder Público no Estado democrático de direito e na organização política da sociedade civil nos novos espaços públicos de participação e de controle social nas decisões políticas sobre o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, na esteira de Bobbio (2000), o mesmo afirma que na democracia participativa o Estado de direito se concretiza no momento em que o fluxo de poder, de forma ascendente, faz emergir a sociedade civil frente ao Poder Público e assim a representação política consegue abarcar a heterogeneidade da sociedade e seus projetos societários, assim descreve Bobbio:

Para entender melhor esta questão, é possível listar alguns elementos que caracterizam a formação das democracias participativas:

- 1) Existência de uma pré-disposição dos governantes para compartilhar com a sociedade civil os espaços de poder que correspondem à esfera do Estado;
- 2) Criação de espaços de comunicação que articulem representantes da esfera estatal e da sociedade civil com o fim de estabelecer um canal de mediação entre os diferentes atores sociais;
- 3) Constituição de uma agenda pública de discussões envolvendo a cidadania enquanto um todo ou seus representantes eleitos;
- 4) Encaminhamento de deliberações previamente negociadas entre Estado e sociedade civil pelas estruturas estatais ou por mecanismos de co-gestão públicos.

Trazendo essa conceituação para o Território, a democracia participativa se concretiza no momento em que o Colegiado tem a capacidade de centrar as decisões políticas a partir da funcionalidade das instâncias regimentadas no cotidiano das relações de poder.

Infelizmente, as experiências de participação da sociedade civil nas decisões políticas de democratização da gestão social não se mostrou muito eficaz do ponto de vista prático, especialmente no Território aqui analisado pois é marcante ainda as

relações de dominação política e de poder entre os proprietários de terra e os trabalhadores do campo, além da falta de competência estatal em zelar pelos recursos públicos e no âmbito do Colegiado, pelo caráter personalista de determinadas lideranças. Nesse sentido podemos citar aqui Jessé Souza em sua mais recente obra *A Classe Média no Espelho*:

O ego mais frágil e inseguro é bem aquele que precisa se pensar como o mais forte e capaz. O ego inflado do indivíduo moderno é o fator determinante de seu uso pelo mercado e pelos podres poderes para a reprodução de todos os interesses daqueles que estão acumulando riqueza. Se alguém furar com um alfinete esse ego inflado, predominante por toda a parte, mas sobretudo na classe média, o que teremos é um flato, não obstante percebido como perfume pelo seu dono.

(...)

Ela permite também desmascarar e denunciar os usos perversos do desconhecimento de um público indefeso, usos que promovem interpretações cuja única razão de ser é a legitimação de privilégios injustos. Permite, ainda, que possamos nos armar de uma compreensão mais justa e verdadeira dos conflitos sociais e existenciais de nosso tempo e de nossa sociedade. Perceber como o mundo social funciona de fato é o maior desafio para uma vida com sentido, autonomia e direção própria (Souza, 2018, p. 55-56)

Assim, apesar da constituição do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano representar, pelo menos conceitualmente, uma mudança de paradigma no sentido de valorização da participação democrática e de mudança política na construção de políticas públicas, de fato, apenas uma minoria com forte poder de influência perante o Colegiado é que de fato direcionava as ações e políticas implementadas.

Isso fica claro no momento em que se passa a analisar as Atas das Reuniões da Plenária do Colegiado e as ações nela discutidas, bem como a atuação dos representantes das entidades nas reuniões e direcionamentos tomados nas mesmas. Para tanto foi-se analisado um total de 11 (onze) Atas, sendo 02 (duas) de 2014, 02 (duas) de 2015, 03 (três) de 2016 e 04 (quatro) de 2017, as quais foram disponibilizadas pelo Colegiado.

Vale ressaltar que não há documentos formalmente constituídos do período, uma vez que o Colegiado não tinha o costume de guardar tal documentação, além disso no período anterior ao acima retratado houve esporadicamente a condução dos trabalhos

por assessores que apoiavam o Território por meio de contratos por prazo determinado vinculados a entidades sem fins lucrativos contratados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e quando seus contratos terminavam, não deixavam esse memorial de posse do Colegiado.

3.4. Os instrumentos legais construídos coletivamente e pelo Poder Público

Ao se analisar as 11 (onze) Atas das Reuniões da Plenária, praticamente em todas elas a política pública norteadora das reuniões se deu em torno das ações orçamentárias do financiamento dos Projetos de Infraestrutura/Proinf, tendo ainda uma certa manipulação de alguns membros do Colegiado para que esta se desse desta forma.

O Programa de Infraestrutura (Proinf) foi uma política pública desenhada e implementada pelo Governo Federal, cuja execução ficava a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e que tinha como objetivo central combater a pobreza rural e assim reduzir as desigualdades sociais.

O Proinf atuava com aporte financeiro apoiando Projetos de Infraestrutura e de Serviços nos Territórios da Cidadania do país, sempre de acordo com determinados critérios e atendendo uma diversidade de público, conforme cada Chamada Pública lançada.

Ressalta-se aqui que a prioridade de investimentos era em projetos cujo objeto fosse voltado a três vertentes: inclusão produtiva, fortalecimento da gestão social e das redes cooperativas e/ou associativistas e ao estímulo a uma maior articulação de políticas públicas nos territórios.

Os recursos públicos utilizados por esta política eram provenientes do Tesouro por meio da Controladoria Geral da União (CGU) e acessados pelos Territórios segundo normas e critérios onde era realizado um cadastro de proposta técnica, após escolha do Colegiado, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV).

Aqui deve-se se fazer uma reflexão acerca da dependência institucional do Colegiado no acompanhamento destes projetos uma vez que, apesar de serem eles formalmente constituídos, não possuíam personalidade jurídica para poderem ser configurados como proponentes, ficando sempre dependentes de entes do poder

público para a proposição legal perante o sistema do SICONV, seja do poder público municipal ou do estadual.

Em relação as duas Atas referentes ao ano de 2014, o coordenador do Colegiado, assim intitulado no documento, tratou basicamente do Proinf, falando sobre critérios de elegibilidade, regras e orientações na construção da proposta técnica além do cadastro no Sistema de Convênios do Governo Federal (SINCOV), como sobre os parâmetros do proponente e o acesso aos recursos públicos disponibilizados pelo ente federal.

Percebe-se notadamente que nessas reuniões há forte direcionamento para onde os investimentos, via essa política pública deveriam ocorrer, sendo os demais membros do Colegiado meros espectadores. Um exemplo disso é que na Ata do mês de novembro de 2014 o coordenador do Colegiado informa que o Proinf referente ao caminhão baú iria ser direcionado a determinado Município em detrimento de outros, e que essa conclusão não fora posta em votação.

Outra situação a ser levada em consideração é que nas Atas, especialmente as de 2014 e 2015, anos os quais o Programa possuíra uma força considerável, tanto política quanto financeira, houve uma tentativa infrutífera da Coordenação do Núcleo de Extensão Territorial, responsável por apoiar o Colegiado na condução dos trabalhos, em incluir outras políticas públicas nas discussões colegiadas, dentre as mais de vinte políticas públicas abarcadas pelo Programa, como o caso do PNHR, o Luz para Todos, Pronatec Campo, PNAE dentre outros, ocorre que não era dada a devida atenção pela coordenação do Colegiado e os membros apenas seguiam as resoluções deste sem muitos questionamentos.

Essa concentração do poder colegiado é percebido pelo esvaziamento das reuniões desde o início do período analisado até o período final pois muitos desses membros se sentiram desmotivados em dar continuidade em sua participação pois acreditavam que não estavam sendo levados em consideração.

Pode-se ainda salientar que no quarto trimestre de 2015, conforma a Ata, alguns cursos via Pronatec Campo ainda foram disponibilizados para o Território muito mais pelos esforços implementados pela Coordenação do Núcleo de Extensão Territorial em Parceria com a Câmara Temática de Educação do Colegiado do que com a Coordenação do Colegiado que nessa ação, ficou claro não ser ele protagonista na execução dessa política pública.

Durante o ano de 2015 ainda foi sugerido pela Coordenação do Nedet a elaboração de um cadastro como um tipo de banco de projetos sociais dentre as demandas já discutidas em Plenária e que não foram contempladas a serem financiados pelo PROINF. Na ocasião, chegou-se ao consenso entre os membros presentes na reunião que a prioridade para escolha dos projetos se dariam especialmente para áreas de escoamento de produção como transporte e comercialização, além da estruturação de empreendimentos para mulheres.

Em 2016, quando se iniciou cortes no orçamento federal, após a mudança no governo com o golpe político efetivado no país, as primeiras reuniões se deram sem a participação do Nedet/Al, a qual somente veio a ser restabelecido para finalização no segundo trimestre do ano. A falta de direcionamento propositivo é visível ao se verificar a Ata de fevereiro de 2016.

Por fim, nas Atas de 2017 já se nota a diminuição de participação dos membros nas Plenárias do Colegiado, com exceção de alguns membros que, de forma crítica, analisaram a relação de dependência histórica do Colegiado as entidades de auxílio que existiram ao longo da existência do Programa, desde o CIAT (Comissão de Instalação das Atividades Territoriais), passando pelo IADH (Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano) e Nedet (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial), que segundo ele os membros do Colegiado, apesar das oportunidades, não buscaram aprender a gerir suas atividades.

Durante o ano de 2017 outra situação que veio ainda mais a agravar a situação dos agricultores familiares e que atingiu diretamente o Colegiado conforme se percebe pelas Atas analisadas, foi a queda em mais de 70% (setenta por cento) das vendas diretas via PAA com recurso federal.

A partir das informações constantes nas Atas das Reuniões da Plenária do Colegiado Territorial do Litoral Norte Alagoano pode-se tirar algumas reflexões acerca da dinâmica e gestão social do Colegiado:

- 1) A superficialidade nas informações repassadas pelo Coordenador do Colegiado ao longo desse período de efetividade das Plenárias quanto ao PROINF, conforme registro nas Atas das reuniões;

- 2) A perpetuação da coordenação do Colegiado na figura de uma única pessoa, sem haver uma alternância em quem ocupava tal cargo, inclusive contrariando o próprio

Regimento, vindo este se afastar somente no momento em que ganhou projeção política e pessoal no Território;

3) A constatação de hierarquia verticalizada nas relações de poder a partir das políticas de descentralização política implementadas por meio do PTC entre as diferentes instâncias de gestão social do Colegiado, tanto das três esferas do Poder Público como dos representantes legalmente constituídos enquanto sociedade civil organizada no planejamento e execução da Política de Desenvolvimento Territorial;

4) O predomínio da insuficiência de debates com articulações e direcionamentos pactuadas a partir de consenso político nos debates sobre o desenvolvimento territorial.

3.5 Políticas públicas do Programa Territórios da Cidadania e a gestão Colegiada do Território Litoral Norte Alagoano

Programas são conjuntos de projetos e ações interligadas com intuito de se atingir determinado resultado, segundo eixos preestabelecidos para tal fim. Assim, o PTC foi implementado a partir de objetivos claros e diretos com ações prioritárias definidas dentro de uma Matriz elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA na qual o Colegiado pode opinar e sugerir ações que mais se adequassem a realidade dos municípios.

Nesse sentido o Colegiado selecionou, dentro de cada eixo apresentado nessa Matriz, as principais ações que deveriam ser implementadas bem como indicando a situação daquele momento quanto às políticas apresentadas.

É tanto que entre 2010 e 2015, um conjunto de ações foram disponibilizados pelo PTC ao Território num volume de recursos na ordem de R\$ 107.869.546,81 (cento e sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos) para o desenvolvimento de 102 (cento e duas) ações, conforme dados do Caderno de Informações Gerenciais do SGE da SDT/MDA em parceria com o IADH.

Tais ações foram divididas basicamente em seis linhas de atuação, quais sejam, ações no âmbito dos Direitos e Desenvolvimento Social, da Organização Sustentável da Produção, da Saúde, Saneamento e Acesso à Água, Educação e Cultura, Infraestrutura,

Apoio a Gestão Territorial e Ações Fundiárias, conforme alguns exemplos abaixo elencados.

Tabela 4 – Políticas e Ações Federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte de Alagoas – Direitos e Desenvolvimento Territorial

Ação	Políticas e Ações	Recursos (R\$)
Direitos e Desenvolvimento Territorial	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	27.670,00
	Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família	30.163.454,76
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência	8.243.956,00
	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa	3.804.614,00
	Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada	619.029,86
	Serviço Socioeducativo do PETI	579.600,00
	Programa de Atenção Integral à Família	734.400,00
	Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	258.000,00

Fonte: Dados do SGE/IADH

Tabela 5 – Políticas e Ações Federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte de Alagoas – Organização Sustentável da Produção

Ação	Políticas e Ações	Recursos (R\$)
Organização Sustentável da Produção	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social	11.902,25
	Cresce Nordeste	240.000.000,00
	Nordeste Territorial	30.000,00
	Crédito Pronaf	3.922.472,00
	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	1.175.389,00
	Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	2.161.171,06
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	237.179,41
	Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos	217.500,00
	Terra Sol	191.982,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas	150.000,00
	ATER/Agricultores Familiares	125.592,55
	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	46.989,75
	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	11.561,87
	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite	1.424.004,00
	PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	267.634,47

Fonte: Dados do SGE/IADH

Tabela 6 – Políticas e Ações Federais no âmbito do PTC disponibilizados no período de 2010 a 2015 no Território do Litoral Norte de Alagoas – Educação e Cultura

Ação	Políticas e Ações	Recursos (R\$)
Educação e Cultura	Expansão das Escolas Técnicas	4.700.000,00
	Programa Dinheiro Direto na Escola	452.301,65
	ProInfo Rural e Urbano	407.566,05
	Salas de Recursos Multifuncionais	13.986,00
	Caminho da Escola	1.858.000,00
	Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	9.756,88
	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	300.000,00

Fonte: Dados do SGE/IADH

Percebe-se que o Território teve um grande aporte de recursos via PTC, sendo que nem todas as ações se deram através do Colegiado, mas que deve-se analisar da mesma forma, pois o número de ações que poderiam ter sido implementadas através de uma gestão social coesa é consideravelmente importante para uma reflexão analítica.

Os projetos na maioria da vezes se configuravam com direcionamento pontual, pois mesmo que na idealização deveria abarcar determinado número de municípios dentro do Território, cuja identidade se assemelhava, ao final terminava por atender a um único município.

Além disso, a falta de continuidade das discussões ao longo das reuniões com a efetivação de ações propositivas a partir das políticas postas era bastante frágil, ou seja, a falta de planejamento estruturado em planos de ação de continuidade era praticamente inexistentes, bem como não se percebe ao longo da análise das Atas das Reuniões das Plenárias do Colegiado a falta de adoção de estratégias de integração para o desenvolvimento do Território, se resumindo a ações de planejamento de Proinf quando eram lançadas Chamadas Públicas.

Não se deve ser radical ao ponto de afirmar que ações voltadas a outras políticas públicas não existiram, pois tem-se registrado a realização de alguns cursos via Pronatec Campo, ações para a implementação e acesso do Agroamigo vinculado ao BNB, mas, o

fato é que tais ações eram esporádicas e sem integração, isso numa visão desenvolvimentista macro.

Essa baixa percepção e desconhecimento da gama de políticas postas à disposição por parte das discussões via Colegiado restringiu sobremaneira a efetividade do Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano.

A fragilidade da governabilidade territorial é perceptível pela falta de capacitação gerencial dos membros e organizações sociais que compõe o Colegiado, havendo aí diversos fatores que contribuem para esta situação como a falta de habilidade em se trabalhar em parceria ajustando aí os objetivos entre si.

Outro ponto determinante foi o conflito de interesses pois a visão centralizadora impediam de se trabalhar do forma territorializada, pois quando determinada ação era ajustada para determinado município os demais membros não viam estas ações como estratégicas como bem comum para o desenvolvimento do Território.

O modelo de gestão social do Litoral Norte Alagoano, apesar de ser bem desenhado, na prática apresentava dificuldades na sua execução. Ele se subdividia em Plenária, instância propositiva e deliberativa, Núcleo Dirigente, que deveria ter membros representativos de todos os municípios que compunham o Território e as Câmaras Temáticas, inclusive nas capacitações do PTDRS foi por eles sugerido a criação de uma Federação Territorial com a participação de representantes da sociedade civil, conforme documento final das reuniões do PTDRS.

Figura 1 – Sistematização do Núcleo Dirigente do Território Litoral Norte Alagoano



Fonte: PTDRS do Litoral Norte Alagoano, 2011

Nessa formatação implementada pelo Colegiado nas reuniões do PTDRS em 2011 o Núcleo Técnico, que deveria ser demandado pelas Câmaras Temáticas não era efetivada uma vez que, como já levantado anteriormente, não havia uma continuidade nas dinâmicas das discussões, isso percebe-se até mesmo porque não há registrada Atas de reuniões dessas instâncias.

Percebe-se ainda que a criação dessas Câmaras ocorreu muito mais para atender a uma demanda externa do que pelas necessidades do Colegiado, o que demonstra a fragilidade e falta de atuação. Na teoria, essas Câmaras deveriam atuar com a participação dos membros a partir da vocação temática dos componentes do Colegiado como forma de poder abarcar a gama de ações e políticas públicas elencadas pelo PTC a partir da integração temática cuja discussão deveria ser de forma coletiva e mais produtiva, tendo ela o seguinte formato:

Figura 2 – Composição do Núcleo Técnico do Território Litoral Norte Alagoano



Fonte: PTDRS do Litoral Norte Alagoano, 2011

A partir do desenho da composição do Colegiado e de acordo com o PTDRS do Território percebe-se que a gestão, se colocada em prática poderia ter dado mais resultados efetivos ao desenvolvimento do Litoral Norte Alagoano pois no processo de qualificação de demandas, a gestão social pode ser o principal entrave para o desenvolvimento socioeconômico ou ser o motivo do seu sucesso.

O planejamento é importante e, sendo ele somado a uma gestão social eficiente, eficaz e democrática, os resultados tenderiam a aparecer num menor lapso temporal uma vez que as ações se dão de forma contínua e sistemática.

Assim, ao se considerar o contexto interno e externo do Colegiado do Litoral Norte Alagoano percebe-se a quase inexistência de debates qualificados sobre temas que deveriam ser demandados das Câmaras Temáticas como arranjos produtivos, canais de comercialização, assistência técnica, agroecologia, educação, saúde, meio ambiente, políticas públicas voltadas a juventude rural, além de vários outros temas.

Esta situação reflete o isolamento do Colegiado Territorial, especialmente quanto as relações com o poder público o que se reflete pela descontinuidade de participação destes nas reuniões e, ao invés de promover o empoderamento dos membros, termina demonstrando uma fragilidade política e institucional.

Por outro lado, o Colegiado representava o principal espaço de articulação social e mobilização política do território, enquanto políticas advindas via PTC, permitindo que temas de interesse comum fossem tratados, experiências compartilhadas e articulações concretizadas.

4. NEGOCIAÇÕES NO COLEGIADO: DEMARCAÇÃO DE POSIÇÕES – UM ESTUDO DE CASO

Ao se analisar o ciclo de gestão social, especialmente quanto à participação da sociedade civil e ao controle social nas decisões políticas, a ideia desses atores acerca da importância da materialidade dos instrumentos legais é de extrema importância na verificação da atuação destes e do Poder Público no contexto de democracia participativa, fazendo-se uma reflexão acerca dos pontos positivos e negativos nessa dinâmica de atuação e o que pode ser feito a partir desse novo cenário socioeconômico em que o país se encontra.

No trabalho de campo, a escolha do modelo de entrevista semiestruturada justifica-se pela relevância de argumentos e pela liberdade de respostas dos membros do Colegiado selecionados, tanto quanto ao posicionamento político quanto ao posicionamento ético acerca da sua atuação enquanto sujeito diretamente influenciador na escolha das políticas de desenvolvimento territorial rural, especificamente do Programa Territórios da Cidadania.

A heterogeneidade na concepção política de desenvolvimento dos representantes dessas instâncias do Colegiado Territorial põe em evidência o critério no qual mostra a diferença entre participação nas reuniões apenas pela mera presença física e a participação efetiva nas discussões e nos debates.

Nesse sentido, Maia (2005) destaca que o principal desafio dessa participação efetiva e atuante encontra-se justamente nos resultados obtidos a partir das conquistas dos movimentos sociais, os quais foram transformados em direitos sociais e ações políticas direcionadas à construção de uma sociedade coletiva.

Quanto à assiduidade, tal condição possibilita relacionar à concepção que os entrevistados demonstram possuir frente os questionamentos apresentados quanto à participação e controle social no planejamento de políticas públicas de desenvolvimento além dos demais temas articulados e debatidos nesse ambientes coletivos de construção, vendo ainda a partir do entendimento de cada um deles o que se fez, os pontos positivos e negativos e o olhar para essa nova realidade de desconstrução das políticas de desenvolvimento territorial pela atual situação política e econômica do país.

Vale aqui salientar que esse movimento de permanência dos representantes sociais e políticos no Colegiado do Território do Litoral Norte Alagoano tem uma relação direta com a concepção de desenvolvimento coletivo. Percebe-se que havia uma forte conotação de ideais assistencialistas e clientelistas principalmente por parte da Coordenação do Colegiado no início do período analisado, mas que ao longo da existência dos trabalhos Colegiados, em especial, a partir da entrada do NEDET, houve uma reconfiguração da política tradicional nas relações entre os representantes da sociedade civil e do Poder Público local. Isso porque as relações políticas se estreitaram com os programas sociais rurais de desenvolvimento através dos novos espaços públicos de participação, com a política de desenvolvimento territorial rural.

Partindo-se agora para a análise dos dados levantados nas entrevistas da pesquisa de campo, a pergunta inicial abordou qual seria a avaliação dos entrevistados acerca do processo de participação da sociedade civil no planejamento das políticas públicas pelo Programa Territórios da Cidadania do Litoral Norte Alagoano.

Pelos resultados apresentados, pode-se inferir em linhas gerais que três concepções acerca da participação da sociedade civil foram elencadas pelos entrevistados: a participação enquanto processo democrático formal, 3 entrevistados tiveram esse entendimento; a participação como uma conquista política, 2 entrevistados; e 1 dos entrevistados, acredita que a participação efetiva não existiu de forma democrática, mas a partir de ações direcionadas.

A primeira concepção se refere à participação da sociedade civil a partir de um processo democrático formal no planejamento de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural. A segunda concepção é que a participação social no planejamento das políticas públicas só existiu devido a conquista política das entidades sociais, através de lutas e movimentos nas discussões e debates de temas importantes ao Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano.

E a terceira concepção aborda que apesar de ser importante o papel da sociedade civil nas decisões e na atuação efetiva da condução do processo democrático nesses espaços de discussão e debate para a concretização de ações voltadas ao desenvolvimento territorial, ela nunca existiu de forma democrática. Vejamos o entendimento dos entrevistados:

“A participação é uma construção coletiva, que funciona com a socialização das informações pela rede de contatos, mas muitos só pensam na sua cidade. A gente por exemplo, quando vai falar e que está a frente de cooperativa já é visto ruim porque acham que a gente sempre só quer tirar vantagem” (entrevistado 1).

“Na verdade a questão da política pública só começou a existir para a gente, quando a gente começou a participar desses espaços de construção e de discussão política (...) a gente pleiteou essa participação, a luta foi grande dos movimentos para ter esse espaço e ele morrer assim como tá...” (entrevistado 4).

“Eu acho que a sociedade civil participa muito pouco, porque se participassem bastante em todas as atividades a gente tinha mais argumentos para debate (...) Então o colegiado se for forte, atuante daria certo. Muita gente não sabe o que é, o que são projetos, como se dá, muitos não sabem nem o nome das políticas que tem para eles. O poder público federal e municipal até tem disposição quando iam, mas não acreditam na política, acham que é coisa lenta, principalmente os prefeitos, se teria vantagem para o município dele, não acreditam em coisa coletiva.” (entrevistado 2).

“Eu acho que a participação é muito pouca em termos de participação efetiva, de discussão, de problematização. A sociedade civil participa muito pouco, muitas vezes as discussões que são construídas no Território não é levada para a base” (entrevistado 5).

“As entidades indicavam seus representantes formalmente (...) as políticas públicas tinham uma contribuição para esse povo pelas pautas das reuniões, as quais eu organizava(...) o Colegiado Territorial acompanhava, fiscalizava as vezes (...) mas o grande desafio do Colegiado era fazer com que a sociedade civil realmente assumisse o seu papel, tivesse autonomia e exercesse a participação e o controle social. Eu até tentei, mas era muito difícil” (entrevistado 3).

Verifica-se, nesse primeiro questionamento, que há o reconhecimento de que o Colegiado Territorial do Litoral Norte Alagoano era de fato um espaço público de participação da sociedade civil para debates e construções de políticas públicas, construído a partir dos movimentos sociais e lutas, mas com alguns entraves principalmente pela descrença dos entes públicos municipais que deveriam dar esse apoio na base.

No entanto, a fragilidade dessa participação, apontada por alguns membros do Colegiado Territorial, permaneceu principalmente pela falta de autonomia da sociedade civil além da desarticulação política do território com os municípios.

Essa fragilidade da participação da sociedade civil no Colegiado Territorial do Litoral Norte Alagoano nos remete à análise que Abramovay (2001) fez acerca da participação política e do controle social nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Territorial Rural criados ainda na década de 1990. Segundo ele, o problema da formação cultural do país contribuiu sobre os limites que tais espaços públicos apresentavam à efetividade da participação social, ocasionando quase sempre a persistência de forças políticas locais.

Quanto a ausência de autonomia e a desarticulação política do território com os municípios, Veiga (2002) destaca que o território, na política de desenvolvimento territorial rural nos países considerados desenvolvidos, representa uma estratégia primordial para a definição do potencial de cada região para se chegar ao desenvolvimento endógeno.

Nesse caso, as ações no Território do Litoral Norte Alagoano infelizmente funcionam como mera agregação de políticas, quase sempre não conhecidas pelo público que compõe o Colegiado e sem estratégias que pudessem combinar essas políticas governamentais com as iniciativas locais na mobilização do conjunto das comunidades.

Constata-se, assim, que na realidade do Território do Litoral Norte Alagoano a fragilização da participação da sociedade civil nas discussões políticas e a desarticulação política entre o território e os municípios ainda persistia, apesar do Colegiado Territorial representar a ampliação dos espaços públicos de participação social na política de desenvolvimento rural.

Em relação a segunda questão foi-se perguntado sobre quais os principais pontos negativos e positivos quanto a atuação do Colegiado no Território, sendo nesse ponto as respostas bastante diversificadas.

Para eles os principais problemas eram questões de infraestrutura, transporte, locomoção para participar das reuniões e a baixa participação dos representantes do Colegiado Territorial nas reuniões, principalmente dos representantes do poder público,

tais problemas foram citados por todos, inclusive pelos representantes do poder público entrevistados.

Além destes dois problemas, também foram citadas a burocracia do Estado na liberação de recursos públicos, a dificuldade de interação entre as instituições públicas e os representantes da sociedade civil no Território e a crise econômica e desmonte do Programa nos dias de hoje:

“De negativo posso citar que as metas não são tão claras, as pessoas não se juntam numa meta, sempre tem aquele que vai contra e as coisas não andam, não define metas e não batalha para alcançar aquelas metas. Só sabe brigar e falar de Proinf. O coordenador do colegiado que ficou muito tempo foi importante mas hoje passou a ser secretário municipal nos municípios do território e largou todo mundo de mão já os assessores de gestão social não tinha muito pulso para conduzir as reuniões” (Entrevistado 1).

“A maior dificuldade que a gente vê e isso é em todas as instâncias democráticas, é não acreditação no espaço de decisão do território. Por exemplo, foi disponibilizado muito dinheiro para a agricultura familiar, para os assentamentos e você não vê esse recurso chegar. Então, as pessoas percebem o quanto demora colocar em prática as ações, realmente efetivas, das políticas públicas dentro do Território” (Entrevistado 4).

“Há vários obstáculos, um deles, que para mim era principal era a falta de transporte. As pessoas não tinham condições em estar sempre presente, não tinha transporte. Até tinha vontade, mas não podia outro ponto era a transparência e interação dos órgãos públicos com o próprio território” (Entrevistado 3).

“O principal ponto negativo era a demora das coisas acontecer (...) o agricultor familiar não aguentava mais tanta reunião. Eu via o reclame. Além disso tinham as disputas, não tinha união de verdade. Por exemplo, na escolha dos Proinfs, pessoas de Porto Calvo que ficava sabendo que ia ter escolha de projeto, já contactava o coordenador do colegiado e organizavam o projeto, juntava gente para votar e já ia para reunião com tudo organizado aí quem era de Maragogi, Passo ou outro lugar ia sem a malícia e nunca ganhava” (Entrevistado 5).

“Os pontos negativos é que a Emater deveria abraçar o território mas ele acha que o retorno é muito lento, não tem profissionalização, as pessoas vão perdendo o interesse, as coisas direcionadas para alguns lugares” (Entrevistado 2).

Percebe-se, assim, que dentre os pontos negativos um dos principais era a logística – infraestrutura, transporte, locomoção – sendo essa uma problemática na realidade dos agricultores e representantes de entidades do Território do Litoral Norte Alagoano. Contudo, os demais pontos levantados também têm grande relevância diante do processo de fragilização dos movimentos sociais a partir da dominação do Poder Público sobre as instituições sociais no modelo de desenvolvimento rural implementado.

Os pontos negativos levantados pelos entrevistados são das mais diferentes searas, especialmente na área política, social e técnica, mas na qual se vê certa convergência delas a questão da falta de informação, seja acerca de políticas públicas, da importância do papel do Colegiado ou ainda na dificuldade de articulação com o poder público em todas as esferas.

Nesse sentido, Abramovay (2001) ao analisar os limites dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural colocou que um dos principais problemas destes, era a necessidade de mudança do ambiente institucional, já que um local público de decisão política poderia reforçar a sujeição clientelista aos poderosos, mas também poderia ser espaço possível de se criar novas práticas que valorizassem a participação, o controle social e o uso planejado de recursos públicos.

Assim, essas dificuldades em se entender os critérios estabelecidos pelo Poder Público acerca de determinadas políticas, e como o Colegiado poderia concretizá-las, terminava por se fazer persistir a atuação dos representantes do Estado sobre os representantes da sociedade civil. Nesse sentido, a democracia participativa no Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano eram passíveis de questionamentos quanto à gestão social compartilhada.

Tal situação se relacionava ainda aos limites técnicos do Colegiado uma vez que nele o coordenador exercia o papel de principal articulador dessas políticas públicas por ser o único com conhecimento em elaboração de projetos. Esse acúmulo de funções viabilizava o controle social de um membro bem representativo sobre o restante dos representantes da sociedade civil no que se referia à liberação dos recursos públicos quanto ao comportamento e à dominação ideológica.

Com relação aos pontos positivos pode-se afirmar que foram citados diversos como a questão da interação entre os Municípios, a troca de experiências, além do

conhecimento e articulação com outras políticas e ações fora do Colegiado. Senão vejamos:

“Elementos positivos o conhecimento com outras cidades, a troca de experiências, mas muitos não dão continuidade e só pensam em sua cidade. Não tem visão de Colegiado. Eu penso no coletivo mas muitos não pensam assim, isso é a maioria”. (Entrevistado 1)

“A importância do colegiado é uma das ferramentas mais transparentes porque ela ia trabalhar com as pessoas, ouvindo os anseios de todos. Agora a leitura do poder público, do agricultor é outro e disso se tirava amostras que atendesse os dois lados. Agora ainda tinha prefeituras que não participava. Quando fazia reunião dentro de assentamento, por exemplo, dava mais de 80 pessoas, tudo de agricultor mas nessas reuniões as prefeituras não ia”. (Entrevistado 4)

“Mesmo assim o agricultor familiar melhorou muito sua renda por causa do PAA estadual, essa renda do PAA chega a ser 50% da renda desses agricultores. Aqui em Alagoas graças a Deus não teve queda no PAA por causa do estadual mas teve muita queda no da Conab”. (Entrevistado 2)

É visível nas colocações dos entrevistados, que vários pontos positivos foram conquistados a partir desse espaço coletivo e democrático de debate como a interação, troca de experiências e principalmente a melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares.

No Litoral Norte Alagoano a institucionalização de políticas públicas direcionadas ao combate à pobreza rural representou possibilidade real de mudanças, principalmente por meio de ações integradas que contemplaram a participação e o controle social nesses espaços de decisão política. O estímulo à produção diversificada e o apoio financeiro dado por meio de políticas ao agricultor foi de fundamental importância para essa melhora nas condições de vida do homem do campo.

Assim, a proposta de desenvolvimento com o Programa Territórios da Cidadania representou mudanças nas relações de poder no que se refere ao processo de formação cultural com o fortalecimento, ainda que pequeno, do caráter coletivo na busca da superação dos conflitos sociais e da fragilização nas relações de poder particularistas (Dabat, 2007).

Figura 3 – Produção diversificada no Território



Fonte: Mendonça, Luciana Chagas Uchôa de. Trabalho de campo, dez/2018

Figura 4 – Escoamento de Produção da Agricultura Familiar para o PAA Estadual



Fonte: Mendonça, Luciana Chagas Uchôa de. Trabalho de campo, dez/2018

Figura 5 – Separação da Produção da Agricultura Familiar para o PAA Estadual



Fonte: Mendonça, Luciana Chagas Uchôa de. Trabalho de campo, dez/2018

Figura 6 – Cooperativa que faz parte do Colegiado do Território do Litoral Norte



Fonte: Mendonça, Luciana Chagas Uchôa de. Trabalho de campo, dez/2018

A quarta questão foi em relação as principais políticas públicas implementadas pelo Território através do Colegiado, sendo nesse ponto as respostas se resumiram a falar do Proinf e do PAA.

“Eu acho que o Colegiado deveria continuar. Eu sou dos que levantam a bandeira, não é só questão de Proinf, mas a gente precisa comer, sobreviver, pagar as contas, ver editais abertos e não ser só Proinf como era lá nas discussões do Colegiado. Só se sabia brigar e falar de Proinf”. (Entrevistado 1)

“É tanto que teve um caminhão que foi recurso de Proinf e que foi entregue a uma entidade que nem usa, fica lá parado enquanto que os agricultores daqui que precisam entregar agora seus produtos para o PAA tem que se juntar e pagar um frete caríssimo porque não tem como escoar a produção se não for desse jeito. O coordenador que mandava, a democracia não era de verdade, era tudo manobrado por esse membro, vinculado a políticos daqui. Infelizmente não tinha participação de verdade por isso que no final tinha pouca gente nas reuniões. As pessoas que ficavam a frente do colegiado era muito maquiavélico. Porque eles manipulavam essas pessoas para que não crescessem pois é mais fácil de manipular o povo. Tudo girava só no Proinf e as vezes se falava de PAA”. (Entrevistado 5)

“Em relação ao Proinf havia muita discussão no Território mas o Articulador só falava disso, sei que ele tinha boa vontade, mas só ficava nisso. Os Proinf que saíram, aconteceu em partes, realmente comprou as coisas que foram entregues a alguns municípios. E isso era para se criar uma parceria de gestão (...) muitos outros Proinf não saíram do papel (...) o PROINF deixou muito a desejar e ainda o controle social está passando longe” (Entrevistado 4).

As justificativas expressas na dificuldade da materialização dos projetos sociais, especificamente dos Proinf, no Território da Cidadania do Litoral Norte Alagoano devem ser analisadas a partir das fragilidades da política de articulação entre as instituições públicas na diferentes instâncias.

Tabela 7 – Relação dos Proinfs Destinados ao Território do Litoral Norte de Alagoas

Município	Ano	Objeto	Valor Repasse (R\$)	Situação Contrato
Maragogi	2007	Apoio apicultura	106.700,00	Atrasada
Passo de Camaragibe	2005	Apoio ao desenvolvimento sustentável no Território	60.000,00	Atrasada
Porto Calvo	2013	Adequação de espaço público para Central de Processamento	408.000,00	Não Iniciada
Porto Calvo	2004	Gestão Participativa do processo de desenvolvimento	53.248,00	Concluída
Porto Calvo	2006	Unidade de beneficiamento de mel	99.441,00	Atrasada
Porto de Pedras	2010	Fortalecimento da gestão social do Território	291.000,00	Paralisada
Porto de Pedras	2010	Mobilização para a gestão participativa	97.000,00	Paralisada
Porto de Pedras	2007	Promover processos de mobilização para gestão participativa	60.000,00	Atrasada

Fonte: SGE, SDT/MDA (2004 a 2016)

A descentralização política do Governo Federal com a liberação de recursos públicos aos estados e municípios voltadas ao financiamento de políticas públicas sociais, como é o caso do Proinf, culminaram com a (des)responsabilização dessa instância governamental no desenvolvimento local. Nesse sentido, o Governo Federal atuava como mero gestor apenas estabelecendo critérios à liberação desses recursos, ficando a cargo do governo estadual e municipal a execução dessa política.

Então, a questão burocrática na liberação dos recursos financeiros à aquisição de equipamentos e obras ao desenvolvimento da agricultura familiar era um dos maiores óbices à efetivação do Proinf no Território. A exigência da contrapartida pelo Poder Público Estadual ou Municipal ocasionava disparidades regionais, já que alguns municípios tinham mais recursos que viabilizavam o acesso a essa política pública.

No caso do Território do Litoral Norte Alagoano, o executor dessa política territorial era basicamente as instâncias municipais, no entanto, eram pouquíssimos os municípios com condições para acessar tais recursos, além é claro, como já bem relatado pelos entrevistados, haviam ainda direcionamentos por parte do coordenador do Colegiado que sempre beneficiava alguns municípios de seu interesse em detrimento a outros.

A partir dos problemas identificados na concretização dos projetos sociais na realidade do Território do Litoral Norte Alagoano constata-se que os problemas não se restringem ao debate político no Colegiado Territorial que trata da escolha dos equipamentos, obras ou serviços a serem financiados, mas à política de desenvolvimento territorial inserida no contexto político da economia neoliberal. É dessa relação contraditória entre a Constituição Federal de 1988, considerada cidadã, e a Reforma do Estado com a reestruturação do capitalismo, que a discussão sobre as questões locais deveriam ser ampliadas.

A quinta e sexta questões se complementam e foram sobre a opinião dos entrevistados acerca da importância do Programa Territórios da Cidadania e o que poderia ser feito para melhorar a situação dos agricultores no Território.

‘Eu acho que o colegiado deveria continuar. Eu sou dos que levantam a bandeira, não é só questão de Proinf, mas a gente precisa comer, sobreviver, pagar as contas, ver editais abertos e não ser só Proinf. (Entrevistado 1)

“Eu ainda acredito no território e nos trabalhos do Colegiado desde que tenha mudanças aqui, que as pessoas realmente assumam seus papéis de protagonistas. Que tivesse uma pessoa de fora trabalhando pelo coletivo e que não tenha vícios com as lideranças daqui sendo a pessoa que coordene esses trabalhos. O Colegiado ainda tá ativo mas se aparecer projetos o povo se junta desde que tenha alguém sério a frente. Nosso problema aqui no território não é produção e sim escoamento e comercialização. Hoje é o que temos, essa semana em três dias tiramos 8 caminhões de banana, se tivesse estrutura para escoar ia ser bem mais. O Colegiado tem pessoas boas, inteligentes e que entende mas tinha gente a frente que ficava cortando essas pessoas, se tivesse comprado caminhão para atender de forma compartilhada as associações com agendamento entre elas e manutenção compartilhada teria dado certo para muito agricultor, mas isso não aconteceu apesar de ter tido muito dinheiro pelos territórios.” (Entrevistado 5)

“Tinha um técnico que sempre ia mas não atuava muito no colegiado. Mas não era muito a função nossa ficar fazendo isso, tinha muita coisa, muita demanda. Só tem colegiado funcionando hoje o do Alto Sertão, mas os demais não, Bacia Leiteira, Mata Alagoana, Litoral Norte e os outros não. O mundo rural em Alagoas melhorou mas ainda falta profissionalizar mais. O problema de escoamento e comercialização é geral no Estado. O PAA estadual rodou muito dinheiro em torno de 7 milhões depois da quebra da Conab”. (Entrevistado 6)

“Acredito que vale a pena se manter se tivesse alguém sendo responsável por isso, que recebesse para isso. Agenda se constrói se tiver recurso, se não tem nem tem pauta então para que fazer reunião. Mas o Território tem condições de voltar se tiver com pauta e recurso, mas com pessoas mais comprometidas e sem direcionamentos. Eu vejo que o colegiado precisa de assessor que tenha pulso e não deixe a coisa ser direcionada. Então o Colegiado se for forte, atuante daria certo. Muita gente não sabe o que é, o que são projetos, como se dá, muitos não sabem nem o nome das políticas que tem para eles. O poder público federal e municipal até tem disposição quando iam, mas não acreditam na política, acham que é coisa lenta, principalmente os prefeitos, se teria vantagem para o município dele, não acreditam em coisa coletiva. Se a política voltasse acho que deveria dar foco na comercialização, que é o problema maior. Se hoje você falar com um agricultor que está entrando no PAA e volta depois de dois anos, a realidade é outra, até os filhos se empolgam em continuar”. (Entrevistado 2)

Percebe-se pela fala dos entrevistados que todos eles consideram que foi de suma importância para o desenvolvimento do Território as ações implementadas por meio do PTC, mas todos têm o sentimento que muito mais poderia ter sido feito. Assim, a visão deles em relação a concretização de ações por meio das intervenções com os programas sociais nas áreas rurais, é que são muito lentas, apesar de necessárias ao desenvolvimento do Território.

Nota-se que esses atores, mesmo com atuação em um espaço de percepção bem diferente da visão dos atores públicos, não deixam de tomar iniciativas para se reproduzirem social, cultural, econômica e politicamente. Eles buscam saídas aos problemas que encontram em sua existência cotidiana e, enquanto produtores, constroem estratégias de sobrevivência como forma de garantir espaços de atuação frente às pressões do dia a dia, marcando espaços principalmente entre aqueles que tendem a reduzi-los a sujeitos passivos.

Tais estratégias geralmente tem o intuito de almejar metas diversificadas, não apenas a satisfação de necessidades imediatas, mas também a melhoria da qualidade de vida, no acesso a recursos produtivos, a realização de projetos geradores de renda, como também reivindicações de reconhecimento social e de afirmação de identidade social e cultural.

Impulsionados por iniciativas individuais, por movimentos de ação coletiva ou ainda por intervenções externas, tais dinâmicas, bem-sucedidas ou não, constituem a matéria viva na qual se fundamenta a história cotidiana desses atores que compõe o

Colegiado. Assim, avaliar e pôr em prática uma política pública, implica não apenas pensar nas intenções dos que a idealizaram, mas também questionar a articulação das dinâmicas existentes e as perspectivas que surgem para melhorias significativas.

Um dos principais objetivos do PTC foi justamente criar condições para que diálogos entre várias escalas de decisão fossem construídas, tendo aí o Território papel fundamental nesses processos de intercâmbio e concertação.

Outra situação bastante levantada pelos entrevistados os quais demonstraram pode ser também um dos motivos da baixa efetividade de ações de desenvolvimento rural por meio do Território foi a existência de um coordenador do Colegiado que praticamente concentrava em si todas as funções que deveriam ser repartidas entre as instâncias colegiadas.

O papel conferido ao coordenador colegiado, em muitos territórios, se constituiu em elemento-chave. No caso do Litoral Norte Alagoano, o coordenador praticamente comandava o Colegiado Territorial e suas comissões, influenciando na composição dos mesmos, e assumindo para si uma função de articulação da política local.

O coordenador não é e não deveria ser o único responsável para coordenar as ações do Colegiado, devendo ser este papel em conjunto com o assessor territorial, e este por sua vez deveria atuar de forma imparcial na defesa do interesse de todos, especialmente nas atividades operacionais para formulação e execução dos projetos. Contudo, em territórios onde o Colegiado possui uma dinâmica organizacional mais frágil, como é o caso do Litoral Norte Alagoano, o papel desse mediador era muito mais amplo.

No caso em tela inclusive, esse coordenador tornou-se um dos novos notáveis na política local, o que revelou sua habilidade em se conectar à política institucionalizada e aumentou sua notabilidade perante a comunidade. Não se admira, portanto, que esse mediador aparecesse em tão pouco tempo nas listagens dos cargos executivos ou legislativos dos municípios, deixando o Colegiado após suas conquistas pessoais.

Outro ponto a ser analisado a partir dos depoimentos é em relação ao modo como a política territorial potencializou a circulação dos atores sociais entre diferentes organizações e espaços públicos.

A partir do Colegiado Territorial muitas pessoas e organizações ganharam visibilidade, dinamicidade e atuação em escala supra municipal na cena política. Pode-se inferir que por conta do Colegiado vários atores puderam passar a circular entre diferentes organizações, aumentando consideravelmente a permeabilidade entre estado e sociedade civil, diminuindo a barreira entre eles.

De acordo com Niederle e Grisa (2013) os Colegiados contribuíram para territorializar as coalizões políticas, ou seja, vários prefeitos de municípios vizinhos conseguiram se aliar entre si e com organizações sociais nas disputas por recursos. Isso fez surgir uma nova “elite administrativa” na governança dos territórios.

Nesse ponto da análise é importante lembrar que o Colegiado era formado por grupos, entidades e organizações os quais indicavam membros para participar desse espaço sem haver critérios, apenas por conveniência dos mesmos. Contudo, essa formatação de escolha terminou por gerar alguns problemas. Por um lado, a rotatividade dos representantes de algumas organizações tornou-se um obstáculo para os processos de concertação social e aprendizagem necessários a implementação das políticas e continuidade das ações. Por outro, a concentração da representação política de algumas entidades com a mera participação de forma massificada nas reuniões também contribuiu para desqualificar o processo.

Figura 7 – Municípios com maior representatividade e regularidade no Colegiado 2017/2018

REGULARIDADE E PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES ORIUNDO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE
Maragogi
Porto Calvo
São Luis do Quitunde
Matriz de Camaragibe
Jacuípe
Japaratinga
Porto de Pedras

Fonte: SGE/MDA

De acordo com Leite (2010, p.319), “esses espaços não raro acabam excluindo de sua dinâmica os segmentos menos articulados e mais carentes, reproduzindo a mesma estrutura preexistente de poder local e privilegiando alguns segmentos em detrimento de outros”.

Abramovay afirma que os atores locais têm dificuldades em ver o território como um espaço de múltiplas lógicas de ação, onde o conflito e a disputa por recursos são fatores tão importantes ao desenvolvimento como também é a cooperação e a confiança. Para o autor,

[...] mais do que colocar a ênfase num sentimento geral de territorialidade, de pertencimento ou de identidade, o importante é dotar-se de meios teóricos que estimulem o estudo empírico dos conflitos sociais e de seu desfecho por meio dos instrumentos usados por cada um de seus protagonistas (ABRAMOVAY, 2006, p.58).

A natureza da cooperação enquanto mecanismo de desenvolvimento não está na oposição das diferenças sociais ou dos conflitos. A cooperação envolve o confronto entre as habilidades sociais dos atores, as quais são utilizadas para construir coalizões políticas em torno dos seus projetos, procurando manobrar interesses e convergir recursos.

Ressalta-se ainda que foi bastante relatado a importância da implantação do PAA Estadual, onde o Governo do Estado de Alagoas, como forma de evitar que houvesse um colapso no escoamento da produção dos agricultores familiares do Estado criou essa política pública para fortalecer a agricultura familiar.

O programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos da agricultura familiar por suas organizações, associações e cooperativas, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Tais alimentos são adquiridos pela EMATER/AL e pagos pelo Governo do Estado para distribuição à população em situação de maior vulnerabilidade social e nutricional, ou seja, a política segue os mesmos parâmetros da política nacional, mas pela queda das aquisições do PAA pela Conab em mais de 70%, essa saída inovadora implementada pelo Estado foi bem vindo pelos agricultores e muito citado por todos os entrevistados do Colegiado.

A partir dos problemas verificados na concretização dos projetos sociais na realidade do Território do Litoral Norte Alagoano constata-se que os problemas não se restringem ao debate político no Colegiado Territorial quanto a escolha dos equipamentos e obras a serem financiadas por meio dos projetos do Proinf, ou das discussões acerca do PAA, mas à política de desenvolvimento territorial inserida no contexto político da economia neoliberal.

Tais evidências demonstram que contradições entre propostas de ações integradas e as políticas articuladas pela política de desenvolvimento territorial não foram tão eficazes quanto se poderia, muito pela persistência de atuação de alguns membros do Colegiado acostumados a ações sociais segmentadas e assistencialistas, ou mesmo pela desinformação de outros, além do descrédito do poder público na política territorial, como afirmado por alguns dos entrevistados.

Constata-se ainda na pesquisa que se predominou a dificuldade de participação dos membros no Colegiado Territorial como um dos principais motivos que comprometeram os resultados da política do PTC. Contudo, outros pontos levantados também são importantes para se analisar o resultado do mesmo no Território como a questão da desinformação, o modelo de gestão implementada, a burocracia além da complexidade entre os critérios colocados pelo Programa e sua implementação na realidade do Litoral Norte Alagoano.

Tais dificuldades sobre o Programa Territórios da Cidadania pode-se dizer que surgiram devido à proposta do desenvolvimento territorial que dificultava à integração das ações. Isso porque na contraditória sociedade capitalista, a segmentação das ações constituem os fundamentos de funcionalidade do modelo de produção capitalista.

Portanto, a integração das ações funcionavam muito mais como um conglomerado de políticas que eram apresentados pelo Poder Público aos membros do Colegiado Territorial do que ações articuladas entre órgãos e setores e construídos por meio do planejamento conjunto. Tal fragilidade da gestão social compartilhada dificultou o entendimento do modelo de gestão do Programa Territórios da Cidadania no financiamento de projetos e programas direcionados pela concepção de desenvolvimento local e pela capacidade empreendedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos Territórios da Cidadania é institucionalizada pelo Estado como conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, que possuem uma identificação comum e coesão social e cultural. A participação social se dá pela instância deliberativa em cada território, formada por representantes da sociedade civil e das instâncias de governo.

Esse processo de ressignificação da sociedade civil é importante no contexto da política brasileira, uma vez que a redemocratização emerge pela representação política e ganha relevância com a participação da sociedade civil nas decisões políticas, principalmente nas políticas públicas sociais que são direcionadas ao desenvolvimento rural. E esse momento surge com a institucionalização da política de desenvolvimento territorial rural, através da criação do Colegiado Territorial, considerado novo espaço público de participação popular na integração das ações sociais.

Era no âmbito da instância deliberativa que se discutia a aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo federal, através de ações articuladas com as instâncias estaduais e municipais, principalmente no financiamento de projetos sociais aprovados nas reuniões da plenária, previstos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

No Litoral Norte Alagoano, o Programa Territórios da Cidadania se destacou pela participação social no planejamento de políticas públicas, através da diversidade de projetos que surgiam em decorrência da heterogeneidade da sociedade civil existente e do forte poder de atuação do Estado. Essa diversidade tinha relação direta com a formação social da região, marcada pela dualidade rural no que se referia ao predomínio da lavoura canavieira direcionada ao grande mercado, e ao cultivo de culturas locais voltadas para a subsistência e para produção de baixo rendimento. Todavia, a dualidade rural não deixava de expressar a concentração fundiária e as precárias condições de vida do trabalhador rural e do agricultor familiar, além dos assentados e comunidades tradicionais.

As discussões e os debates no Colegiado sobre os investimentos dos recursos públicos no Território, com a participação da sociedade civil, representaram conquistas políticas pelo direito de escolher os caminhos para o desenvolvimento local. Essa

conquista tinha relevância política no Litoral Norte Alagoano devido às fortes relações de poder, que ainda persistem nessa região.

Contudo, a atuação interventiva do Estado estava presente entre as instâncias governamentais, a partir da influência em escala nacional enquanto responsável pela formulação das políticas públicas, e a escala local, que era a gestora das políticas territoriais, terminava por fragilizar a democracia participativa, uma vez que, quase sempre, colocava em questionamento a proposta de integração das ações públicas via Território do Litoral Norte Alagoano.

Mardsen (1999) afirma que ao se compreender que a ruralidade é construída nos espaços e entre atores sociais, se percebe que as dinâmicas que antes estavam em andamento nas comunidades rurais do território, sejam eles por meios oficiais ou não, dinamizavam o crescimento do território.

Os processos identitários vivenciados entre os grupos do território e suas formas de expressão política eram estratégias de ação desenvolvidas para ter acesso às políticas sociais e reconhecimento de direitos, assim a realidade era entendida como bem fala Agier: “Construída pelas representações dos atores, e essa construção subjetiva faz parte ela própria da realidade que o olhar do observador deve levar em consideração: a formação da identidade e a construção social das diferenças culturais” (Agier, 2001, p.11).

A compreensão de poder desses processos identitários na gestão social se partiu da análise das dimensões desses processos, tanto de seus aspectos positivos quanto negativos, para em seguida entender a dinâmica das políticas territoriais, as relações estabelecidas bem como o protagonismo dos atores que viabilizam ou inibem o campo da inclusão social e do exercício da cidadania.

Percebe-se que foram iniciadas mudanças profundas na realidade da população rural do Litoral Norte Alagoano, contudo muitas resistências tanto por parte das forças que dominam a região, bem como pelo término da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, são óbices reais enfrentados atualmente.

É inegável que um movimento de resistência está em andamento e que pode conduzir a uma recomposição significativa nas relações de forças e na capacidade de articulação de políticas públicas, como o caso da operacionalização do PAA estadual, que atende parte da demanda dos agricultores familiares do território.

A dinâmica empreendida pelo PTC trouxe mudanças substanciais ao território, especialmente na conscientização dos atores sociais que atuavam diretamente no Colegiado, quanto ao poder que possuem ao trabalharem em conjunto, infelizmente esse entendimento chegou um pouco tarde, pois durante a execução das políticas públicas por meio do Programa, não conseguiram implementar muita coisa. Fragilidades na concepção dos projetos, dificuldades de operacionalização, obstáculos administrativos e resistências políticas impediram a realização da grande maioria dos objetivos concretos definidos durante a fase inicial.

Nesse sentido, a dinamização que caracterizou os primeiros anos do programa territorial e a elaboração do PTDRS representaram uma inovação, podendo ser considerado um marco inicial no campo do diálogo entre sociedade civil e poder público. E hoje, com o fim do PTC, as relações das instituições locais encontram-se enfraquecidas mas possuem um latente poder de recomposição de relações de força na sociedade rural local.

Assim, ao se considerar o contexto interno e externo do Colegiado do Litoral Norte Alagoano percebe-se que o capital social formado, apesar de possuir insuficiente capacidade técnica para proposição de projetos mais específicos, tem um poder organizativo e mobilizativo latente e podem hoje trabalhar diversos temas que antes não deram a devida relevância como arranjos produtivos, canais de comercialização, assistência técnica, agroecologia, educação, saúde, meio ambiente, políticas públicas voltadas a juventude rural, além de vários outros temas.

Assim, a atenção dada à própria visão dos atores locais nos leva a uma consciência da complexidade das dinâmicas que hoje estão em jogo dentro de programas como o PTC. Ou seja, que deve se prestar mais atenção aos aspectos qualitativos, que não se apreendem através de critérios operacionais, mas que permitem perceber movimentos que, a longo prazo podem gerar mudanças das bases de funcionamento, sociais e políticas do mundo rural, criando novas condições propícias para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Conclui-se, assim, que os resultados sobre a concepção dos sujeitos sociais referente à política de desenvolvimento territorial com o Programa Territórios da Cidadania apontaram avanços no planejamento de políticas públicas rurais com a institucionalização de novos espaços públicos de debate político e na socialização de informações. Contudo, essa política de desenvolvimento, apesar de emergir dos

movimentos sociais e das lutas políticas, também atende aos ditames de uma política reorganizativa de novas áreas para os investimentos e a exploração do capital.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (2007). “Para uma Teoria de Estudos Territoriais” In: **I Colóquio Internacional Sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**. UFSC, Florianópolis/SC, agosto 2007.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, p.121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALCANTARA, Fernanda Viana de. **Possibilidades e Limites da Gestão Social nos Territórios Rurais do Nordeste: Retratos do Agreste de Alagoas**. NPGeo/UFS, São Cristóvão-SE, 2013 (Tese de Doutorado).
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Biblio 3W**, v. 17, n. 1002, 2012.
- BRANDÃO, C. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (orgs.), **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Documento Institucional Nº 2**. Brasília: SDT/MDA, 2005a. Disponível em: <http://www.academia.edu/5033295/Doc._Institucional_n_2_SDT_CONDRAF_Marco_Referencial_para_Apoio_ao_Developolvimento_de_Territorios_Rurais>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Balanço de Gestão: Resultados das ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)-2003-2010**. Brasília: MDA, 2010. 115 p.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília, DF: MDA/SDT, CONDRAF, 2003.
- BRASIL. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília, DF: MDA, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*. 24 jul. 2006.

CARVALHO, Ananda de. Possibilidades e Limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua Realização no Território Região Central e no Município de Santa Maria/RS. *Revista Agrária*. São Paulo, 2011. Nº 14, pp. 55-77. Disponível em: <<http://migre.me/kYYGx>>. Acesso em 03 ago. 2014.

DA SILVA, Leonardo Xavier; **Estado e políticas públicas** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

DELGADO, N.; GRISA, C. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: LEITE, S. P. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013. p.239-287.

DELGADO, N.G.; LEITE, S.P. Gestão Social e Novas Institucionalidades no Âmbito da política de Desenvolvimento Territorial. In: MIRANDA, C.M.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 89-130.

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo: Atlas, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. *As três economias políticas do Welfare State*. *Lua Nova*, n. 24, p. 85-116, 1991, p.86

FAVARETO, A. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas Sobre o Desenvolvimento Territorial. In: MIRANDA, C.M.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil - Avanços e Desafios**. Brasília: IICA, 2010. p. 15-46.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.

GERALDI, Juliano. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: O Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº 39. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

GOULART, S. *et. al.* Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cad. EBAPE.BR**, v.8, n.3, p. 388-403, 2010.

GUANZIROLI, C. H. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. Textos para Discussão**, UFF, 2006. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf. Último acesso em: 19 jan. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2006.

HAESBAERT, R. Territorialidade e multiterritorialidade: um debate. **GEographia**, v.9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. Etc., espaço, tempo e crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. A outra face da crise do Estado de Bem-Estar Social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, NEPP/UNICAMP, n. 13, 1990.

LEITE, Paulo Moreira. **Um plano keynesiano**. *Época*, Rio de Janeiro, Globo, n. 552, 15 dez. 2008.

LEITE, S. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural. In: DELGADO, N. G. (Coord.). **Brasil rural em debate**. Brasília: CONDRAF, 2010. p.319-360.

LONG, N. **Sociología del desarrollo**: uma perspectiva centrada en el actor. Trad. Horacia Farjado, Magdalena Villarreal e Pastora Rodríguez. México: Ciesas, 2007.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Ideias e valores: a análise da ação pública a partir das interfaces entre a abordagem cognitiva e a economia das convenções. **Política & Sociedade**, v.12, p.97-136, 2013.

NUNES, E. M., SCHNEIDER, S., GODEIRO NUNES, K. F., e AQUINO, J. R. D.. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 43. p. 55-71, 2014

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PETERSEN, Áurea et al. **Ciência Política: textos introdutórios**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. pp. 13 – 21.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1998, p. 15-20.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago: RIMISP, 2003.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio e TARTARUGA, I. “Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais”. **Raízes. Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal Campina Grande. Vol. 23, No. 01-02, 2004. p 99-117. Campina Grande/Paraíba.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ORIENTADOR: JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARRANJOS INSTITUCIONAIS
E AÇÕES PÚBLICAS EFETIVADAS NO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE
ALAGOANO**

Nome: _____

Data da Aplicação: _____

Município: _____

Organização ou entidade que faz parte: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Há quanto tempo faz parte do Colegiado Territorial do Litoral Norte Alagoano: _____
2. Existe algum assessor que apoie a gestão do Colegiado atualmente?
() Sim () Não () Não sabe () Não se aplica
3. Existiu, anteriormente, algum assessor que apoiasse a gestão do Colegiado?
() Sim () Não () Não sabe () Não se aplica
4. De que forma se realiza a seleção e eleição dos membros do Colegiado?
() Convite Pessoal
() Convocatória aberta para eleição de representantes
() Convite direto a organizações selecionadas
() Solicitação voluntária de participantes
() Não sabe
() Outro: _____
5. Você sabe quando o Colegiado foi constituído?
() Sim () Não () Não sabe
6. O Colegiado vem realizando reuniões periódicas?
() Sim () Não () Não sabe

7. Com que frequência?

- () Mensalmente () Bimestralmente () Trimestral
 () Mais de quatro meses de intervalo () Não sabe dizer
 () Outros: _____

8. Como você avalia a capacidade de decisão de cada um dos seguintes membros do Colegiado? Avalie seguindo a escala abaixo sendo:

	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	Não sabe
Representantes do governo federal						
Representantes do governo estadual						
Representantes do governo municipal						
Representantes dos agricultores familiares						
Representantes de movimentos sociais						
Representantes de comunidades tradicionais						
Representantes de Associações e sindicatos						
Representantes de organizações não governamentais						
Representantes de universidades						
Representantes de entidades colegiadas						

9. Quais os mecanismos de comunicação são utilizados pelo Colegiado para informar suas ações e decisões à comunidade?

- () Reuniões comunitárias
 () Mídia de massa (rádio, televisão, carro de som, etc.)
 () Mídia focal (cartazes, faixas, folhetos, etc.)
 () Internet (e-mails, sites, etc.)
 () Comunicação pessoal (de boca em boca)
 () Parceiros (governo)
 () Parceiros (organizações da sociedade civil)
 () Não sabe
 () Outros: _____

10. Indique o ano de constituição do Colegiado se souber:

11. Com que frequência cada um dos temas abaixo são/eram tratados pelo Colegiado?

	Nunca Tratado	Raramente	De vez em Quando	Quase Sempre	Sempre	Não sabe
Desenvolvimento agropecuário						
Saúde						
Meio Ambiente						
Assuntos Políticos						
Segurança						
Educação						
Justiça						
Infra-estrutura						
Cultura e lazer						
Planejamento						
Projetos						
Controle Social						
Cidadania e Inclusão social						
Gênero, raça e etnia						
Reforma agrária						

12. Com que frequência os problemas a seguir prejudicam o desempenho do Colegiado?

	Prejudicam pouco	Raramente	De vez em Quando	Quase Sempre	Prejudicam Muito	Não sabe
Baixa participação dos produtores						
Baixa capacidade técnica para avaliação dos projetos						
O colegiado não é escutado em outras instâncias						
O colegiado não representa de fato os verdadeiros interesses do Território						
Influência política						
Alta rotatividade dos membros						
Pouca participação dos gestores públicos						

13. Qual o papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial?

- () Participou na concepção e elaboração
- () Participou de oficinas de discussão para sua formação
- () Participou da revisão

- ☐ Não participou
- ☐ Não sabe
- ☐ Outro: _____

14. Foi elaborado algum documento que contivesse uma visão de longo prazo para o Território? (Visão de futuro)

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

15. O Território possui PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável)?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

16. Indique quais dos mecanismos abaixo são utilizados para a tomada de decisões pelo Colegiado:

- ☐ Acordos por consenso
- ☐ Votação por maioria
- ☐ O Colegiado avalia, opina, mas não decide
- ☐ Cada membro do Colegiado defende seus próprios projetos e iniciativas
- ☐ Articulação entre grupos (blocos) de interesse
- ☐ Não sabe
- ☐ Outros _____

17. Quais ações são desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial?

- ☐ Análise de viabilidade técnica
- ☐ Avaliação interna de mérito
- ☐ Priorização e seleção com base em critérios
- ☐ Disponibilização de especialistas nas áreas dos projetos
- ☐ Não sabe
- ☐ Outros _____

18. Em quais das áreas abaixo os membros do Colegiado receberam algum tipo de capacitação?

- ()Planejamento participativo
- ()Elaboração de projetos
- ()Organização
- ()Elaboração de planos de desenvolvimento
- ()Desenvolvimento territorial
- ()Planejamento estratégico
- ()Controle social
- ()Monitoramento e avaliação
- ()Gestão de conflitos
- ()Não sabe
- ()Outros: _____

19. Dentre as políticas abaixo, enumere por ordem de importância aquelas mais tratadas pelo Colegiado

- | | |
|--------------------------|-----------------------------|
| ()PNAE | () PAA |
| ()Proinf | ()Pronatec |
| ()Ater | ()Pronaf |
| ()PNCF | ()PNHR |
| ()Terra Sol/Terra Forte | ()Plano Safra/Seguro Safra |

20. Cite algo mais que queira comentar acerca da atuação e da importância do Colegiado para o Território do Litoral Norte Alagoano.



Território da Cidadania Litoral Norte Alagoano

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Jacuípe, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jundiá e Campestre.

REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO

CAPITULO I – DISPOSIÇÃO INICIAL

Art 1º - Este regimento estabelece normas sobre a composição, a natureza, as atribuições e o funcionamento **DO COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**, com vista à implementação e acompanhamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - PRONAT e do Programa Territorial da Cidadania - PTC como uma estratégia para superar a pobreza e promover o desenvolvimento.

Art 2º - **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** é uma institucionalidade constituída de forma participativa, como resultado da estratégia de Desenvolvimento Territorial, promovido pela **Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)**, envolvendo representantes das três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), diversas entidades representativas dos agricultores e das agricultoras familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar, e demais segmentos sociais rurais existentes no **Território do Litoral Norte Alagoano**.

Art 3º - **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** tem como missão implementar um processo participativo de construção do desenvolvimento, em que governo e sociedade constroem juntos seu **projeto de desenvolvimento**, de modo que se consolide de forma sustentável a **GESTÃO SOCIAL**.

Art 4º - **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** é um espaço de articulação entre a sociedade civil e o poder público, com a função de viabilizar a concepção e acompanhamento dos projetos de investimentos, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - PRONAT e do Programa Territorial da Cidadania - PTC, constituindo-se no fórum de identificação e discussão das ações necessárias à sua implementação no território, bem como, conduzir todo o processo de articulação interinstitucional, definição de responsabilidade, levantamento das necessidades e oportunidades de investimentos, de acordo com os anseios e as demandas dos atores sociais.

CAPITULO II – DA COMPOSIÇÃO

Art 5º - **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** está constituído pelas seguintes entidades e seguimentos:

- a) Secretarias Municipais (indicado pelo gestor municipal);
- b) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- c) Cooperativas de Agricultura Familiar;



- d) Associações da Agricultura Familiar (artesanos, assentados, apicultores...);
- e) Comunidades tradicionais (Índios, Quilombolas...);
- f) Movimentos Sociais (jovens, reforma agrária, mulheres...);
- g) ONGS;
- h) Colônias de pescadores;
- i) Bancos Oficiais (Banco do Nordeste, do Brasil e Caixa Econômica);
- j) Entidades do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º As entidades participantes deverão preencher uma ficha de cadastro, bem como, assinar através de seu/sua representante um termo de adesão;

§ 2º Cada entidade deverá indicar um membro titular e um suplente para representá-la no **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**;

§ 3º Os segmentos sociais que tenham organização formal de âmbito municipal ou territorial deverão escolher sua representação através de encontro territorial;

§ 4º As representações destes seguimentos deverão ser apresentadas a coordenação do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** através de um ofício acompanhado de Ata e lista de participantes presentes na atividade.

CAPITULO III – DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art 6º Compete ao COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO:

1. Promover o processo de construção e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).
2. Contribuir com o processo de organização e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) na condução da gestão participativa dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS);
3. Promover a elaboração das agendas de prioridades e a seleção dos projetos a serem implementados;
4. Articular e apoiar os arranjos institucionais, que no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;
5. Estimular a criação de Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, capacitação, educação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação etc), apoiar a sua estruturação e operacionalização;

6. Promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial com os encaminhamentos das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento.

7. Fortalecer a participação da comunidade como um todo, nas discussões relativas às questões de desenvolvimento territorial.

CAPITULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Art 7º São órgãos do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**: o Plenário, o Núcleo Dirigente, o Núcleo Técnico, a Coordenação Executiva e as Câmaras Temáticas.

§ 1º O Plenário será composto pelos representantes das instituições e segmentos participantes no exercício pleno de seus mandatos, e será órgão soberano de definição das ações de avaliação, monitoramento e planejamento, com reuniões ordinárias anuais;

§ 2º O Núcleo Dirigente será composto por representações indicadas por categorias participantes do Plenário, com cadeiras distribuídas proporcionalmente a cada segmento, composta por no mínimo 50% de representações da sociedade civil, com reuniões ordinárias mensais, é órgão de caráter deliberativo.

§ 3º O Núcleo Técnico tem a função de assessorar o **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**. Será composto por representantes dos órgãos de apoio: **INSTITUIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS, SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, UNIVERSIDADES, BANCOS OFICIAIS, INSTITUIÇÕES DO SISTEMA “S”, ONGS** e outros que venham a se incorporar desde que tenham o conhecimento e apoio do plenário.

§ 4º A Coordenação Executiva será composta por 03 (três) membros, tendo no mínimo 02 (dois) representantes da sociedade civil, sendo eleitos pelo Núcleo Dirigente, através de chapas, com o mandato de 02 (dois) anos com direito a uma reeleição.

§ 5º As câmaras temáticas são instâncias do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** e tem o objetivo de apresentar estudos, debater problemas, tema específico ou abrangente do processo de desenvolvimento. São formadas a partir da necessidade do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**.

Art 8º As atribuições dos órgãos do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** são:



Território da Cidadania Litoral Norte Alagoano

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Jacuípe, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jundiá e Campestre.

I Compete ao Plenário:

- a) Definir as prioridades anuais do Território;
- b) Estabelecer as diretrizes na elaboração das ações;
- c) Reformular o Regimento Interno.

II Compete ao Núcleo Dirigente:

- a) Eleger a Coordenação Executiva;
- b) Acompanhar e avaliar a implementação das ações contidas no PTDRS;
- c) Encaminhar o processo de negociação de programas, projetos e ações orientados para o desenvolvimento sustentável do território;
- d) Aprovar a priorização de projetos;
- e) Avaliar as propostas oriundas das Câmaras Temáticas;
- f) Acompanhar a gestão dos recursos de custeio do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**;
- g) Aprovar os produtos do assessor técnico do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**;
- h) Escolher o assessor técnico;
- i) Encaminhar as decisões do Plenário;
- j) Deliberar questões em caráter de emergência, de interesse do desenvolvimento territorial, respeitando as diretrizes e normas vigentes.

III Compete a Coordenação Executiva:

- a) Representar legitimamente o **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO**;
- b) Participar ativamente como mediadores dos debates e decisões, encaminhando a votação das matérias de forma democrática e organizada;
- c) Respeitar as normas vigentes;
- d) Dirigir os trabalhos das sessões do Plenário e do Núcleo Dirigente;
- e) Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- f) Delegar o desempenho de atribuições a outros membros;
- g) Encaminhar as decisões do Plenário e do Núcleo Dirigente.

IV Compete as Câmaras Temáticas:

- a) Debater matérias de seu interesse e encaminhar propostas para soluções;
- b) Respeitar as normas vigentes;
- c) Dirigir os trabalhos de acordo com a competência do tema de sua responsabilidade;
- d) Convocar reuniões da Câmara Temática;
- e) Encaminhar às decisões ao Núcleo Dirigente;
- f) Eleger o coordenador (a) e o (a) secretário (a) executivo para sistematizar os documentos das reuniões.

V Compete ao Núcleo Técnico:

- a) Assessorar tecnicamente o **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** nas tomadas de decisões;
- b) Elaborar e/ou assessorar a elaboração de projetos territoriais.

CAPITULO V – DO FUNCIONAMENTO

Art 9º O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO rege-se pelas seguintes normas:

- I. O Núcleo Dirigente se reunirá ordinariamente, a cada 3ª quinta-feira do mês às 9h, e extraordinariamente sempre que necessário for;
 - II. Em 1ª convocação o quórum para iniciar a reunião é de 1/3 do total dos participantes, com 30 minutos de tolerância;
 - III. Será necessário um quorum mínimo de $\frac{1}{2}+1$ para deliberar e aprovar matérias, as quais serão aprovadas por maioria simples de votos;
 - IV. Cada membro do Núcleo Dirigente terá direito a um único voto por votação;
 - V. As deliberações serão designadas em atas circunstanciadas, lavrada em livro próprio, lidas, aprovadas na próxima reunião ordinária;
 - VI. As reuniões serão realizadas preferencialmente em recinto apropriado e a elas terão acesso as pessoas e entidades diretamente interessadas;
 - VII. O calendário das reuniões ordinárias será apresentado no mês de janeiro e as reuniões serão itinerantes, sempre que possível.
 - VIII. Poderão ser excluídos (as) entidades/seguimentos, cujos representantes falem sem justificativa formal, apreciada pelo Núcleo Dirigente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas;
 - IX. Na segunda falta de seu representante, a entidade deverá ser comunicada oficialmente, pela Coordenação Executiva, para que tome as devidas providências.
- IX A substituição de representantes se dará:
- § 1º Por perda do cargo ao qual está vinculado, sendo que neste caso a entidade indica outro representante;
 - § 2º Por saída da entidade, sendo que neste caso o Núcleo Dirigente deliberará sobre a substituição da entidade, respeitando sua categoria e/ou segmento.



Território da Cidadania Litoral Norte Alagoano

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Jacuípe, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jundiá e Campestre.

CAPITULO VI – DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art 10º A apresentação de projetos de interesse do território deverá ser feita ao **Núcleo Dirigente** junto com um parecer do Núcleo Técnico, pelas respectivas câmaras temáticas. Em caso de aprovação do Núcleo Dirigente este será encaminhado aos órgãos financiadores;

Art 11º Todos os projetos e propostas do plano de desenvolvimento deverão buscar parcerias nas esferas Federal, Estadual, Municipal e Internacional, além de organizações não governamentais, para viabilizar a execução dos mesmos;

Art 12º **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** poderá a qualquer tempo solicitar aos interessados ou aos órgãos responsáveis pela elaboração ou execução de projetos documentos e informações complementares, para viabilizar o monitoramento, acompanhamento e avaliação dos projetos e propostas, através da Coordenação Executiva.

CAPITULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 13º **O COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** fará a gestão dos seus recursos em convênio com a **SDT/MDA** e prestará conta ao Núcleo Dirigente;

Art 14º O encaminhamento de solicitação de recursos, para ressarcimento ou pagamento de despesas deverá ser feito de acordo com o Plano de Atividades Territorial (PAT);

Art 15º O exercício da função de membro **do COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** será considerado serviço público relevante e não remunerado;

Art 16º Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo **plenário**, sendo observada a legislação vigente e as normas dos programas;

Art 17º As propostas de emendas e/ou alterações deste Regimento, deverão ser subscritas, por no mínimo 3 (três) membros **do COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** e aprovadas pelo plenário por maioria simples de votos, as instruções em vigor devem ser observadas.

CAPITULO VIII – DA COMPETÊNCIA DO ASSESSOR TÉCNICO

Art 18º Assessorar ao **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO** nas seguintes questões:



Território da Cidadania Litoral Norte Alagoano

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Jacuípe, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jundiá e Campestre.

I - Elaboração do Diagnóstico do Território;

II - Contribuir para o desenvolvimento das ações definidas como prioridades pelas câmaras temáticas e o plenário. E apresentar as ações que estão sendo desenvolvidas nos encaminhamentos definidos em plenária, de acordo com o prazo estabelecido.

III – Contribuir na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Território;

IV – Contribuir na elaboração de projetos estruturantes;

V – Mobilização dos atores sociais do Território;

VI – Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias **do COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO;**

VII - Assessorar e acompanhar as reuniões das entidades quando se tratar de assuntos pertinentes às decisões que serão votadas **no COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO;**

VIII - O Assessor Técnico (a) apresentará os produtos à entidade gestora e à coordenação executiva.

As atribuições e funções do assessor técnico, além das que estão previstas nesse documento serão de responsabilidade da Coordenação Executiva, que cobrará agenda de trabalho e presença do mesmo no território, considerando o que está previsto no contrato e no plano de atividade do **COLEGIADO DO LITORAL NORTE ALAGOANO.**

Art 19º Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

Passo de Camaragibe, 21 de julho de 2011.

Ata Reunião Plenária Territorial do Colegiado do Litoral Norte de Alagoas, dia dezoito de setembro de dois mil e catorze, no Auditório da Prefeitura Municipal de Porto Calvo, Alagoas, começando às nove horas com assinatura de lista de presença e abertura da reunião pelo Assessor Territorial, que agradeceu a Deus pela realização de mais um evento territorial, distribuindo a todos a publicação da SDT/MDA, do Programa Território da Cidadania – PTC, com as diversas Políticas Públicas voltada para o Território do Litoral Norte de Alagoas. Solicitando em seguida, uma rodada de apresentações, dos cinquenta e dois participantes, destacando a presença de vinte e um participantes representando quinze entidades do Poder Público, mais trinta e um participantes representando vinte e uma organizações da Sociedade Civil. Em seguida foi feita leitura da ata da reunião anterior e, em seguida a pauta da presente reunião. No item informes, a representante da Emater, Assistente Social, Sra. Cinês, convidou a todos para prestigiarem o próximo “Núcleo de Feira” a ser realizada nos dias 15 e 16 de Outubro, no Centro de Porto Calvo. O Sr. Manoel disponibilizou para o Território, os serviços de projeto da empresa “Agrícola Planejamento”, se comprometendo retornar e apresentar os serviços da empresa. Em seguida, a Superintendente do Incra, Profª. Lenilda, agradeceu pelo convite, informando a ausência do Delegado da DFDA-MDA, devido ter sofrido um acidente de carro, causando avarias no carro, mas Gilberto se encontra bem. Destacou a importância da interação do poder público e a sociedade civil como estratégia de atuação, que facilita a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, ressaltando a prioridade das ATER nos assentamentos de reforma agrária, salientando o desafio político e social de ampliar as áreas para RA, enfatizando os entraves territoriais decorrente do atraso da legislação agrária, dificultando o avanço de políticas públicas de acesso à terra, face ao monopólio exercido pelas grandes propriedades rurais em Alagoas. Salientando a presença do Ouvidor do INCRA, Sr. Marcos Bezerra, disponível para ouvir o agricultor, na busca de melhoria das políticas públicas voltadas para RA em Alagoas. Em seguida o Sr. José Bernardo, se referiu ao Proinf-2013, ao processo em curso de efetivação do mesmo, com a legalização da área para a edificação da Central de Comercialização e, liberação de recursos para aquisição dos dois caminhões, e um Kit feira,

referiu-se também para os entraves, os tramites burocráticos da CEF, destacando que o projeto encontra-se em análise técnica até o momento na Caixa - planta de edificação da Central, donde vimos cobrando agilidade, para liberação dos recursos por este Agente Financeiro (CEF-GIDU), ressaltou o Secretário. Em seguida o Sr. Paulo Cesar, se referiu ao Proinf-2014, a decisão tomada na reunião anterior de aguardar a Chamada Publica, voltada para as Organizações Sociais, salientando que o recuo em relação ao Projeto institucional com Prefeitura de Matriz, foi devido dificuldade em ajustar as demandas do território em relação as limitações do Manual Operacional da SDT/MDA, por esse motivo estamos aguardando o novo edital para as organizações sociais. Em seguida o Prof. José Eloízio, da UFS e Coordenador do Nedex - AL, apoiado pela Assessora Territorial de Inclusão Social, Sra. Elisregina e, Equipe Técnica e Bolsista da UFS, passou apresentar, com auxílio de um data show, o Programa Território da Cidadania (PTC), salientando prioridades do Governo para implementação das Políticas Públicas no Território, destacando o Programa Nacional de Habitação Rural; Luz para todos; Pronatec Campo, enfatizando os meios para acessar esses benefícios, distribuindo fichas de acessos a esses serviços de políticas públicas disponíveis no território. O Programa Luz para Todos, beneficia quase integralmente o território, porém por ser rede monofásica, serviços de bombas, máquinas, equipamentos e agroindústria não podem serem tocados, requerendo entendimento com o fornecedor de energia na busca de alternativa, sendo ressaltado pela Prof. Lenilda, que o fornecedor, a Eletrobras, propôs como alternativa a instalação de "transformador" nas áreas de assentamento. Referente ao Pronatec Campo, destacou a importância do Comitê Estadual de Desenvolvimento Territorial, coordenado pela DFDA-AL, para efetivação das matrículas no Pronatec – Campo no SISTEC-MEC. Enfatizou a importância de se constituir (ou revitalizar) no território, a Câmara Temática de Educação Rural do Litoral Norte de Alagoas, visando contribuir na coordenação dos cursos de educação profissional, metodologia, programação e seleção dos alunos, etc., tendo em vista os cursos demandados pelas comunidades rurais. Destacando que a efetivação dos cursos dependem do estabelecimento de um pacto entre a DFDA e as Instituições que ofertam cursos profissionalizantes, e a prévia

matricula dos interessados no SISTEC-MEC, para que ocorra o devido atendimento de jovens do campo, trabalhadores rurais, agricultores familiares, pescadores, quilombolas, índios, etc. Destacando o apoio de todos em “priorizar” as políticas públicas, MCMV/PNHR; Luz para Todos e Pronatec-Campo, sendo ressalvado no entanto, a manutenção também como itens prioritários do Território Litoral Norte, às Políticas Públicas, PAA, PNAE E PROINF. Sendo em seguida constituída a Câmara Temática de Educação Rural, com a seguinte composição: Maria José (SEE); Caludieny Silva (IFAL); Cinês Honorato (Emater); José Roberto (Ass. Catucá); Claudinéia Silva (Ass. Bom Conselho); Jovina Felipe (Colônia Z-25); Vanilda Vanderley (Ass. Duas Barras); Jonas Teixeira (Sec. Agricultura). Sendo enfatizado ainda pelo Prof. Eloizio, a possibilidade de cursos serem realizados por profissionais, com comprovada experiência, que atuam no território, através de entidades privadas de ensino técnico, despertando interesse de muitos participarem, desta modalidade profissionalizante do Pronatec – Campo, na qualidade de instrutores. Após calorosos debates e questionamentos, a coordenação se comprometeu enviar a todos, via internet, os cursos já disponíveis para a agricultura familiar, tendo em vista sua oferta no território. Em seguida foi agendada a data da próxima reunião para o dia vinte e três do corrente exercício, no Salão da Colônia de Pescadores Z-25, em Porto de Pedras, aceitando o convite do Presidente da Colônia, Sr. Pedro Luiz e a Secretária Jovina Felipe, a ser confirmada com convite a ser enviado a todos em breve. Sendo encerrado a reunião com a palestra do Prof. Eloizio e, a Assessoria Técnica do Nedet – UFG, sorteou publicações, pesquisas e trabalhos acadêmicos diversos entre os participantes, destacando a importância do conhecimento sair das fronteiras acadêmicas, cumprindo sua função social. Em seguida convidou a todos para um almoço de confraternização, oferecido pelo projeto NEDET-UFG, agradecendo a presença de todos e todas e, eu Paulo Cesar R. Pucu, ATGS/LT, lavro e assino esta Ata Territorial do Colegiado Litoral Norte de Alagoas, junto com todos, conforme lista de presença anexa, Porto Calvo, 18 de setembro de 2014.

Paulo Cesar R. Pucu



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EM EXTENSÃO TERRITORIAL

TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE - ALAGOAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

A reunião ordinária teve início por volta das 10:30 do dia vinte e oito de novembro do ano de dois mil e quatorze, no Assentamento Dandara (Antigo Itabaiana) na casa de farinha turística – Município de Maragogi. Todos foram recebidos pela presidente do assentamento – Laudicéia – onde alguns pontos foram relatados por ela, sendo um deles os problemas enfrentados em relação ao projeto da casa de farinha turística e também como é realizado o seu trabalho no assentamento.

Logo após essa apresentação de Laudicéia, a lista de presença da reunião começou a circular, e José Antônio dos Santos, um dos integrantes da UNEGRO, onde esse faz parte do Núcleo Dirigente informou a todos sobre a substituição de Laudicéia por Josina, por motivos de saúde. Uma outra situação que foi bem debatida na reunião foi que José Antônio e Orlando ficaram batendo no ponto onde só o núcleo dirigente era quem podia decidir sobre a ordem da pauta das reuniões, e quem as outras pessoas presentes não tinham a voz sobre o devido assunto. O que acabou causando um certo incomodo para quem se fazia presente na reunião, e levando

um certo tempo para se decidir se continuavam ou mudavam a ordem da pauta para a apresentação do professor Eloízio.

Em seguida, alguns informes foram repassados da Ata e do Proinf de 2014 por Orlando de Moraes, coordenador do colegiado. Posteriormente foi dada a palavra a José Bernardo (Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente) e ao Adeval, onde eles fizeram um relato sobre os Matadouros, sobre a falta de higiene no transporte da carne. Fizeram a solicitação de um caminhão baú para Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, como também para os municípios vizinhos. Outro ponto foi a deliberação da construção do Matadouro Público em Matriz de Camaragibe, além do selo de inspeção. A construção do matadouro será a partir de Janeiro de 2015. Orlando comenta que Maragogi, Matriz e Porto Calvo já foram contemplados por um caminhão. E que esse caminhão também virá a atender os municípios de São Luiz do Quitunde, Japaratinga e São Miguel dos Milagres. Outros informes foram repassados pelos presentes, e em seguida foi feita uma parada para um lanche.

Na continuidade da reunião, o professor Eloízio da Universidade Federal de Sergipe, fez as apresentações. Sendo uma delas sobre o Pronatec, onde propôs ao menos 3 cursos. Valnida representante do Assentamento Duas Barras entregou as demandas dos cursos propostos. E ao término da reunião, todos foram convidados para um almoço na casa de farinha turística. Dando por encerrada, eu, Úrsula Thaynan, Bolsista Ufs NEDET, lavro está ATA, quatorze de janeiro de dois mil e quinze.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EM EXTENSÃO TERRITORIAL
TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE - ALAGOAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

A reunião da plenária teve início por volta das dez horas do dia dezenove de março do ano de dois mil e quinze, na Secretaria de Educação Municipal – Município de Porto Calvo. A princípio Orlando de Moraes, coordenador do colegiado, apresentou a pauta da reunião tendo como os assuntos: 1-Reestruturação do colegiado/ núcleo dirigente 2015; 2-O Proinf 2013, 2014 e 2015; 3-As Políticas Públicas; 4-Sugestões de atores; 5-A contribuição da Universidade; 6-A constituição da mesa de diálogo. Logo após Orlando deu início fazendo um relato sobre o Proinf 2013 destacando o Centro de Abastecimento e Comercialização em Porto Calvo, onde ainda não houve a liberação da caixa e o espaço está desapropriado, dependendo da justiça, e outro ponto foi a ocorrência da atualização da planilha de custo. Paulo Pucú deu seguimento à reunião comentando o Proinf 2014, onde fez relato de entraves sendo os pequenos caminhões para beneficiar os pequenos agricultores, que acabou não ocorrendo à parceria com os municípios, porém ocorreu com as ONGS onde foram beneficiados com 7 caminhões. Outro ponto são as dificuldades de se adequar para participar do edital, sendo o prazo muito curto. Em seguida comentou sobre o Proinf 2015, dando a sugestão de que o Proinf 2015 articule com outras políticas públicas sendo elas o PAA/ Caminhões, onde o Prof. Eloízio, coordenador do NEDET/UFS, sugeriu que fosse mais apropriado a compra de equipamentos. Paulo voltou a falar sobre as entraves, dando ênfase nesse ponto ao ano de 2004, que era a falta de espaço físico para o Engenho de Açúcar Mascavo. Logo após esse relato, foi dada a palavra para que os atores pudessem fazer seus comentários. Dando início Gamdh, um dos fundadores do território da cidadania no estado de Alagoas, faz parte da Fundação Gouveia (consultoria de projetos) e membro da

Coopermil. Relatando as experiências de alguns produtos, como doces e compotas e farinhas (caroço de jaca, beterraba e etc).

Seguida a palavra do Gamdh, Valdir Correia, que é o secretário de obras do município de Maragogi passou alguns informes, primeiro a casa de mel que está sendo concluída, a casa de comercialização que se encontra em licitação e um caminhão para Maragogi que está sendo privatizado para Laudicéia (presidente do Assentamento Dandara). Valdir ainda relata que a casa de farinha está desativada por falta de matéria prima (mandioca). Logo após Roberto, o presidente do Assentamento Catuca em São Luiz do Quitunde, comentou que a casa de mel do assentamento é a única que está ativada. Porém alguns entraves foram abordados, sendo que um dos problemas dos produtores de mel é o serviço dos atravessadores, transporte. Outro seria a falta de incentivo por parte do Estado e do Governo Federal. A associação já está disponibilizando selos. Em seguida Maria de Lourdes da Associação das Costureiras de Porto Calvo, abordou alguns pontos que tem o objetivo de motivar a associação, sendo a agregação de valor, educação física, cursos, AAC, e o apoio a ginecologista/ dentista, esse ultimo sendo ressaltado que não entra no projeto. Jonas técnico da Emater informou que Valdir Correia, antes secretário de agricultura, agora é o secretário de obras, passando o antigo cargo a Vanderley. E relatou que só em Maragogi há 18 assentamentos e 20 Associações. Em seguida, Vanilda Pereira da Cooperafer fez questionamento sobre a demanda do Pronatec, pois as mulheres da cooperativa estão na expectativa da vinda desses cursos. Seu Pedro Elias, presidente da Coopernorte falou das suas experiências com o território. Por ultimo foi a vez do professor Eloízio, coordenador do Nedet- AL, respondeu ao questionamento de Vanilda, sobre os cursos do Pronatec, Relatou sobre as ação do Proinf/ Ate/ Microcrédito e ao final constituiu a mesa de diálogo tendo essa como integrantes das ENTIDADES/ ÓRGÃOS: 1-MAPA: Alair Correia; 2-Seagre: Álvaro; 3-Emater: Carlos Dias; 4-Banco do Nordeste: Kaio César; 5-Incra: Ana Bela; 6-MDA: Delegado Gustavo; 7-Fundação do Banco do Brasil: Marcos Melo Frade (61) 3104-4600; 8-Zumbi: Denilton Nascimento G. da Silva (81) 9403-8371; 9-COATIS: Edvaldo. E Colegiado: 1-Valdir Correia Secretário de Obras de Maragogi Proinf; 2-Orlando de Moraes Carvalho Secretaria de Agricultura Porto Calvo Proinf; 3-José Roberto Feitosa AACT Micro; 4-Vanilda Vanderlei

Pereira MMC e COOPERA FER Ater; 5-Ednilson da Silva Santos CANAZ Ater; 6-Tertuliano S Moreno SEAGRI/ AL Ater. Assim a Mesa de Diálogo precisa da execução para os meses de Abri, Maio, Junho e Julho a realocação dos caminhões, reestruturação da casa de mel, a unidade de beneficiamento, abertura de mais editais do Ater/ participação de entidade privada e abertura de ações de Ater. Dando por encerrada, eu Úrsula Thaynan, Bolsista NEDET/ UFS, lavro esta ATA, vinte e sete de março de dois mil e quinze.



Território da Cidadania **Litoral Norte Alagoano**

ATA DA PLENÁRIA TERRITORIAL DO COLEGIADO LITORAL NORTE DE ALAGOAS.

A Plenária Territorial do Colegiado do Litoral Norte de Alagoas, realizada no dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, no auditório da Prefeitura de Paripueira, Alagoas, teve início às nove horas, com abertura dos trabalhos pelo Sr. Teófilo, representante de Paripueira no Território, que agradeceu à todos, ficando a disposição sobre informações e visitas atividades de artesanato e apicultura do Município. Em seguida, após assinatura de Lista de Presença, foi solicitado a apresentação dos participantes, destacando-se a presença do Secretário de Agricultura do Município de Paripueira Sr. Jousivaldo Santos de Melo, que entregou documento solicitando a integração de Paripueira ao Colegiado do Territorial do Litoral Norte de Alagoas, complementando a documentação necessária, ao encaminhamento, junto DFDA, CEDAFRA e CONDRAF, compromisso assumido pelo assessor, Sr. Paulo, o encaminhamento da petição. Destacando a presença de pesquisadoras do IADH, Sra. Luciana Poncioni e Paula Veloso, que se referiram ao trabalho de campo, que vem realizando, junto a empreendimentos da Agricultura Familiar, tendo em vista a sua propagação como atividade modelo produtiva, à serem incorporadas para outros grupos e organizações produtivas da agricultura familiar, sendo orientadas pelo Sr. Paulo em seus propósitos territoriais no Litoral Norte, encaminhando para a Casa de Farinha Moderna do Assentamento Itabaiana e a Comunidade de Mulheres Artesãs do Assentamento MANSAFIS. Em seguida foi feita leitura da ata pela Sra. Elis Regina, Atip, com comentários sobre ações em curso da agenda territorial. Em seguida passou aos informes, com o pronunciamento do Sr. Antonio Joaquim, que comunicou sobre o encontro da rede de colegiados nos dias 6 e 7 de junho em Maceió, enfatizando a importância de mobilizar antigos e novos integrantes do Colegiado, propondo o envio de atas para as lideranças do território, sendo por todos acatados. Em seguida o Prof. Eloisio, coordenador do Nedet, falou sobre o delicado momento político, e os reflexos negativos para agricultura familiar, com a

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuípe, Jundiá e Campestre.



Território da Cidadania **Litoral Norte Alagoano**

extinção do MDA, e a desarticulação dos trabalhos das DFDA, com a entrega dos cargos pelos delegados estaduais. Referiu-se também aos contatos mentidos com o Secretário de Agricultura do Estado de Alagoas, tendo em vista a canalização de recursos oriundos do Fecoeop, para comunidades atingidas pela enchente do ano 2000 em Alagoas, se comprometendo manter contato com o mesmo, para as devidas providencias, sendo complementado pelo Sr. Paulo, referido que se os possíveis recursos ocorrerem, devem corresponder à demandas de atividades produtivas de comunidades do território. Em seguida, O Prof. Eloísio, fez um balanço da reunião da Câmara Temática de Inclusão Produtiva, salientando a importância da potencialidade do mel de abelha e da própolis vermelha para o território, destacando a necessidade de investimento neste setor produtivo, que envolve diversas comunidades nestas atividades, que deve ser objeto de alavancagem produtiva do território. Conclui com apresentação de quadro de estudo, destacando o Litoral Norte como o território onde ocorreu menos recursos de investimentos, Proinf's. Sendo em aparte destacado pelo Sr. Paulo, as diferenças territoriais, onde os municípios do agreste e sertão disputam os projetos, diferente do Litoral onde as prefeituras tem pouquíssimo interesse, além do mais destacou que projetos territoriais como a Fabrica de Açúcar Mascavo (2010/2011), a Central de Comercialização (2013), preencheu todos requisitos dos referidos editais, todavia os recursos nunca chegaram no território. destacou ainda, a necessidade de acompanhamento do Proinf 2015, que foi aprovado, mas até o momento os recursos não foram liberados. Em seguida o Prof. Eloisio e a Atip, Sra Elis, passaram a discorrer sobre a Chamada Publica do Proinf 2016, para os jovens do campo, sendo visualizado que o mesmo, somente contempla comunidades onde existe "escola rural", constituída com CNPJ, e registro em órgão federal competente, não permitindo o acesso territorial, através de projeto, aos referidos recurso financeiro federal. Em seguida a Sra. Quitéria, presidenta da Cooperativa de Mulheres MANSAFIS, se referiu aos esforços que a comunidade vem realizando para se manter presente nas reuniões, na busca de alternativas para a comunidade, referindo-se aos jovens que

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuipe, Jundiá e Campestre.



Território da Cidadania **Litoral Norte Alagoano**

precisam de apoio, pois tem sido vulneráveis a perversão de vícios urbanos que tem chegado no campo, requerendo oportunidades de trabalho, com a implantação de empreendimentos para os jovens do campo. Em seguida o Sr. Teófilo, agradeceu a presença de todos, convidando para o almoço de confraternização, oferecido pelo Nedet/UFSE, dando por encerrada a reunião e, eu Paulo Cesar, lavrei e assino a ata desta Plenária Territorial, acompanhada com a lista de presença assinada por todos.

Paripueira, 18 de Maio de 2016.

Paulo Cesar Rodrigues Pires

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuípe, Jundiá e Campestre.



Território da Cidadania

Litoral Norte Alagoano

Ata da Reunião Extraordinária do Colegiado Territorial do Litoral Norte de Alagoas, realizada no dia quatro de Novembro de dois mil e dezesseis, no auditório da Secretária de Educação, do Município de São Luiz do Quitunde, com início às nove horas, com abertura dos trabalhos pelo Assessor Territorial, Sr. Paulo, que agradeceu a Deus pela presença de todos, convidando os participantes para lanche, assinar lista presença e apresentações, destacando-se a participação do Consultor do Projeto DET do SEBRAE, Prof. Júlio Bahia, que após se apresentar, justificou a ausência da Assessora, e falou do trabalho de consultoria que vem realizando no território, contribuindo para profissionalização de pequenos empreendedores e, na formalização pequenos empreendimentos, cooperativas e grupos em suas atividades produtivas, através do Projeto de Desenvolvimento Econômico Territorial (DET) do SEBRAE, visualizando nesta parceria territorial, ampliar e fortalecer o trabalho que já vem realizando. Em seguida a Sra. Aliete, da Prefeitura de Maragogi, falou sobre a representação do trabalho, junto a entidade de fomento, "Desenvolve" do Estado de Alagoas, se colocando à disposição do Colegiado Territorial, para programar a vinda do Consultor da entidade, para falar sobre atuação da entidade, os tipos de apoio e, formas de disponibilizar recursos, em benefício dos segmentos que compõe agricultura familiar, ficando todos de comum acordo para realização desta programação. Em seguida, o Sr. Roberto se referiu aos acertos feitos durante o encontro, Mesa de Diálogo, com a Emater, destacando que os produtos continuam se perdendo na roça, até o momento nenhuma aquisição foi realizada pelo Governo do Estado. Em resposta a Sra. Cinês, representante da Emater, informou das dificuldades referentes aos projetos do PAA, pois o edital para as compras pelo Governo do Estado, abrange diversos territórios, gerando um montante de projetos, que estão sendo elaborados, pelos poucos técnicos da Emater, sendo este o motivo da demora, prometendo que logo acontecerá devida aquisição. Em seguida o Prof. Eloizio, coordenador do projeto Nedet, passou a uma explanação revisão e debates sobre o PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuípe, Jundiá e Campestre.

Rural Sustentável e Solidário, com auxílio de um projetor, passou analisar dados relativos da Matriz para construção do PTDRSS do Litoral Norte, com objetivo de assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural, apresentando propostas e metas do PTDRSS, que foram debatidas em plenária, relativas a matriz da página 43, referente a DAP (Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar), sendo construído com a colaboração de todas as propostas para dinamizar a emissão de DAP's, E facilitar acesso as mesmas, conforme o seguinte registro: 1. Transformar a DAP em cadastro da AF, possibilitar pleno acesso as políticas públicas; 2. Qualificar e revisar critérios da DAP, registrando cada membro de agricultores familiares; 3. Simplificar processo de credenciamento, ampliando e dotando de meios as entidades, com fins sociais (Ong's), para emissão DAP's; 4. Aumentar de dois pra três anos a validade da DAP; 5. Ampliar a emissão de DAP's para beneficiar maior número de mulheres e jovens agricultores familiares; 6. Ampliar a expedição de DAP's, em benefício de grupos formalizados de agricultores familiares, após debates e registro de propostas, o Prof. Eloízio, propôs a continuidade dos trabalhos de revisão e proposições para o PTDRSS, em próxima reunião, sendo por todos acatado, e marcado a data para o dia dois de Dezembro, a continuidade dos trabalhos, convidando todos para almoçar, e sendo dado por encerrado a reunião extraordinária, e, Eu, Paulo Cesar, lavro e assino esta e, a lista de presença junto com todos.

Paulo Cesar Rodrigues Pinheiro

Ata da Reunião Ordinária do Colegiado Territorial do Litoral Norte de Alagoas, dia vinte três de fevereiro, dois mil e dezessete, no auditório da Décima GERE, (atrás Igreja) em Porto Calvo, com início às nove horas, com abertura dos trabalhos pelo Assessor Territorial, Sr. Paulo, que agradeceu a Deus pela presença de todos, solicitou assinatura lista presença e apresentações dos participantes. Destacando-se a presença de representantes da Secretaria de Trabalho e Renda do Município de Maragogi, que falaram da proposta desta Secretaria, na nova gestão da Prefeitura de Maragogi, buscando parcerias que fortaleçam o trabalho, junto as organizações sociais de agricultura familiar, com objetivo de incentivar, atividades produtivas, de geração de trabalho e renda, proporcionando condições para permanência do homem no campo, conforme as Sras. Ivanida e Beatriz. Em seguida, Sr. Paulo, fez leitura da ata da reunião anterior. E, tratando da situação atual do território LN, destacou a importância de apoio institucional e a parceria com o setor público, para continuidade do trabalho territorial, referindo-se aos Projetos de apoio territoriais do IADH (PE) (2013/14) e, do NEDET (UFS-SE), (2015/16), justificou continuidade de atividades territoriais, como instrumentos a favor da Agricultor Familiar, reunindo diversos segmentos da agricultura familiar, que integram comunidades do mundo rural - artesanato, pesca, apicultura, agropecuária, indígenas, quilombolas, extrativismo do coco, etc., visualizando o território como espaço de comunicação entre comunidades dos diversos municípios, identificadas culturalmente, no Litoral Norte de Alagoas. Em seguida o Sr. Tertuliano, Seagri/AL, passou a tratar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, através da CONAB, salientando a luta histórica que o território vem travando, para efetivação destes programas, que tem contribuído para o desempenho da agricultura familiar, escoando sua produção, investindo em novas tecnologias, máquinas e equipamentos, melhorando a qualidade e a produtividade, com aumento de mais de 50% nas vendas para Conabe em 2016, num total de 2 milhões e oitocentos mil reais, destacando-se a produção de bolos artesanais, mel de abelha, frutas, raízes, legumes e turismo ecológico, promovido

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuipe, Jundiá e Campestre.

pela Cooperaf em São Luís do Quitunde. Em seguida falou sobre o programa de distribuição de alevinos de tilápia, ração e transporte, promovido pela Segri, disponibilizando para todos interessados, no incentivo da produção de pescado. Em seguida a Sra. Cines, Emater/AL, falou sobre a situação atual do PAA do Estado, sobra de recursos do Fecoep (Fundo de Combate a Pobreza), da enchente de 2010, que estavam retidos. Salientando que a elaboração dos projetos estão sendo concluídos pelos técnicos da Emater, com prioridade comunidades da Mata Norte e Agreste, em situação de estiagem. Do Litoral Norte serão beneficiários comunidades de S. L. Quitunde, Matriz e Passo do Camaragibe, esperando para breve a efetivação das compras. Em seguida o Sr. Júlio Batista, representando o Nedet, justificou ausência do Sr. Eloizio, passando a falar de propostas e metas para o PTDRS, destacando prioridades, capaz de gerar uma dinâmica de promoção da agricultura familiar, destacando a formação profissional em agro-ecologia, produção orgânica de alimentos e formação em gestão de cooperativas. Citando exemplo de produção especializada de ovos caipira, em comunidades de agricultores familiares, que está sendo adquirida pela Prefeitura de Santana de Ipanema para o PNAE. Alertou o agricultor familiar, para aproveitar esses programas do governo, ainda em vigência, para se equipar, investir na produção e qualidade de seus produtos e formalização da atividade produtiva, na busca de novos mercados, que garanta sua capacidade de se manter, abastecendo hotéis, pousadas e o mercado convencional. Em aparte, o Sr. Augusto e Claudio, Secretaria Agricultura de Jacuípe, destacaram dificuldades de produção totalmente orgânica, devido intenso uso de agrotóxico na monocultura da cana-de-açúcar, que se propaga pelo ar, terra e rios, etc, impedindo o selo orgânico, na maior parte da área do Litoral Norte. Em seguida foi proposta a próxima reunião em Maragogi e, não havendo mais assunto, foi dada por encerrada a reunião, convidando todos para almoçar, apoio do Nedet, eu Paulo, lavro e assino ata e, com todos a lista de presença anexa, Porto Calvo, 23 de fevereiro de 2017.

Paulo César Rodrigues Pereira

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuípe, Jundiá e Campestre.

Ata da Reunião Ordinária do Colegiado Territorial do Litoral Norte de Alagoas, dia trinta e um de maio, dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Educação de São Luís do Quitunde, Alagoas, com início às nove horas, pelo Assessor Territorial, Sr. Paulo Cesar, que agradeceu a Deus pela realização do evento e o apoio da Prefeita, solicitando assinatura lista presença e apresentações dos participantes, destacando-se representantes das Secretarias de Agricultura de SLQuitunde, Matriz e Passo do Camaragibe, que se colocaram à disposição, para apoiar atividades territoriais. Em seguida, foi feita leitura da ata da reunião anterior. E, deu Informações sobre a situação atual do Colegiado Territorial do LN, as dificuldades com o encerramento do Projeto Nedet, a falta apoio institucional para realização eventos e, da assessoria territorial, evidenciando importância das prefeituras na realização de eventos. No item, Kit's de Feira, destacou que até o momento nada de concreto sobre a distribuição dos mesmos e, após leitura da relação de beneficiários, solicitou atenção no site do MDA, sobre a respectiva Chanada Publica. Em seguida, no item distribuição de sementes, o Sr. Antonio Reis (Tota), Sec. Agric. de Matriz de Camaragibe, compartilhou o convite do Secretário de Agricultura do Estado, Sr. Alvaro Vasconcelos, para reunião na próxima quarta-feira, dia sete de junho, na SEAGRI, para tratar de distribuição de sementes, para municípios do Litoral Norte. Sugerindo incluir a Casa do Mel de Matriz (Apivac) na agenda da reunião, contando com apoio de recursos Fecoep. Em seguida o Secretário de SLQuitunde, Sr. Fagner, falou sobre orientação da Seagri, de se procederem levantamentos de produtos da AF, por danos causados pelas chuvas. Em seguida a Sra. Cinês, relatou sobre aquisição do PAA pelo Governo do Estado, projetos feitos pela Emater, em parceria com a Unicaf e Cooperativas, para facilitar acesso as informações de produtores rurais, destacando que nesta primeira etapa, cada agricultor vendeu quatro mil reais, faltando mais dois mil reais, para completar o total de seis mil reais por agricultor, numa programação que visa atender vinte agricultores por município, e após completar esta primeira etapa de vendas para o PAA, outros agricultores serão

Barra de Santo Antonio, São Luiz do Quitunde, Porto de Pedras, Japaratinga, Maragogi, Porto Calvo,
Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Jacuípe, Jundiá e Campestre.

cadastrados, porém evidenciou dificuldades desta inserção devido exigências burocráticas, restringindo também o acesso a crédito, e de acesso ao SIM (Sistema de Inspeção Municipal) para vendas de produtos de origem animal e agroindustrial. A SUASA em convênios com municípios, ampliou a compra e venda entre município. Concluiu, com aviso de que o BNB está renegociando a dívida dos agricultores, com o pagamento de apenas 5% da mesma. Em seguida foi tratado da próxima reunião, ficando de comum acordo, a sua realização em Matriz de Camaragibe, programada para o dia dezoito de julho e, não havendo mais pronunciamento, todos foram convidados para um lanche, oferecido pela Prefeitura, ficando todos agradecidos pelo apoio para realização do evento, e eu, Paulo César R. Pucu, lavro e assino esta ata e, com todos a lista de presença anexa, São Luiz do Quitunde, 31 de Maio de 2017.

Paulo César Rodrigues Pucu